

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO HUMANO

Eloar Vanessa Souza Lopes

PERCEPÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE AGRICULTORES
DA COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA
ACERCA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Taubaté – SP

2023

Eloar Vanessa Souza Lopes

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE AGRICULTORES
DA COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA
ACERCA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Dissertação apresentada à banca de defesa, requisito final para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação

Linha Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Coorientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2023

Eloar Vanessa Souza Lopes

**Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura
acerca de Segurança Alimentar e Nutricional**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Data da banca: 05 de setembro de 2023

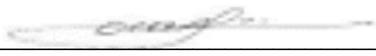
Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Alexandra Magna Rodrigues, Universidade de Taubaté

Assinatura:  _____

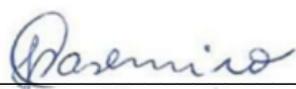
Coorientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Elisa Maria de Andrade Brisola, Universidade de Taubaté

Assinatura:  _____

1º Membro: Prof(a). Dr(a). Rachel Duarte Abdala, Universidade de Taubaté

Assinatura:  _____

2º Membro: Prof(a). Dr(a). Juliana Pereira Casemiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Assinatura:  _____

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

L864p Lopes, Eloar Vanessa Souza

Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura acerca de Segurança Alimentar e Nutricional / Eloar Vanessa Souza Lopes. –2023.

140 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Taubaté, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues, Departamento de Nutrição.

Coorientação: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola, Departamento de Serviço Social.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Comunidade que Sustenta a Agricultura. I. Universidade de Taubaté. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano. II. Título.

CDD – 613.2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos *Orisás*, e principalmente à minha Mainha *Osun*, por ser colo em momentos difíceis, por me nutrir com seu amor, por irrigar meus caminhos e refrescar meu *Orí*, com suas águas doces e cristalinas, que clareiam meus pensamentos.

Agradeço à minha família, especialmente ao meu avô Antônio José Lopes, agricultor dedicado que passou toda sua vida trabalhando arduamente para fornecer alimento à comunidade local. Ele despertou em mim profundo apreço pelo que hoje, conheço como agricultura familiar. Dedico este trabalho a ele *in memoriam*, e a todos os agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), como homenagem ao exemplo de perseverança, resiliência, resistência e luta por uma alimentação mais saudável e justa para a sociedade.

Agradeço ao amor da minha vida Helidiana Dias Camargo, por ter escolhido caminhar ao meu lado, por todo o amor, dedicação e apoio que foram fundamentais para o sucesso do período de mestrado e para esta pesquisa. Você é minha referência de determinação, coragem diária e busca incessante pelo verdadeiro significado da vida.

Expresso minha sincera gratidão à orientadora Profª. Dra. Alexandra Magna Rodrigues e à coorientadora Elisa Maria de Andrade Brisola, pela orientação, coorientação e suporte para a realização deste trabalho. Através de suas contribuições precisas, habilidades competentes e atitudes acolhedoras, esta pesquisa foi concretizada. E estendo este agradecimento a todo corpo docente e a meus colegas do Mestrado em Desenvolvimento Humano por todo apoio e prestatividade.

Esta pesquisa somente foi possível graças ao suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do Programa de Bolsa de Demanda Social, que permitiu meu ingresso e permanência no Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté.

Carcará
Pega, mata e come
Carcará num vai morrer de fome
Carcará
Lá no sertão

É um bicho que *avoa* que nem avião
É um pássaro malvado
Tem o bico volteado que nem gavião

Carcará quando vê roça queimada
Sai voando, cantando, carcará
Vai fazer sua caçada (carcará)
Carcará come *inté* cobra queimada

Quando chega o tempo da internada
No sertão não tem mais roça queimada
Carcará mesmo assim num passa fome
Os burrego que nasce na baixada

Carcará pega, mata e come
Carcará num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que *home*
Carcará pega, mata e come

Carcará é malvado, é valentão
É a águia de lá do meu sertão
Os burrego novinho *num* pode *andá*
Ele puxa no *imbigo até* matar

Carcará pega, mata e come

Carcará num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que *home*
Carcará pega, mata e come
Carcará

(Carcará) em 1950, mais de 2 milhões de nordestinos
(Carcará) viviam fora dos seus estados natais
(Carcará) 10% da população do Ceará emigrou
(Carcará) 13% do Piauí
(Carcará) 15% da Bahia
(Carcará) 17% de Alagoas

(Carcará) pega, mata e come
Carcará num vai morrer de fome
Carcará, mais coragem do que *home*
Carcará pega, mata e come

Interpretação: Maria Bethânia;
Composição: João Vale; Gianfrancesco Guarnieri; Carlos Lyra. 1964.

RESUMO

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é um sistema agrícola que tem como finalidade relacionar a produção e o consumo, integrados a um sistema de fortalecimento pela cooperação entre produtor e consumidor, criando laços de confiança entre os membros. Pequenos agricultores oferecem a experiência da prática agrícola orgânica, e tem um papel fundamental na economia local por optarem pelo planejamento de menor degradação ambiental, com estratégias de produção sazonal sem uso de agrotóxicos, criando um sistema mais justo e que visa garantir o direito à alimentação como previsto pela Declaração de Direitos Humanos. Nesse sentido a CSA também atende aos preceitos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para famílias de agricultores e demais membros dessa entidade. Alinhada ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estabelece critérios para garantia de acesso a alimentos seguros, isentos de contaminação ou riscos nutricionais, considerando a cultura familiar, social, situação financeira populacional, escolha alimentar e outros fatores. Posto isso, o objetivo deste estudo é compreender as percepções e práticas sociais dos cinco agricultores da CSA da Região Metropolitana do Vale do Paraíba acerca da SAN. Esta pesquisa se tratou de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa realizado agricultores da região. Esta abordagem fez uso de dois instrumentos: um questionário sociodemográfico com famílias de agricultores e uma entrevista semiestruturada com perguntas norteadoras a respeito das práticas sociais da população estudada em relação ao contexto de SAN e sustentabilidade dentro da realidade nas cinco CSA's existentes na região. Os dados sociodemográficos foram tratados por estatística descritiva e os qualitativos analisados pela técnica da triangulação. Como resultados temos que a maioria dos participantes apresentou percepção positiva da integridade alimentar, e realizam práticas sociais alinhadas ao conceito de SAN, porém esta perspectiva ainda está em construção no contexto da CSA, por isso é necessário expandirem as discussões. Os desafios em termos de proteção social, benefícios sociais persistem exigindo políticas específicas para fortalecer a SAN para regiões rurais e de assentamentos. A adoção de sistemas comunitários promove a produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e fortalecem os laços entre agricultores e a sociedade no seu entorno.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano. Segurança Alimentar e Nutricional. Comunidade que Sustenta a Agricultura.

ABSTRACT

The Community Supported Agriculture (CSA) is an agricultural system that aims to connect production and consumption, integrating them into a system of cooperation between producers and consumers, creating trust between the parties. Small farmers contribute with their experience in organic farming and play a fundamental role in the local economy by opting for environmentally sustainable planning, seasonal production strategies without the use of pesticides, creating a fairer system that aims to guarantee the right to food as stated in the Declaration of Human Rights. In this sense, CSA also aligns with the principles of the National Policy on Food and Nutritional Security for farmers' families and other members of this entity. Aligned with the Human Right to Adequate Food (HRAF), Food and Nutritional Security (FNS) establishes criteria to ensure access to safe food, free from contamination or nutritional risks, considering family and social culture, population financial situation, food choices, and other factors. The objective of this study is to understand the perceptions and social practices of five CSA farmers in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba (RM Vale) regarding FNS. This research was an exploratory study with a qualitative-quantitative approach conducted with farmers in the region. Two instruments were used: a sociodemographic questionnaire for farmers' families, and a semi-structured interview with guiding questions regarding the social practices of the studied population in relation to the FNS and sustainability context within the CSA. The data of sociodemographic questionnaire were analyzed using descriptive statistics, and the qualitative data were analyzed using triangulation technique. As a results, we have that the majority of participants demonstrated a good perception of food integrity and engaged in practices aligned with the concept of SAN. However, this perspective is still under development in the context of CSA, which is why it is necessary to expand the discussions. Challenges in terms of social protection and social benefits persist, demanding specific policies to strengthen FNS in rural and settlement areas. The adoption of community systems promotes the production of healthy and sustainable food and strengthens the bonds between farmers and the surrounding society.

KEYWORDS: Human Development. Food and Nutritional Security. Community Supported Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cidades onde se localizam as CSA's na região de estudo, Taubaté, 2022.	18
Quadro 1 - Os 10 princípios Teikei.	35
Quadro 2 - Dissertações e Teses sobre CSA no Brasil.	37
Gráfico 1 – Distribuição etária familiar, por CSA da RM Vale, Taubaté, 2023	48
Figura 2 – Taxa de Analfabetismo no Brasil de 2016 a 2019.	46
Figura 3 – Pessoas que frequentaram ou concluíram curso técnico de nível médio no Brasil	48
Figura 4 – Pessoas que frequentaram ou concluíram curso de nível Superior no Brasil.	48
Gráfico 2 – Condição dos terrenos das CSA's da RM Vale, Taubaté, 2023.	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área territorial, população estimada das cidades	19
Tabela 2 - Classificação do gênero dos participantes da pesquisa	46
Tabela 3 – Nível de escolaridade dos agricultores das CSA's da RM Vale, Taubaté, 2023	48
Tabela 4 – Condição financeira e Benefícios sociais de agricultores das CSA's da RM Vale, Taubaté, 2023	59

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABRANDH – Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertaoes

Cadúnico – Cadastro nico

CCR – Células de Consumidores Responsáveis

CEP – UNITAU Comitê de tica em Pesquisa da Universidade de Taubaté

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura

DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DHAA – Direito Humano  Alimentação Adequada

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

ESF – Estratégia de Saúde da Família

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization

FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FNS – Food and Nutrition Security

FPA - Frente Parlamentar Agropecuária

FSS – Food Security Scale

HRAF – Human Right to Adequate Food

IA – Insegurança Alimentar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PENSSAN – Rede Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PNAA – Política Nacional de Abastecimento Alimentar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

PT – Partido dos Trabalhadores

RM Vale – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

SA – Segurança Alimentar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SoLaWi – Solidarische Landwirtschaft

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VigiSAN - Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Problema	17
1.2	Objetivos	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	Delimitação do Estudo	18
1.4	Relevância do Estudo / Justificativa	20
1.5	Organização da dissertação	21
2	REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1	Referencial Teórico	22
2.1.1	Segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios	22
2.1.2	A fome na perspectiva de Josué de Castro	30
2.1.3	Comunidade que sustenta a agricultura e sua conexão com os princípios de SAN	35
2.1.4	Da reforma agrária ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	39
2.2	Panorama mundial e brasileiro das pesquisas sobre CSA	43
3	METODOLOGIA	46
3.1	Delineamento da pesquisa	46
3.2	Tipo de Pesquisa	46
3.3	Participantes	46
3.4	Instrumentos de Pesquisa	47
3.5	Procedimentos para Coleta de Dados	47
3.6	Procedimentos para Análise de Dados	48
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	49
4.1	Perfil Sociodemográfico dos Participantes	49
4.2	Perfil da Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores	64
4.3	Percepção de SAN dos agricultores no contexto da CSA	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICE A	124
	Roteiro para Entrevista Semiestruturada	124
	APÊNDICE B	125
	Questionário Sociodemográfico	125

ANEXO A	127
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	127
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM	129
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ	130

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é um conceito em constante transformação, devido à várias razões entre as quais, além de prever a garantia ao acesso a alimentos seguros, implica na isenção de contaminação, riscos nutricionais, e oferece liberdade de escolha de preparo, do tempo dedicado à alimentação, com respeito à cultura familiar e social, à situação financeira, acesso ao transporte, ou seja, escolha alimentar é individualizada e ligada a diversos fatores que refletem na rotina alimentar do cidadão brasileiro (LEÃO, 2013).

A SAN também está alinhada em um contexto intersetorial, que envolve organizações e articulações nacionais e internacionais que atendem ao disposto no artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proposta pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, e que prevê que a alimentação seja assegurada a todo ser humano, além de saúde, e outros critérios indispensáveis como cuidados médicos e serviços sociais (BRASIL, 2009).

A regulamentação das políticas, parte da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e com o objetivo assegurar o Direito Humano de Alimentação Adequada (DHAA), institui o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que atua na prática da promoção da SAN em todo o território brasileiro mediante a Lei 11.346 de 2006 (BRASIL, 2006).

Esta lei representa o avanço para a exigibilidade do direito à alimentação, a partir de mecanismos estatais, ou seja, através da criação de políticas que garantam o DHAA, devem ser incorporadas nas estratégias de desenvolvimento social e à SAN, para que a população receba uma alimentação justa e esteja livre da fome (LEÃO, 2013).

O DHAA é uma exigência indispensável à sobrevivência humana, que surge da luta contra a fome, e exige uma interpretação mais complexa que atende a mais grupos e suas realidades, como indígenas, população urbana, pessoas com deficiência, população rural etc., para que seja garantida a alimentação ideal e segura a todos dentro das especificidades. Segundo o primeiro relator das Nações Unidas para a Alimentação, todas as leis políticas públicas, decisões e ações públicas relativas à SAN, são ancoradas a partir da lei geral em coerência com o DHAA (LEÃO, 2013).

Após a criação da LOSAN, em 2006, somente em 2010 é sancionado o direito à alimentação, na emenda constitucional do artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988, como um direito social vinculado à igualdade e dignidade do ser humano, para que sejam garantidas as condições mínimas para sua sobrevivência (OLIVEIRA; SERVERGNINI, 2010). Este reconhecimento se deu graças à pressão social a partir do SISAN, que contribuiu para a inclusão do termo *alimentação* visto agora, de maneira mais profunda do que simplesmente o acesso à comida (LISBOA, 2013).

A SAN abrange a legislação voltada aos direitos humanos, e beneficia a cultura alimentar, além da temática da água, da preservação do meio ambiente e qualidade de vida. Por este raciocínio, a cultura é um aspecto crucial que não pode ser desvinculado ao conceito de SAN, por envolver um conjunto de práticas sociais, interpretações que são perpetuadas ao longo de gerações de uma população que cultiva no sentido futuro da palavra, os valores que serão trabalhados, os conhecimentos que permanecerão para a organização, educação da sociedade. A palavra cultura tem diversas definições e deriva do verbo em latim *colo*, que significa “ocupar a terra, cultivar a terra”, o que nos remete ao sentido da ligação do ser humano com o cultivo do próprio alimento (SILVA; SILVA, 2006).

Ao vislumbrarmos os fatores da SAN, também nos referimos ao modo como a sociedade se organiza – políticas públicas, responsabilidade do Estado e da Sociedade em geral – e como deve ser garantido o DHAA a todos os cidadãos e cidadãs. O alcance é atingido a partir do exercício do DHAA, da assunção do Estado de segurança alimentar e nutricional, incluindo a liberdade para concretizar outros direitos fundamentais.

A partir do PNSAN modelos de base agroecológica são instituídos para assegurar o DHAA, com vistas a equacionar a economia e estrutura social, pela recomendação de uma alimentação adequada e sustentável. Dentro deste seguimento, às políticas públicas foram voltadas à agroecologia, em um modelo de desenvolvimento sustentável que tanto fortalece a agricultura familiar, quanto o objetivo de garantir o direito à alimentação saudável e outros direitos sociais (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

Nesse sentido, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) contribui para a prática da promoção de segurança alimentar e atende aos objetivos do artigo 4º da PNSAN: “promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar” (BRASIL, 2006).

A CSA tem como base a agricultura familiar respeitando a cultura e economia local e tem o objetivo de aumentar o contato entre indivíduos da comunidade e agricultores, satisfazendo suas necessidades de maneira sincrônica e saudável, baseada na solidariedade entre famílias de agricultores e na participação da comunidade que se torna corresponsável pela produção de alimentos por agricultores dessa rede (AMORIM, 2018).

A CSA permite conscientização para contemplação da natureza e da sazonalidade dos alimentos para quem consome, garantindo um maior entendimento sobre os processos do trabalho humano agregado à possibilidade da percepção da qualidade dos alimentos, dando a oportunidade para um modelo agrícola sustentável não só no âmbito ambiental, mas também econômico e social (AMORIM, 2018).

As CSA's surgem como uma estratégia inovadora e alternativa que envolveu o contexto social, caracterizado pelo abastecimento local em uma cadeia curta de produção agrícola, valorizando a proximidade geográfica em que os alimentos são produzidos e destinados ao consumidor, reforçando a cultura alimentar local, e valorizando as relações sociais, e protegendo a biodiversidade regional. Difundidas nos Estado Unidos, Japão e Europa, e posteriormente no Brasil na década de 2010, a CSA foi iniciada por um agricultor da cidade de Botucatu – SP e com o passar dos anos foi expandindo por iniciativas em diversos Estados do país (SOUSA JUNIOR, 2020).

Os princípios da CSA se alinham aos da SAN no que se refere às práticas sociais da comunidade ao mesmo tempo que fortalece os laços interpessoais, pela articulação de agricultores e agricultoras locais e seus consumidores em uma relação afetuosa, também colocam em cena um modelo de produção que oferta alimentos saudáveis, íntegros e de base agroecológica, como alternativa de expressão política que defenda e promova a biodiversidade, a economia familiar, o desenvolvimento sustentável, e maior aproveitamento dos alimentos (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018). E enquanto pesquisadora em formação, sinto-me no dever de investigar e instigar tais discussões, na realidade dos agricultores envolvidos na CSA.

Durante a nossa graduação em Nutrição tivemos o primeiro contato com o conceito de SAN, e desde então, percebemos que atitudes particulares foram modificadas, as profissionais foram construídas para fornecer um atendimento nutricional adequado ao público com o qual me relaciono. Por isso, provocar discussões sobre a temática, estimula novas percepções e comportamentos entre indivíduos da população.

Após ter conhecimento sobre a CSA, despertou-nos a curiosidade de saber sobre a percepção dos agricultores sobre a SAN no contexto domiciliar, como tais agricultores compreendem a SAN, sua relação com os princípios da CSA e se eles identificam ações realizadas pela CSA como forma de garantia da SAN, especialmente no período de pandemia.

Tal curiosidade talvez venha também do fato desta pesquisadora ser neta de um homem nascido no Sul de Minas Gerais que viveu da terra, pequeno agricultor que criou a família a partir do que produzia no campo e vendia na feira municipal da cidade vizinha. Apesar de prover a alimentação de outras famílias, ele teve uma vida repleta dos desafios e intempéries em seu trabalho, e se deparava com a insegurança alimentar (IA) junto à sua esposa e filhos, na realidade vivenciada nos anos 1950.

A vivência com meu avô me trouxe a percepção das lutas que o homem do campo - o agricultor enfrenta em seu cotidiano e tal luta não diz respeito a somente ele, mas aos pequenos agricultores que vivenciam essa experiência nem sempre exitosa.

Nesse sentido, é importante atentar o olhar não só para um indivíduo, mas para o grupo de agricultores que podem ter semelhanças ressonantes através dos anos. Entender a percepção, a prática a respeito da SAN, e compreender a realidade do grupo propõe o resgate à valorização do homem do campo a partir da aproximação do agricultor na sociedade. Como é o exemplo da CSA, que além de permitir maior interação entre os agricultores e a comunidade – formada pelas famílias que contribuem para o trabalho no campo, também cria uma rede de apoio entre os produtores que se conectam em diferentes locais ligados à CSA, garantindo mais suporte e fortalecimento das relações sociais.

Esta realidade nos remete às questões abordadas por Josué de Castro em suas obras. O trabalho deste autor sobre a fome e desigualdade social tinha como objetivo discutir sobre a vivência de famílias que se encontravam nas mesmas condições que meu avô, por exemplo, que dependiam da produção agrícola para a subsistência, e tiveram a experiência alimentar vivida nos anos de 1950, fatos que refletem os desafios enfrentados por muitas famílias rurais da época, inclusive na realidade da Região Nordeste do Brasil, mas que estão ainda presentes na atualidade.

A trajetória de Josué de Castro como pesquisador, escritor e ativista, foi dedicada a compreender a fome e a desigualdade social. Suas obras, buscavam expor as causas estruturais da fome e evidenciar a relação entre a concentração de terras, a pobreza e a falta de acesso aos alimentos. Ao fazer isso, Castro pretendia chamar a atenção para a necessidade de

políticas públicas que garantissem a SAN, especialmente para os mais vulneráveis (CASTRO 2021).

Contemporaneamente, os agricultores são motivados para o desenvolvimento de novas ideias, práticas sociais e comportamentos baseados no senso comum, para a solução de problemas e responder às necessidades do próprio grupo, quando seguem a proposta da CSA que tem como princípios norteadores o apoio mútuo, o apreço, diversificação do cultivo, aceitação dos alimentos de época, relações de amizade, gestão compartilhada, distribuição independente, manutenção do tamanho apropriado e fortalecimento da economia local, aprendizagem mútua, e estabilidade (CSA BRASIL, 2015).

Para estudar de que forma são feitas estas construções em relação à SAN, é necessário compreender os processos e situações que perpassam este grupo, como um primeiro passo para identificar desde o sentimento de pertencimento dos indivíduos à CSA, os significados, pensamentos sobre o impacto das atitudes humanas em relação à SAN, as razões que levaram tal grupo a escolher este sistema de relações com famílias coagricultoras e as construções sociais a partir disso. Coagricultores são indivíduos que não apenas consomem os alimentos cultivados, mas também, participam ativamente da administração da terra em contribuição voluntária.

Também é essencial observar como foram enfrentados e interpretados os desafios durante a pandemia da COVID-19 desde 2020, que submeteu o mundo a novas condutas, cuidados e atenção com a alimentação e como ela é produzida.

Portanto, nesta pesquisa dialogamos com um grupo de agricultores, para entender como a SAN é percebida e praticada no cotidiano e nos valores do grupo em questão.

1.1 Problema

A agricultura familiar promovida pela CSA é uma estratégia que procura utilizar-se do cultivo orgânico do alimento em um sistema integrado entre quem produz e quem consome. Em consonância aos objetivos da SAN, a CSA visa tecer modelos sustentáveis de produção agrícola como incentivo de empreendimento aos pequenos produtores e suas famílias, envolvendo-os no progresso da alimentação adequada e saudável de todos.

Não se trata de um sistema simples de troca, mas sim, se uma articulação complexa que exige não só o discernimento e sagacidade para buscar as diversas possibilidades para o

cultivo de alimentos mais seguros para si e para o outro, além da observação, estudo e o respeito ao ambiente, a comunicação e as relações com indivíduos.

Diante da necessidade de entender como um grupo de agricultores percebe a SAN, perguntamos: Qual a percepção de agricultores como protagonistas em atenderem às próprias demandas da SAN de suas famílias, além do compromisso de praticarem ações para promoção da alimentação adequada dos participantes da CSA?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura da Região Metropolitana do Vale do Paraíba -RM Vale acerca da Segurança Alimentar e Nutricional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos agricultores de Comunidades que Sustentam a Agricultura da RM Vale;
- Identificar a percepção de agricultores da CSA da RM Vale (SP) sobre a SAN domiciliar;
- Compreender como os agricultores das CSA vivenciam experiências relacionadas à SAN.

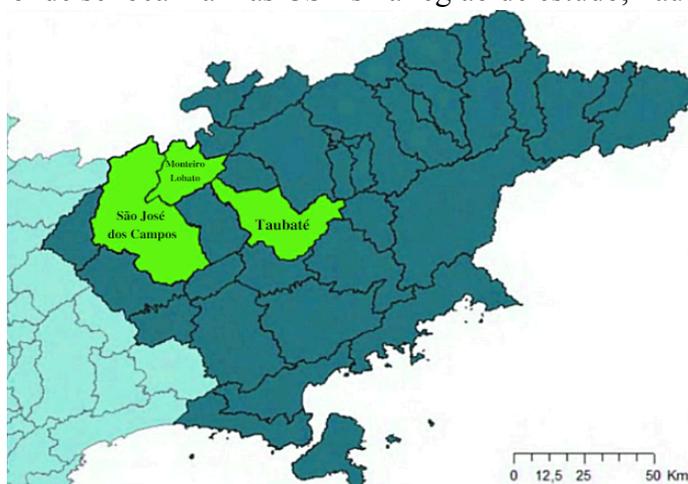
1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa teve foco questões relacionadas à SAN dos agricultores das CSA 's na RM Vale (SP), região que tem sua origem em culturas indígenas sustentáveis, sofreu diversas transições agrícolas para um sistema escravista de monocultura de café, impulsionado pela necessidade de exportação e demanda do capitalismo, desempenhando um papel histórico na economia, na luta pela liberdade e nos processos de industrialização e urbanização do Brasil (VIEIRA, 2009).

Em Monteiro Lobato localiza-se uma CSA, com um agricultor responsável, que conta com outros quatro agricultores parceiros, enquanto em São José dos Campos já existem três, sendo duas delas com um agricultor responsável e uma com dois que atuam como os

representantes da unidade agrícola, e por último, na cidade de Taubaté encontra-se uma, com um agricultor responsável, como ilustrada na figura 1, a seguir.

Figura 1 – Cidades onde se localizam as CSA's na região de estudo, Taubaté, 2022



Fonte: elaborado com base no IPEA (2021).

Como observado na figura anterior, a área a ser investigada neste estudo, engloba as cidades destacadas pelos pontos em verde limão, limitando-se a área da RM Vale a partir do critério de localização das CSA's, que são o foco da pesquisa.

A Tabela 1, detalha sobre a área territorial e o número de habitantes de cada cidade a ser estudada nesta pesquisa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Tabela 1 - Área territorial, população estimada das cidades

Cidade	Área Territorial (km²)	População Estimada (pessoas)	Nº de famílias atendidas pelas CSA's da RM Vale
Monteiro Lobato	332.742	4.127	45
São José dos Campos	1.099,409	725.419	95

Taubaté	625,003	311.912	26
---------	---------	---------	----

Fonte: IBGE (2023), adaptado pela autora

Apesar da Tabela 1, exibir o número total da população, cada CSA atende somente às demandas dos respectivos municípios da cidade e/ou de cidades vizinhas, que sejam coagricultores, ou seja, integrantes das famílias que contribuem e participam da rotina das CSA's. Como observado, existe uma participação aquém de famílias, sendo somente 45 e Monteiro Lobato, 95 em São José dos Campos e 26 em Taubaté, quando comparamos ao total populacional de cada uma das cidades envolvidas no estudo. Vale ressaltar que três, das cinco áreas de CSA investigadas neste estudo localizam-se em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), em São José dos Campos, enquanto as outras terras das cidades de Monteiro Lobato e Taubaté, que também participaram desta pesquisa se enquadram em outros tipos de propriedade, como propriedades privadas - alugadas ou próprias.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

O objetivo desta pesquisa foi a compreensão das percepções de agricultores da CSA em relação à SAN. Os indivíduos escolhidos para participar foram os agricultores moradores dos locais de cultivo, distribuídos na região da RM Vale.

A partir da interação entre os indivíduos que se mobilizam para experiência da agricultura, esta pesquisa reforça o contato dos indivíduos com os conceitos de SAN. A observação dos cenários desde tradições culturais, recursos econômicos, sob o olhar do próprio público a ser estudado, é fundamental para trabalhar e discutir o conceito de SAN tanto no contexto nutricional, como no âmbito do Desenvolvimento Humano.

Estudar o grupo mencionado foi importante para compreender percepções que eles têm dentro de um grupo, em que os indivíduos são mobilizados para a tomada de um posicionamento, comportamentos interpretados dentro da realidade enfrentada. Entender os processos que este grupo vivencia, representa o primeiro passo para traçar o perfil de uma população, desde o sentimento de pertencimento dos indivíduos, os significados, pensamentos, até sobre o impacto das atitudes humanas sobre um ecossistema inteiro, por exemplo.

O conceito de sustentabilidade dentro da realidade de uma iniciativa como CSA já foi discutido em trabalhos anteriores, a exemplo de Pugas (2018), ao abordar que durante dez

anos, houve um crescimento do consumo e produção dos alimentos orgânicos no Brasil, causando efeitos positivos à saúde dos consumidores, à sociedade e à economia, tornando a produção e consumo mais sustentáveis, posto que a agroecologia e agricultura familiar foram incorporados por regulação legislativa.

A IA se perpetuou por eventos bélicos, com o aumento dos investimentos na industrialização e monocultura. Durante o século XX na Europa e Japão, a continuidade dos acontecimentos exigiu novos movimentos para atenuar a situação de fome e falta de acesso a alimentos. A CSA surge deste movimento social da busca de alternativas para o sistema agrônômico extrativista que se instalava mundialmente. Os indivíduos procuravam desenvolver maior interação com o ecossistema além de formar polos de convivência e organização social, mas que fosse produtiva no abastecimento de alimentos que garantisse a segurança alimentar com o cultivo de alimentos orgânicos (SOUSA JUNIOR, 2020).

Conhecer a percepção de um grupo de agricultores a respeito de SAN e CSA foi fundamental para compreender o significado do alimento e todas as implicações desse processos. A partir da pesquisa com o grupo que produz o alimento, a pesquisadora vislumbrou a esperança de entender os desafios enfrentados na região da RM Vale.

1.5 Organização da dissertação

Este trabalho está organizado em quatro seções. A primeira constitui na Introdução, composta pelas subseções Delineamento de pesquisa, Problema, Objetivos geral e específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa, e Organização da Pesquisa.

A segunda descreve a Revisão de Literatura, organizada no subitem Referencial Teórico constituído pelas seções: Segurança alimentar e nutricional – avanços e desafios, A fome da perspectiva de Josué de Castro, Comunidade que Sustenta a Agricultura e sua conexão com os princípios de SAN, Panorama mundial e brasileiro das pesquisas sobre CSA, e por fim, Da reforma agrária ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na terceira seção desenhamos a Metodologia à qual está subdividida nos itens: Delineamento da pesquisa, Tipo de Pesquisa, Participantes, Instrumentos de Pesquisa, Procedimentos para Coleta de Dados, Procedimentos para Análise de Dados.

A quarta seção traz os Resultados subdivididos em: Perfil Sociodemográficos dos Participantes, Perfil da Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores, Percepção de

SAN dos agricultores no contexto da CSA. Por fim apresentamos as Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Referencial Teórico

O tema de SAN é frequentemente debatido no Brasil, e antes de se formalizar a política governamental, diversos eventos históricos ocorreram e é necessário explorá-los a fim de estabelecer uma ligação com a CSA, principalmente no contexto da RM Vale, que além de refletir desdobramentos históricos do país, abarca da área de estudo em questão.

2.1.1 Segurança alimentar e nutricional: avanços e desafios

Para tratarmos do tema da SAN é necessário contextualizarmos as relações entre a economia brasileira e como as classes sociais se formaram no período de inserção do Brasil no mercado internacional, considerando os desafios enfrentados na esfera política. Esses aspectos apontam para um cenário de exploração que se estabeleceu após o período oligárquico e a dependência econômica em relação ao café, relacionados com o espectro da fome, um flagelo contínuo no país.

A formação das classes sociais e estrutura política e a inserção dependente do país na economia brasileira no mercado internacional, demonstram o cenário de exploração subsequente do período oligárquico e da economia cafeeira. Após a Revolução Industrial inglesa, o Brasil tornou-se desinteressante para a Inglaterra que visava negócios com outros países pela exportação de produtos industrializados e importação de matéria-prima. Os capitalistas ingleses passaram a considerar o Brasil inferior aos critérios por eles estabelecidos, e, conseqüentemente, o país passou a acompanhar o processo de industrialização internacional (VIEIRA, 2009).

Ao voltarmos a história da agricultura ao longo da construção da RM Vale, uma região de origem indígena, substitui uma cultura agrícola respeitosa com a natureza e a comunidade, pelo processo agrícola escravista que priorizava a monocultura e a concentração de terras. Esse modelo foi acentuado na região com a monocultura do café neste período, no qual o sistema capitalista esgota sua capacidade de manter o crescimento econômico desejado apenas com base na produção interna, passando para uma relação de exploração intensa do trabalho humano e da terra, e no qual 80% da produção de café no Brasil era destinada à exportação aos ingleses, principalmente. A industrialização e conseqüente aumento da desigualdade social decorreram em função desta lógica da produção cafeeira que após o declínio de vendas

aos ingleses, gerou uma crise econômica pela insistência da manutenção dos preços pelos latifundiários (VIEIRA, 2009).

A tentativa frustrada de formação do Brasil como nação está intrinsecamente ligada a um período de colonização e exploração econômica baseada na exportação de produtos primários como açúcar, ouro e café.

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos à ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. (PRADO, 1994, p. 13).

A complexidade inerente à evolução de uma sociedade não é linear e nem previsível como afirmou Prado (1994), que salientou que a trajetória do desenvolvimento de um povo pode ser influenciada por uma série de fatores, tanto internos quanto externos, que podem desviar o curso inicialmente planejado e conduzir a direções inesperadas. Isso demonstra como elementos fora do controle direto da sociedade podem ter efeitos significativos em seu processo de evolução. As mudanças em aspectos culturais, econômicos ou políticos podem remodelar os fundamentos da sociedade e redirecionar sua trajetória.

Então a estrutura exerceu uma influência profunda nas relações sociais na organização política e na configuração da sociedade brasileira. A exploração econômica focalizada na exportação de produtos não apenas reflete as prioridades da metrópole, portuguesa, como também instaura uma dinâmica de dependência que acarreta reverberações na organização econômica nas interações sociais, e no próprio delineamento político da nação. A exploração de recursos naturais não apenas moldou a dinâmica econômica, mas também influiu na formação das estruturas sociais que emergiram em uma elite proprietária de terras como protagonista de influência e poder, que deteve o controle e influência sobre a coletividade (PRADO, 1994).

A relação de dependência em relação à metrópole, a administração centralizada, o patrimonialismo e a predominância de uma economia agrária voltada para a exportação moldaram a estrutura econômica e social do país durante o período colonial, resultando em contradições e conflitos que impactaram a formação política brasileira.

A administração centralizada, o patrimonialismo, a predominância de uma economia agrária voltada para exportação, são características que moldaram a estrutura econômica e social do país durante o período colonial, resultando em contradições e conflitos que impactaram a formação política brasileira. As lutas e os movimentos de resistência como

revoltas coloniais e a Inconfidência Mineira, por exemplo, foram reflexo dessas contradições e insatisfações. A transição do trabalho escravo para a imigração também é tida como um reflexo das transformações sociais e econômicas no processo de formação do até então Vale do Paraíba. A compreensão da formação colonial serve para o entendimento da realidade contemporânea brasileira, que tem repercussões duradouras na estrutura social e econômica do país. As desigualdades e injustiças das exportações do café resultantes do desenvolvimento levando a movimentos de separação e reivindicações por outras regiões. (PRADO, 1994; MAIA; HOLLANDA, 1975).

O período de transição entre os séculos XIX e XX, vê-se que a presença da monocultura, do trabalho escravo, e depois a exploração do trabalhador, e da relação inadequada com a natureza descrita na RM Vale pode ser estendida, de maneira geral, a todo o Brasil que tem em seu histórico colonial e republicano a concentração de terras e o latifúndio no qual se desenvolve o monocultivo. Tal modelo, que se perpetuou no país, associado ao processo de industrialização, somado à IA, vem gerando desigualdades sociais causando impacto nas condições de vida da população que vem se tornando cada vez mais empobrecida no país (VIEIRA, 2009).

Ao século XX inicia-se com um processo de urbanização e industrialização na região da RM Vale e no país, mas o modelo de exploração do trabalhador e a concentração de terra se mantém, acarretando maiores desigualdades sociais e conseqüentemente a fome e a pobreza. É nesse contexto que a partir de 1930, Josué de Castro aborda a questão da fome como uma precariedade social resultante dos processos de urbanização e marginalização da população mais carente submetida a salários abaixo do mínimo para garantir a sobrevivência ou sujeita a condições de trabalho e vida inadequadas nos latifúndios de monocultura. Até 1932, a base alimentar dessas pessoas reunia farináceos, charque, café, açúcar, consumo de leite e frutas quase inexistente; as, calorias diárias consumidas demonstravam um valor energético total insuficiente para a, apesar do alto consumo de carboidratos, devido ao baixo consumo de fontes de proteínas que somente vinham do feijão, milho e farinha de mandioca, isso sem contar as deficiências vitamínicas e outras necessidades (SILVA; SÁ, 2006).

Josué denunciava a forma mais grave de IA, a fome, mas ainda sem usar esse termo que foi referido após a Primeira Guerra Mundial. O termo “Segurança Alimentar” surge com o vislumbre do controle da alimentação de um país com maior poder econômico sobre outro enfraquecido, mas é após a Segunda Guerra Mundial que o termo volta a ser utilizado em um

contexto voltado para o interesse de combate à fome no âmbito internacional (CASTRO, 1984).

Em 1945 o fim da Segunda Guerra, deixou muitos países em situação de fome e miséria, e a criação da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO, o acesso ao alimento passou a ser reconhecido pelas instituições internacionais como um direito humano, e era entendido que a chamada Segurança Alimentar seria garantida pela lógica capitalista do mercado (SILVA, 2021).

Posteriormente, a crise mundial na produção de alimentos trouxe a necessidade de uma Conferência Mundial de Alimentação ocorrida em 1974 foi discutida a garantia da segurança alimentar, até então, somente associada ao aumento da produção de alimentos. Neste período também surgiu a Revolução Verde no Brasil, para impulsionar a produção de soja, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos, sem considerar o direito humano de alimentar-se, contribuindo para o aumento de famintos e exclusão social no país (LEÃO, 2013).

Nesse contexto, surgiram os primeiros esboços de políticas públicas mais abrangentes, que buscaram integrar aspectos sociais com a política agrícola e de abastecimento, como o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) I, II e III, com o objetivo de promover ações conjuntas nesses âmbitos. E com a redemocratização do país a partir de 1985, foi testemunhado um aumento nos programas assistenciais e na distribuição de alimentos direcionados aos segmentos populacionais, considerados “pobres”. Este período foi marcado pela reconstrução do Estado de Direito e o ressurgimento da democracia como objetivos fundamentais da sociedade brasileira. No ano seguinte, esta reconquista do Estado de Direito se intensificou e a mobilização tomou espaço para elaboração da nova Constituição Federal. Nesse cenário, a VIII Conferência Nacional de Saúde desempenhou um papel importante ao chamar atenção para o direito à saúde e ao reconhecer a alimentação como um direito intrinsecamente vinculado à vida e à saúde. Nessa direção, a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição também reconheceu o direito à alimentação com uma necessidade básica (SILVA, 2014).

Finalmente em 1988, com a aprovação da Constituição Federal do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”, os direitos sociais foram reconhecidos e o Sistema Único de Saúde (SUS) começou a ser construído juntamente com a promoção de alguns programas de alimentação e nutrição para a garantia do acesso à alimentação (SILVA, 2014).

A partir de 1993, a Segurança Alimentar passou a ser vista como um mecanismo crucial para enfrentar a fome e a miséria, enquanto se buscava, simultaneamente, o desenvolvimento econômico e social. Durante esse período, destacamos o Movimento Nacional pela Ética e pela Política, que culminou no *impeachment* do até então presidente Fernando Collor de Melo. Além disso, sob a liderança de Betinho¹ na Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida e a criação do primeiro Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), durante o governo de Itamar Franco reforçaram a importância da temática da alimentação na agenda nacional (SILVA, 2014), como apoio na formulação, estruturação e monitoramento das políticas públicas que vigorassem do DHAA.

Durante a primeira Conferência Segurança Alimentar, em 1994, a discussão ainda era direcionada à concentração de terras ligada à situação de fome e IA (CALCANHOTO, 2018).

No período compreendido entre 1994 e 2002, prevaleceu no Brasil uma visão do Estado neoliberal, que defendia a estabilização da moeda, o livre mercado e a regulação pública como formas suficientes para redução da fome, da pobreza e desigualdade social. No entanto, esta ideologia contribuiu para o desmonte de políticas públicas com a extinção do CONSEA e desviou a atenção da questão social. Em contraste, em 1998 foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), hoje nomeado Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) para dar continuidade à luta em prol da SAN no Brasil, e em 2002 a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), com a missão de promover os direitos humanos e a SAN (SILVA, 2014; FBSSAN, 2023).

Ainda que tenha sofrido um desmonte em 1995, com a substituição pelo Conselho da Comunidade Solidária que desviou a atenção da segurança alimentar para a inclusão social, o CONSEA volta a ser organizado em 2003, a partir das diretrizes levantadas pela Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), para ancorar a PNSAN. Só então, o termo “nutricional” é integrado à sigla, e a SAN passa a ser definida como a garantia de acesso a alimentos indispensáveis, e que sejam adquiridos com liberdade de escolha, preparo e consumo, com quantidade e qualidade suficientes, e que ofereçam benefícios à saúde (CALCANHOTO, 2018). A partir de 2003, o combate à fome assumiu uma posição prioritária nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (1 de janeiro de 2003 –, 1 de janeiro de

¹ O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, fundou o Ibase em 1980 e, na década de 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como a campanha contra a fome.

2003 – 1 de janeiro de 2011), com a implementação do Programa Fome Zero. Nesse contexto, o CONSEA foi recriado e políticas públicas articuladas foram formuladas com o objetivo de promover o acesso à alimentação (SILVA, 2014).

No mesmo ano, durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram definidas as deliberações da operacionalização da PNSAN, que fomentam a agricultura familiar e a reforma agrária de maneira intersetorial para uma redistribuição de terras, geração de empregos, que também iria refletir na saúde e educação (CALCANHOTO, 2018).

Os eventos e mudanças mencionados revelam como a questão alimentar foi trabalhada ao longo do histórico brasileiro. Mesmo após os desmontes, as reconstruções de políticas públicas foram importantes para a retomada da luta contra a fome e promoção do direito à alimentação adequada. As discussões sobre políticas públicas que pudessem garantir a alimentação, e que também respondessem às necessidades básicas, culminaram com a proposta no início da década de 1990, da alimentação ser considerada como um direito fundamental do ser humano a partir da DUDH e pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (LEÃO, 2013).

Em 2004, foi realizada a Cúpula Mundial da Alimentação que define a Soberania Alimentar como o direito de decisão dos povos sobre a produção e consumo dos alimentos, garantindo-lhes autonomia para desenvolverem melhores qualidade de vida e trabalho, com alimentos seguros, diversificados, sustentáveis e dentro da possibilidade ambiental de cultivo. Esta ação é concretizada em consequência do movimento Camponês ocorrido na década 1990, caracterizado por movimentos sociais camponeses para a promoção de políticas agrícolas (LEÃO, 2013).

No caso do Brasil, grandes produtores voltam a atenção para o comércio do café durante décadas com rendimentos elevados, levando agricultores menores à pobreza e a maioria da população ficou mais suscetível à falta de meios de sobrevivência pela falta cada vez mais acentuada de gêneros alimentícios antes cultivados, mas que foram substituídos pela monocultura voltada para o crescimento econômico concentrado nas mãos da elite (SILVA; SÁ, 2006).

Em 2006 a SAN, descrita na LOSAN, nos traz além do princípio do direito humano à alimentação, a soberania alimentar que se trata do direito de os povos terem autonomia na decisão do próprio sistema alimentar e produtivo. E claro, que sejam respeitadas a cultura e natureza uma vez que os alimentos sejam produzidos dentro de um sistema sustentável e

ecológico, e os agricultores que também recebem o reconhecimento e participação nas políticas alimentares ao cultivarem, distribuírem e consumirem os alimentos (CALCANHOTO, 2018).

Em seu artigo 4º, a LOSAN discorre sobre a SAN, visando a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis que conservem a biodiversidade, com produção e consumo de alimentos de acordo com a cultura do país. Desta forma, o acesso ao alimento pela agricultura tradicional e familiar são ancorados pela legislação, além de outros meios como industrialização, comercialização e até mesmo acordos internacionais, desde que garantam abastecimento e distribuição dos alimentos e água. A lei ainda compreende a promoção de saúde, nutrição e alimentação em todos os grupos populacionais, incluindo os de vulnerabilidade social, além da garantia da qualidade biológica, sanitária e tecnológica dos alimentos, estimulando o aproveitamento integral dos alimentos, práticas alimentares e estilo de vida saudáveis que respeitem grupos étnicos diversos, a racialidade, e a cultura de todos em território nacional.

Aliás, entre os anos de 2004 até 2009 foram averiguados avanços nos resultados comparados a anos anteriores, entretanto, é importante destacar uma ressalva sobre a melhora da situação de segurança alimentar: ao mesmo tempo que o monitoramento realizado resultava em um aumento da segurança alimentar no meio urbano e rural, ainda sim, a situação de maior insegurança no campo continuava acentuada por uma extrema pobreza (CAISAN, 2011).

Somado a tal situação, durante os anos de 2007 e 2008, algumas medidas foram tomadas para combater os preços afetados pela crise mundial alimentar, como a ampliação da cobertura do Programa de Garantia de Preços Mínimos, expansão de estoque públicos e aumento dos recursos para subvenção de estocados e comercialização de produtos, tudo como uma tentativa de controle do mercado internacional. Concomitantemente, a agricultura familiar continuava sendo a principal abastecedora do mercado interno, como uma tentativa de reduzir a oscilação do preço dos alimentos, porém seguindo determinações do mercado internacional (CAISAN, 2011).

Como consequência, um oligopólio da cadeia de produção foi formado para determinar o que era produzido e abastecer os supermercados, violando a Soberania Alimentar, que causou efeitos negativos como a monotonia dos hábitos alimentares, o afastamento da população com a cultura alimentar, o que interfere na identidade e

diversidade, trazendo riscos cada vez mais acentuados à SAN naquele período, que reverberam até os dias atuais (LEÃO, 2013).

Até 2018 as políticas públicas voltadas à alimentação sofreram oscilações mediante a cada ciclo político. Enquanto presidente, Luís Inácio Lula da Silva teve seu foco na redução da fome, mas o incentivo de produção não era voltado somente ao mercado interno e à agricultura familiar, mas também, uma produção industrial com grandes latifúndios e agronegócio. Posteriormente, Dilma Rousseff teve o objetivo de erradicar a miséria, continuando o propósito do presidente anterior (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021).

A fome e IA se distribuíram de maneira desigual ao observar toda extensão do território, em intervalos de tempo diferentes segundo o Atlas das situações Alimentares no Brasil (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021). Se no período já mencionado houve um melhor resultado em áreas rurais, de 2009 até 2013 a melhora ocorreu em áreas urbanas, diferentemente do intervalo de 2013 a 2018 em que houve um crescimento em ambos os locais. Acompanhando tal oscilação, existe o crescimento acentuado do risco para a fome na média nacional, somada a desigualdade social.

A partir do governo de Michel Temer, houve um agravamento da situação de SAN, além cortes orçamentários que fragilizaram as políticas públicas que caminharam para uma sucessão de desmontes que se agravaram no governo sucessor (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021).

As diversas políticas públicas que já foram relacionadas à SAN como a Estratégia de Saúde da Família – ESF, Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido e vários outros que visam garantir os direitos dos cidadãos e com eles são salvaguardados o sustento de famílias brasileiras mais vulneráveis, sofreram desmontes a partir de 2018 juntamente com a extinção do CONSEA, agravando cada vez mais a continuidade dos avanços na garantia da SAN (LEÃO, 2013; WILLE, 2020).

Embora o Brasil tenha se destacado como um dos três maiores exportadores de alimentos do mundo em 2019, pareado com a China e Estado Unidos da América (EUA), batendo recordes de exportação de arroz, milho e soja, é importante reconhecer que a expansão do comércio de *commodities* não contribuiu para a melhora da qualidade alimentar dos brasileiros. Vale destacar que com a extinção do CONSEA no dia 1º de janeiro de 2019, os relatórios oficiais do governo a respeito da situação de segurança alimentar nos anos

subsequentes foram negligenciados. Além disso, a última edição do Mapa SAN, que coleta dados sobre segurança alimentar nos municípios e estados, foi publicada em 2018 e contou apenas com a participação de 2.139 cidades (FERRI; KALZIN, 2022).

Somente em 2020, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, realizado pela Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional (VigiSAN) com 2.180 famílias em todas as regiões do Brasil, identificou mais de 116,8 milhões de pessoas com algum grau de IA, incluindo 9% em situação de fome. No relatório “Olhe para a Fome” atualizado em 2022, este número aumentou para 15,5%, o que representa 33 milhões de cidadãos e extrema privação alimentar, sendo a região Nordeste a mais afetada por tal condição (FERRI E KALZIN, 2022; PENSSAN, 2022).

No período de 2019 a 2022, foi observado o abandono do processo de implementação do SISAN por muitos municípios que estavam anteriormente envolvidos nesse esforço. Por esse motivo, além de buscar novas adesões ao SISAN, surgiu o desafio de mobilizar e rearticular os municípios que já haviam aderido ao sistema durante o próximo período. Além disso, foi necessário enfrentar o desafio de construir um processo de adesão que não seja puramente burocrático, mas que efetivamente transforme o SISAN em uma realidade ativa nos territórios, com coordenação intersetorial e um forte controle social direcionado à promoção e garantia dos DHAA. Somado a este desdouro, o risco de fome foi agravado a partir da pandemia de COVID-19 declarada em março de 2020. Segundo o inquérito realizado no fim de 2020, menos da metade da população tinham segurança alimentar, ou seja, mais de 50% viviam em situação de vulnerabilidade, sendo 9% em situação de fome, e em regiões rurais a condição já atingia maiores proporções. (MALUF, 2021; PENSSAN, 2022).

Até o ano de 2022, os programas de SAN, sofreram drásticas reduções orçamentárias e mudanças críticas. Contudo, a partir de 2023, com o a posse de Lula, a política foi restabelecida, priorizando a participação social, especialmente das mulheres, e adotando modalidades mais ágeis, bem como a instituição do Plano Brasil Sem Fome com o objetivo de promover a segurança alimentar e combater a fome no país, com cinco objetivos principais, incluindo a redução da insegurança alimentar, da pobreza e o fortalecimento do SISAN. O público-alvo prioritário são pessoas em situação de insegurança alimentar grave, identificadas através do Cadastro Único (CadÚnico) (BRASIL, 2023).

A Ação de Distribuição de Alimentos também está sendo reformulada para atender povos indígenas, comunidades quilombolas e áreas afetadas por desastres socioambientais. O Programa de Fomento Rural, que visa à inclusão produtiva, teve seu orçamento aumentado

em e passa por correções financeiras. O Programa de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, que inclui restaurantes populares e cozinhas comunitárias, outrora desmontado, também necessita de uma reestruturação para atender grupos vulneráveis, com maior integração aos sistemas de saúde e assistência social locais (BRASIL, 2023).

2.1.2 A fome na perspectiva de Josué de Castro

Tomando o olhar de Josué Apolônio de Castro, analisaremos o espectro da fome em território brasileiro, para fundamentar nossas discussões. Josué de Castro foi um recifense que voltou sua atenção após sua formação em medicina, para a realidade social da classe operária do lugar onde nasceu e estendeu sua investigação sobre a condição de vida dos trabalhadores em outros Estados brasileiros. Teve grande participação no corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Buscava respostas para o problema da subnutrição e fome e promoveu cursos sobre alimentação e Nutrição em outras instituições e foi eleito Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, criando o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, em 1940 e, mais tarde, publicou diversas obras, como a “Geografia da Fome” em 1946, e “Geopolítica da Fome” em 1952, enquanto Presidente do Conselho da FAO (CASTRO, 1984).

Josué nasceu em 1908, em Pernambuco, em uma região marcada pela seca e pela miséria. Essa vivência em um ambiente de escassez e desigualdade despertou seu interesse pela temática da fome e o impulsionou a estudar Medicina. Especializou-se em Nutrição e sua experiência direta com população mais vulnerável no interior do Brasil e em outros países da América Latina foi determinante para sua atuação como pesquisador e ativista (SCHAPPO, 2008).

A compreensão de Josué de Castro, já na década de 1930, é de que a fome é uma das expressões da questão agrária, e que os fatores geradores da miséria no Nordeste vão além das secas. Tal postura aponta para o desenvolvimento posterior das ideias do autor em sua obra “Geografia da Fome” publicada em 1946, na qual demonstra a importância da agricultura de sustentação para o sertanejo na geração de possibilidades alimentares na região Nordeste. Ao enfatizar a fome como uma limitação imposta pela monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata, uma região voltada à exportação, destacou a necessidade de considerarmos os aspectos estruturais e econômicos que influenciam a SAN das populações.

Josué de Castro apontou sobre a importância de diversificar as atividades agrícolas e de promover uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos e terras a fim de garantir o

acesso aos alimentos. A partir de sua contextualização do Brasil como um país em desenvolvimento ou subdesenvolvido, permitiu uma compreensão mais ampla e aprofundada da fome como um fenômeno (SCHAPPO, 2008; NASCIMENTO 2002).

Tal compreensão vai além das causas imediatas da escassez alimentar, como as secas e condições climáticas, mas sim as estruturas socioeconômicas que perpetuam a desigualdade e a pobreza. Para ele, o problema da fome também não está relacionado à raça, mas sim, à falta de alimentos, o que marcou a ciência da Nutrição no Brasil (SILVA, 2010).

Mesmo que não faça parte do escopo desta pesquisa, é importante esclarecer que existe uma relação estrutural nas relações sociais no âmbito racial. Estudos atuais apontam que mulheres negras são as mais vulneráveis à IA, independentemente de fatores socioeconômicos favoráveis. Pessoas negras tem maior probabilidade de vivenciar a IA em comparação com pessoas brancas dentro do contexto histórico de desigualdade social, nível de escolaridade mais baixo, renda, menor acesso a serviços básicos e maior vulnerabilidade a situações de violência (MARIN-LEON *et al.*, 2011; SANTOS *et al.*, 2018; SANTOS *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2022).

Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil II- Suplemento (II VIGISAN) publicado em 2023 evidenciou que 33,1 milhões de brasileiros – estavam, no final de 2021 e início de 2022, em situação de IA grave, ou seja, em situação de fome. No relatório inicial da pesquisa, revelou-se ainda a situação de maior vulnerabilidade à IA moderada e grave em domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras. Em 2022, 6 em cada 10 domicílios com responsáveis autodeclaradas/os negras/os apresentavam algum nível de IA (OXFAM, 2023).

Em relação à fome, já década de 1930, Josué de Castro apresentava a complexidade e amplitude da questão e apontou a importância da agricultura sustentável para superar as limitações impostas pela monocultura, para a promoção da SAN (termo ainda não utilizado naquela época) nas diferentes regiões do Brasil. Suas obras e pesquisas trouxeram uma abordagem multidisciplinar e incisiva sobre essas questões, tornando-se uma referência no combate à fome do território nacional para o mundo (SILVA, 2010; NASCIMENTO, 2002).

O modelo econômico criticado por ele justificava a desigualdade e a exclusão social, evidenciando a fome como consequência de políticas injustas e de um sistema que priorizava o lucro em detrimento das necessidades básicas da população. Nesse sentido, suas obras foram fundamentais para provocar a consciência nacional e internacional sobre a problemática da fome e da desigualdade social. Seus estudos influenciaram a formulação de políticas

públicas voltadas para a SAN e contribuíram para a criação do CONSEA, além de atuar em defesa da reforma agrária, destacando a importância da distribuição justa de terras como forma de combater a fome e a desigualdade. Ele também atuou como presidente da FAO e participou das diversas conferências internacionais sobre a fome e desnutrição. Outras obras como “Homens e Caranguejos” e “A Terra, a Fome e a Esperança” também foram de sua autoria e são trabalhos que expõem a realidade vivenciada pela parcela majoritariamente carente (SCHAPPO, 2008; NASCIMENTO, 2002).

A visão humanista de Josué de Castro e sua análise crítica acerca das estruturas sociais e econômicas continuam relevantes nos dias de hoje. Em um contexto global, marcado por disparidades e injustiças, seu trabalho nos alerta para a urgência de transformações profundas que assegurem o DHAA e combata a desigualdade em todas as suas dimensões. É preciso reconhecer e se engajar na luta pela equidade de direitos não de forma romantizada, mas sim, com uma análise crítica dos indicadores que estão associados a tal expressão da questão social. A partir da abrangência da fome foi possível a identificação das consequências e interconexões com outras dimensões sociais e estruturais. A fome trata-se de um fenômeno complexo e interdependente que demanda uma abordagem integrada para sua resolução. Além disso, a cristalização desta condição também é discutida por Josué a respeito de outras obras Nordestinas como as de Graciliano Ramos Jorge Amado, José Lins do Rego, que exemplificam tanto uma população empobrecida, faminta e revoltada contra a opressão econômica. (SCHAPPO, 2008; NASCIMENTO, 2002).

Ao ampliar o escopo de análise da fome e relacioná-la à realidade brasileira, Josué de Castro contribuiu para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelo país em termos de desenvolvimento e SAN. Sua abordagem metodológica pioneira abriu caminho para uma visão mais completa da questão da fome, permitindo a consideração de soluções mais eficazes e abrangentes para combatê-la.

Em um primeiro momento Josué concentra abordagens fisiológicas e biológicas, distinguindo o saudável do patológico. Em um segundo plano, o autor relaciona sua própria consciência individual da realidade social da região onde nasceu a essa fase de conscientização histórica.

A pesquisa realizada por Josué sobre as condições de vida do operariado pernambucano que resultou no ensaio “as condições de vida das classes operárias no Recife”, publicado em 1935, foi inovadora ao abordar a relação entre alimentação e salário-mínimo. Ele constatou que os operários não tinham poder de compra, pois gastavam mais do que

ganhavam, destinando uma proporção significativa de seus salários apenas para alimentação. Além disso a qualidade da alimentação também era inadequada para a manutenção da saúde (SILVA, 2010).

Foi nesse período e diante da paisagem humana e certas imagens sombrias quando ele traduziu suas impressões na obra “Homens e Caranguejos”, que inicialmente retratou a década de 1930 em um romance, que conta a história de personagens que eram obrigados a estabelecer moradia nos mangues e assumiram identidade de homens-caranguejo, utilizando uma metáfora. Na história do livro, posteriormente, ele ilustra as duas transformações marcantes na visão dele, os homens-caranguejo abandonaram os mangues, migraram para o ambiente urbano e se tornaram “homens-gabiru”, enquanto os “caranguejos-com-cérebro” dotados de suas antenas abandonaram a lama e passaram a buscar estímulos e oportunidades. Nesta primeira fase a preocupação central de Josué de Castro era analisar o debate entre o Brasil marcado pela fome como uma questão nacional. Ele propôs políticas de alimentação orientadas pela ciência para construção de uma nação produtiva, alimentada e feliz (CASTRO, 1967; MELO FILHO, 2003).

Ao se tornar um cientista social, realizou estudos sobre a classe operária no Recife e no Rio de Janeiro, influenciando a instituição do primeiro salário-mínimo no Brasil por meio do decreto lei nº 2162. Além disso, se destacou como um homem multifacetado capaz de reunir conhecimentos e relacioná-los entre si. Desempenhando papéis de médico, nutricionista, cientista social e político conduziu estudos em laboratório e pesquisa de campo, propôs novas políticas, assumindo também a responsabilidade por sua implementação e promovendo a ampliação e o aprofundamento das abordagens políticas no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SILVA, 2010).

Os pressupostos teóricos e metodológicos são compreendidos por meio de sua sociologia da fome que é composta pelas seguintes categorias fundamentais: o caráter humanista de sua obra; a ideia de uma medicina social e de cura da sociedade; o pioneirismo ao abordar a fome como fenômeno social; o pensamento de esquerda e a teoria marxista; a discussão do subdesenvolvimento, tão relevante a partir dos anos 1950; a dualidade como instrumento de interpretação do Brasil; a crítica a Robert Malthus e seus seguidores; a nova abordagem metodológica; a questão ecológica; e, por fim, a forma ensaística como ele expressa suas ideias (NASCIMENTO, 2002, CASTRO, 1984).

As ideias de Josué de Castro foram amplamente exploradas, mas ainda há lacunas que devem ser preenchidas, o que é perfeitamente natural em uma obra tão vasta e multidisciplinar

como a do autor. Uma dessas lacunas refere-se aos pressupostos metodológicos e teóricos presentes na maioria dos temas abordados por Josué. Compreender esses pressupostos permite ter uma melhor percepção do que está implícito em sua obra e subjacente ao seu discurso. São categorias frequentemente expressas ou latentes nos textos do teórico da fome (NASCIMENTO, 2002).

A metodologia em sua análise da fome enfatiza a abordagem geográfica aliada às causas sociológicas. O autor examinou as características físicas, econômicas e sociais do fenômeno da fome em diferentes regiões do Brasil reconhecendo a singularidade de cada uma delas e a necessidade de políticas públicas específicas para enfrentar o problema. Com isso, ele trouxe uma perspectiva crítica para o pensamento social brasileiro, posicionando a fome como um problema construído pela própria sociedade (NASCIMENTO, 2002).

2.1.3 Comunidade que sustenta a agricultura e sua conexão com os princípios de SAN

Durante o século XX, ao mesmo tempo que a Revolução Verde no Brasil, provocou aumento da demanda da produção agrícola, a utilização de produtos químicos, alteração genética por transgenia, e métodos que pudessem garantir a efetividade da produção, também causou consequências ambientais negativas, IA e declínio do estado de saúde da população brasileira que acentuaram com o tempo, assim como em diversos países que enfrentavam um processo de industrialização massivo (MAAS, 2020).

Com isso, começam a surgir estratégias de enfrentamento à IA e oposição à utilização de produtos agrotóxicos, pela mobilização dos agricultores que optam por formas sustentáveis de prática agrícola. Pequenos produtores se organizaram para desenvolver formas de produção de alimentos orgânicos em uma lógica mais justa e segura sob um contexto ecológico, financeiro e saudável. Alimentos orgânicos ou biodinâmicos são assim considerados, a partir de uma produção que utilize o mínimo de recursos naturais, respeite a sazonalidade para a produção, e que não utilize agrotóxicos ou quaisquer componentes químicos não naturais que alteram a composição genotípica e fenotípica de vegetais, com consequente deposição de resíduos tóxicos que causam degradação do solo, e contaminação da água (FAO, 2001).

A construção coletiva para o cultivo de orgânicos deu origem ao conceito da agroecologia que se trata de uma ciência que integra a prática agrícola a fatores ambientais de

clima, tipo de solo, diversidade biológica, utilização de espécies nativas e outros princípios agronômicos, ecológicos, econômicos e sociais de maneira que haja menor utilização de recursos naturais e que promova a restauração natural do ambiente respeitando produção orgânica de alimentos (MAAS, 2020).

Além de ser uma ação de promoção ambiental, a produção e o consumo de alimentos orgânicos também estão diretamente ligados à SAN no que tange seus princípios de maior qualidade nutricional, liberdade de escolha de preparo, possibilidade de maior acesso à comida sem aditivos alimentares, respeitando culturas locais, e contribuindo para economia local (LEÃO, 2013).

Formações de grupos da sociedade civil organizados para praticar a agricultura solidária se tornaram frequentes em diversos locais do mundo. Em 1917, na Alemanha, o termo “*Solidarische Landwirtschaft*” (SoLaWi), que significa “Agricultura Solidária”, aplicava ações semelhantes às que hoje conhecemos como agricultura sustentada pela sociedade, mas ainda não eram chamadas de CSA, segundo Amorim (2018).

Ações como estas, se devem à ciência da Antroposofia discutida até então, pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner, que desenvolveu a ideia de que o indivíduo trabalhe em prol da comunidade à medida que ela se estrutura para promover as necessidades do indivíduo, de forma livre e responsável respeitando o ser humano e a realidade em que está inserido. Ele se baseou na Lei Social Fundamental e na Economia Associativa, e implantou o Movimento Biodinâmico em 1924, a partir de oito palestras para agricultores que tinham o objetivo de trabalhar a relação integrada do homem com a natureza de maneira espiritual e ética (AMORIM, 2018; SAB, 2016; SOTO, 2020).

A discussão de Steiner mostra a importância do aumento do número das redes voluntárias que se unem de acordo com valores afins, e o impacto social a partir da iniciativa dos integrantes da sociedade é maior quando atuam para a construção de um sistema igualitário integrado que cria formas de produção alternativas favorecendo o próprio desenvolvimento econômico social, cultural e humano, e o de grupos de agricultores que dependem deste incentivo da sociedade (AMORIM, 2018).

Mais tarde, surge a CSA primordial no Japão que representa o projeto oficial o que viria a ser a CSA difundida mundialmente, partindo da palavra japonesa “*Teikei*” que significa cooperação segundo Amorim (2018), mas existem discussões perante outros autores, como afirma Sousa Junior (2020), que além do anterior, também apresenta a ideia de união de acordo com o ideograma japonês, e parceria.

De qualquer forma, o termo nos leva ao sentido de colaboração e participação ativa dos indivíduos produtores e consumidores, de maneira que o processo construa uma relação mais próxima entre quem consome e quem produz, ao invés de um modelo capitalista de simples troca comercial. Esta articulação social também tem discussões diversas sobre o motivo do surgimento. A origem pode ter sido como uma estratégia de enfrentamento pelo movimento feminino contra a utilização de pesticidas e mecanização da agricultura promovida pelo governo japonês que teve consequência na crise camponesa, mas também há a hipótese de ser uma preocupação populacional em relação à demanda de produção de alimentos destinados à exportação que causaram a qualidade inferior dos alimentos dedicados à população japonesa. Há ainda a concepção de que o movimento Teikei foi a saída para a consequência dos desastres ambientais acontecidos em 1954 (SOUSA JUNIOR, 2020).

O movimento então dá origem a definição atual das CSA's pelos princípios desenvolvidos e se concentram na essência que ressoa em todas as CSA's do mundo. Ao todo são dez princípios formulados e estabelecidos como sendo a base ideológica de apreço entre as pessoas envolvidas, como ilustrado no quadro 1:

Quadro 1 – Os 10 princípios *Teikei*

Princípios	Significados
Assistência mútua	Agricultores e consumidores devem buscar se ajudar com base no entendimento mútuo de que a essência reside em uma relação de amizade previamente construída.
Produção Planejada	Mediante prévio acordo com os consumidores, os produtores devem buscar produzir o máximo de variedade de alimentos no espaço destinado ao plantio.
Aceitação da Produção Obtida	Mediante prévio acordo, o que foi obtido na terra deve ser aceito e a dieta deve depender o máximo possível desta fonte.
Concessão mútua na Decisão do Preço	Ao decidir os preços da produção, os agricultores devem levar em conta, as economias que foram realizadas pelo encurtamento da cadeia, pela aceitação de todos os produtos e pela redução de embalagem. Os consumidores devem considerar que estão obtendo produtos de qualidade, seguros frescos e saborosos.
Aprofundamento das Relações de Amizade	Deve-se buscar o máximo de contato entre produtor e consumidor, pois disso, depende a relação de amizade.
Auto distribuição	Visa diminuir ou excluir a dependência de transporte externo: a logística deve ser encargo do produtor ou consumidor.
Gestão Democrática	As responsabilidades são compartilhadas entre todos.
Busca pelo Aprendizado	É importante fomentar práticas de compartilhamento de saberes entre os membros.
Manutenção da Escala do Grupo Apropriada	Deve-se evitar que um grupo fique muito grande. Para isso, recomenda-se ampliar a quantidade de grupos de modo a manter constante a colaboração mútua.
Desenvolvimento Estável	Nem sempre as condições serão adequadas e favoráveis a todos, deve-se fazer um esforço para melhorar e avançar com colaboração mútua.

Fonte: ECKERT (2016, p. 407).

Os princípios mostram uma multifuncionalidade que converge com os critérios de SAN quanto às ações que descrevem a preocupação com a produção alimentos frescos, seguros, saborosos variados, respeito à adesão dos cultivares, a preços justos levando em conta a diminuição da cadeia de transporte, com uma corresponsabilidade assumida.

Ao falarmos sobre CSA, seguimos a mesma lógica de que enquanto o agricultor tem liberdade para dedicar-se livremente para a produção que respeite a terra, o tempo e as intempéries que influenciam todo o ciclo de plantio, os coagricultores, por sua vez, ficam comprometidos com o financiamento dos gastos da produção agrícola, com contribuição de uma mensalidade e/ou prestação de serviços além de participação de mutirões para suprir os gastos que existem na produção como a compra de sementes, transporte, salário do agricultor, adubação verde, etc. Os custos são rateados entre todos os participantes, que contribuem com o valor médio dos custos totais, e recebem alimentos orgânicos, variados, de qualidade, produzidos por quem conhece e onde conhece, sem custos adicionais, em uma rede de economia solidária (SOUSA JUNIOR, 2020).

Em 1997, formas de produção alternativas chegaram em território brasileiro, no formato de Associações. Posteriormente, em 2011, surge a primeira CSA e ainda permanece ativa, completando 12 anos em 2023, a CSA Demétria, em Botucatu. Hoje, existe uma média de cem CSA's catalogadas no país, associadas voluntariamente à Organização sem fins lucrativos chamada Associação Comunitária CSA Brasil, que visa fomentar novos projetos de agricultura familiar baseados nos princípios Teikei, e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, humano, garantia de segurança alimentar e formalizando um movimento social consolidado no formato de rede (CSA BRASIL, 2022).

2.1.4 Da reforma agrária ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A concepção de reforma agrária abarca não apenas a luta por acesso e posse da terra por grupos marginalizados politicamente e economicamente, mas também compreende um conjunto de políticas públicas em resposta a essas lutas, além dos projetos políticos que conferem sentido tanto às batalhas quanto às ações governamentais. A diversidade dessas lutas e respostas, influenciada por contextos regionais e sociais distintos, culmina em dinâmicas territoriais diversas que buscam reequilibrar a distribuição de terras, mantendo uma tensão sutil entre aspirações idealistas e circunstâncias reais. Dentro do contexto da influência do capitalismo agrário no Brasil, as demandas de vários grupos revelam as implicações adversas da acumulação de capital e apontam para alternativas que enfatizam cidadania, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. Nesse cenário, a redefinição da reforma agrária emerge como uma oportunidade para fomentar a participação cívica, inclusão

socioeconômica e práticas sustentáveis nas áreas rurais. E possibilita uma convivência harmoniosa entre os setores integrados aos mercados globais agroalimentares e as práticas agrícolas familiares e comunitárias alternativas (BARONE; FERRANTE, 2017).

Com o fim do período de regime militar no Brasil, a questão da reforma agrária recuperou seu destaque na esfera política, alinhado ao otimismo decorrente da democratização da sociedade brasileira. Em 1979, durante o III Congresso da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a urgência de uma reforma agrária ampla e radical se tornou evidente. A abertura democrática deu voz aos grupos marginalizados e, nesse contexto, o nascimento do MST em 1984 desempenhou um papel vital na promoção de ações direcionadas à reforma agrária (MARQUES; LUCAS, 2014).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge da convergência das batalhas pela posse da terra, que foram reavivadas a partir do final da década de 1970, com ênfase na região Sul do Brasil. A trajetória ascendente desse movimento está intimamente ligada à evolução da modernização agrícola, promovida pelo governo militar e o crescimento do MST encontra suas raízes nas transformações políticas e econômicas promovidas por essa modernização. As políticas agrícolas instituídas pelos militares baseavam-se no paradigma da Revolução Verde, priorizando primordialmente a expansão capitalista da agricultura, sem reconhecer a importância da agricultura camponesa no cenário (LAZZARETTI, 2021).

Com a proposta uma nova modalidade de assentamentos pelo O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), com ênfase na consideração ambiental, as estratégias e justificativas para a reforma agrária sofrem constantemente em mutação. A análise dos impactos da instalação de assentamentos, vão além do desempenho produtivo, e ganha relevância nesse contexto. O conceito de multifuncionalidade da agricultura desempenha um papel crucial nessa abordagem, proporcionando uma perspectiva mais abrangente sobre o assentamento de agricultores sem-terra (MARQUES; LUCAS, 2014).

A modernização agrícola questionou o papel da reforma agrária, embora defensores tenham persistido na busca por justiça. Parte do movimento redirecionou-se, focando em assentamentos como "Comunas da Terra", privilegiando áreas bem equipadas. Em São Paulo, o MST adotou tal abordagem desde 2001, com ênfases urbanas, proximidade de centros urbanos, práticas ecológicas e acesso coletivo à terra. A FAO promove a revalorização da agenda agrária, vinculando-a a demandas ambientais, energias renováveis, uso sustentável de recursos e alimentação saudável. A intervenção pública na questão fundiária pode ser tida

como uma oportunidade de enfrentar desafios contemporâneos e promover uma agricultura renovada, propiciando novas formas de ruralidade (BARONE; FERRANTE, 2017; MARQUES; LUCAS, 2014; RIECHELMANN, 2006).

O MST passou por uma reformulação de suas bases teóricas e modelos de reforma agrária para lutar pela democratização da terra. A crise do projeto de coletivização nos anos 1990 levou a discussões sobre agroecologia e soberania alimentar. A Proposta de Reforma Agrária de 1995 introduziu novos valores, como preocupações ambientais e novas concepções de produção. Fatores como o modelo agrícola agroexportador, o fim do PROCERA e a formação da Via Campesina levaram à reorganização interna. O IV Congresso Nacional de 2000 marcou a busca por novos horizontes para fortalecer assentamentos e superar a pobreza (SOUZA; SCHNEIDER, 2022)

A transição do colonialismo para o neocolonialismo e como os investimentos do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista afetaram tanto as dimensões econômicas quanto sociais das políticas sociais na América Latina, com um foco particular no Brasil. Com a persistência dos movimentos indígenas, quilombolas e camponeses na luta pela terra e pela reforma agrária, apesar das adversidades históricas e políticas enfrentadas ao longo do tempo, fica ressaltada a resiliência e determinação desses grupos em busca de justiça social e direitos fundamentais. O MST utiliza base em três eixos mobilizadores do programa de reforma agrária popular: a demanda coletiva pela terra, a política pública do estado e a transformação das relações de poder. Esses fatores revelam a complexidade das mudanças necessárias para alcançar uma reforma agrária significativa e equitativa e a discussão sobre como esses eixos interagem e influenciam a trajetória da reforma agrária é importante para lidar com as questões agrárias e sociais (MST, 2021).

A política de reforma agrária no Brasil é implementada através de várias abordagens, incluindo desapropriações e processos de compra e venda de terras. No entanto, muitas das terras incorporadas à reforma agrária apresentam condições naturais degradadas, incluindo pastagens, monoculturas abandonadas e áreas de vegetação nativa degradadas devido à má gestão anterior. Isso tem impactado a capacidade dos assentados de manterem a posse dessas terras, que para combaterem esses desafios, adotaram uma abordagem radical, promovendo um modelo alternativo baseado na agroecologia, cuja terra não é apenas um meio de gerar renda, mas também um recurso para melhorar a qualidade de vida. Essas mudanças de abordagem também têm raízes teóricas nas quais o MST adotou o cooperativismo como parte fundamental de sua estratégia na década de 1990, mas ao longo do tempo, a ênfase se

deslocou para uma abordagem mais alinhada com a agroecologia e o resgate da agricultura camponesa (SOUZA, 2023; NÓBREGA 2022).

Enquanto o MST surge como resposta à lógica excludente do capital, visando igualdade e justiça, o capitalismo envolve concentração de terras, degradação ambiental, uso de agrotóxicos e desigualdade. Por ser um movimento de caráter revolucionário, que desafia estruturas dominantes e propõe novas formas de organização política, social e econômica para uma sociedade mais justa, a criminalização do MST é apontada através de ações como a CPI do MST, impulsionada por setores que defendem interesses contrários ao movimento (MST, 2023).

As tentativas de criminalização do MST por parte da CPI podem ser compreendidas a partir de estratégias políticas que envolvem descredibilização de movimentos sociais como forma de manter status quo e interesses estabelecidos que promovem o agronegócio e o capitalismo. Isso levanta questões sobre o funcionamento da democracia, o papel das instituições parlamentares e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais na conquista de seus objetivos. A persistência do MST ao longo de quase 40 anos, apesar das tentativas de desmantelamento pode ser examinada sob a perspectiva da resiliência dos movimentos sociais, a análise de como eles se adaptam, evoluem e permanecem relevantes em face de desafios políticos, econômicos e sociais (CRUZ; FRANÇA, 2023).

A FAO, defende a revalorização da agenda agrária, associando-a a novas reivindicações sociais relacionadas à preservação ambiental, energia renovável, exploração sustentável de recursos naturais e alimentos saudáveis. Guilherme Delgado destaca a intervenção pública sobre a questão fundiária como uma oportunidade para gerar empregos e enfrentar desafios contemporâneos, enquanto uma agricultura renovada e revalorizada contribui para conceber novas formas de ruralidade (MARQUES; LUCAS, 2014).

A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para autorrenovar-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia (ACOSTA, 2016, p. 121).

Acosta discute a relação fundamental entre economia e ecologia, destacando a importância de a economia se submeter aos princípios e limitações da ecologia. Para o autor, a natureza, estabelece os parâmetros para a sustentabilidade e a capacidade de renovação dos

sistemas naturais. Isso, por sua vez, influencia diretamente as atividades produtivas e o funcionamento da economia. A ideia principal é que a economia não pode operar de forma independente da ecologia, pois a destruição ou exploração irresponsável da natureza pode levar a consequências negativas para a própria economia. Ao destruir os recursos naturais e as bases dos sistemas ecológicos, estaríamos minando a capacidade de sustentação das atividades produtivas e comprometendo a continuidade e o bem-estar econômico a longo prazo. Essa perspectiva ressalta a importância de considerar os limites e a capacidade de regeneração dos ecossistemas ao desenvolver políticas econômicas e práticas produtivas. É uma chamada para reconhecer a interdependência entre o mundo natural e a economia humana, buscando uma abordagem mais equilibrada e sustentável para a tomada de decisões e ações relacionadas ao desenvolvimento econômico (ACOSTA, 2016).

2.2 Panorama mundial e brasileiro das pesquisas sobre CSA

As CSA's foram difundidas mundialmente, inicialmente na América do Norte e Europa com um crescimento gradual e em sua maioria eram caracterizadas por localizarem-se em fazendas familiares menores com agricultura biodinâmica e ultrapassaram a margem de mil projetos ao final dos anos 90 com um crescimento exponencial. Segundo Freitas e Calbino (2020), as pesquisas sobre CSA tiveram início na década de 90 e as pesquisas nacionais foram iniciadas recentemente, em 2016 e tanto no nível internacional, quanto o nacional, são trabalhos que envolvem a interdisciplinaridade.

Até 2019, foram catalogadas 10 pesquisas de âmbito nacional que contabilizaram mais de cem CSAs no Brasil. Dentre os estudos, 8 eram dissertações e 2 eram Teses de doutorado, como ilustrado no quadro 2:

Quadro 2 – Dissertações e Teses sobre CSA no Brasil

Autor	Universidade	Programa de Pós-graduação	Ano de Publicação	Localização das CSA's Analisadas
ECKERT, D.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado em Administração	2016	2 em Belo Horizonte – MG
ROTOLI, L.U.M.	Universidade Estadual Paulista	Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento	2016	1 em São Carlos – SP
BENINI,	Universidade	Mestrado em Ciências	2016	1 em São Carlos – SP

M.L.A.	Estadual de Campinas	Humanas e Sociais Aplicadas		
TORRES, C.L.	Universidade de Brasília	Mestrado em Design	2017	3 em Brasília – DF
NEVES, T.L.	Universidade do Estado de Minas Gerais	Mestrado em Design	2017	2 em Belo Horizonte – MG e 1 no Rio de Janeiro – RJ
MARTINS, A.L.B.	Universidade Federal Fluminense	Doutorado em Geografia	2017	1 em Botucatu – SP e 1 na Alemanha
SANTANA, G.S.	Universidade de Brasília	Mestrado em Agronegócio	2018	5 em Brasília – DF
AMORIM, J.O.L.	Universidade Federal de São Carlos	Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural	2018	3 em São Paulo – SP, 1 em São Carlos – SP e 5 na Alemanha
OLIVEIRA, F.A	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado em Administração	2018	2 em Belo Horizonte – MG
AGUIAR, V.L.	Pontifícia Universidade Católica – MG	Doutorado em Administração	2018	2 em Belo Horizonte – MG e 1 em Londres

Fonte: Melo Freitas e Calbino (2020, p. 92).

As investigações individuais, demonstram que algumas cidades foram objeto de análise mais frequentemente do que outras. Belo Horizonte, em Minas Gerais, por exemplo, foi destacada em diversos estudos, o que pode indicar um ambiente favorável o estudo sobre CSAs nessa região. Do mesmo modo, Brasília figura em múltiplos estudos, possivelmente refletindo uma consequência da origem das CSAs no Brasil.

A concentração de estudos em certas cidades ou regiões pode estar sujeita a múltiplos fatores, incluindo a existência de iniciativas de CSA bem estabelecidas, a disponibilidade de recursos para pesquisa e colaborações com instituições locais. Enquanto a diversificação nas localizações e quantidades de CSA's analisadas por cada autor enriquece o panorama de pesquisa, viabilizando a comparação entre diferentes abordagens, ambientes urbanos e rurais,

bem como a ponderação de elementos culturais, socioeconômicos e geográficos que podem exercer influência nas dinâmicas das CSA's.

A partir da pesquisa feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as pesquisas realizadas até agosto de 2023 com descritor “Comunidade que Sustenta a Agricultura” aumentaram para 18, sendo 17 Dissertações e 1 Tese, envolvendo assuntos relacionados à agroecologia e o mesmo termo em inglês, sustentabilidade e economia solidária, o que demonstra um crescimento ainda gradual desde o panorama demonstrado inicialmente.

Por outro lado, a partir de outra base de dados, foi possível constatar um total de 5.508 estudos relacionados ao termo Comunidade que Sustenta a Agricultura a partir do ano de 1990. Isto mostra um salto das pesquisas sobre CSA no âmbito internacional e nacional. Ao selecionar o filtro de pesquisas nacionais, da Scielo, tem-se um total de 201 pesquisas realizadas sobre CSA.

O panorama revelado apresenta um cenário importante de ser analisado e abrangente em relação às pesquisas relacionadas ao termo. Estes estudos englobam a agroecologia, sustentabilidade e economia solidária, que evidenciam um crescimento gradual, porém constante, no interesse por essa temática que provocou um crescimento substancial das investigações, que abarcam dimensões tanto nacionais quanto internacionais. Este processo pode ser interpretado como um reflexo do crescente reconhecimento da importância da CSA no cenário agrícola global, destacando-se como uma abordagem de resposta aos desafios da Segurança Alimentar e da sustentabilidade.

A temática também é objeto de estudo nas discussões acadêmicas nacionais, contribuindo para a formulação de estratégias agrícolas mais eficazes e alinhadas com as necessidades do país. O crescimento gradual das pesquisas, a expansão internacional das investigações destaca um padrão de interesse multifacetado e em constante discussão. Este progresso também pode indicar uma transição da CSA de um nicho de pesquisa para uma abordagem interdisciplinar.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

O delineamento demonstra os instrumentos de coleta dos dados, bem como os demais procedimentos que foram realizados para aplicação e análise dos dados, tipo de população a ser investigada. Em outras palavras, trata-se da descrição detalhada sobre o que realizamos em todo o estudo para que os objetivos fossem atendidos.

É importante esclarecer que todos os procedimentos metodológicos foram executados, tiveram respaldo na literatura e seguiram princípios éticos.

3.2 Tipo de Pesquisa

Para alcançar aos objetivos do estudo, esta pesquisa caracterizou-se por ser de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, do tipo exploratória, realizada com agricultores que vivenciam a realidade da CSA da RM Vale.

O caráter qualitativo estreita os caminhos entre a ciência e a subjetividade dos participantes para compreensão de sua realidade. Este tipo de estudo pesquisa sugere interpretações que consideram as crenças, os valores e as aspirações ligados à maior profundidade das relações, fenômenos e regimentos que não podem ser reduzidos a simples variáveis. A análise qualitativa torna mais fidedigna a reprodução da realidade de acordo com uma convivência entre o investigador e seu público (FLORISBELO, *et al.*, 2021).

Neste estágio, a característica exploratória demandou a interpretação dos dados coletados para explicar os fenômenos sociais que acontecem na população, a respeito do tema a ser trabalhado (FERNANDES; MOREIRA; FORTES, 2017).

3.3 Participantes

Todos os cinco agricultores das CSAs da RM Vale foram convidados para esta pesquisa, por serem responsáveis pelas CSA's da região, localizados nos sítios e terras de produção agrícola, sendo um da cidade de Monteiro Lobato, três da cidade de São José dos Campos e um de Taubaté. Para fins cumprimento do acordo ético, os nomes e dados dos participantes foram mantidos em sigilo. Portanto, os nomes a serem citados posteriormente nos depoimentos transcritos nos próximos tópicos, serão fictícios.

3.4 Instrumentos de Pesquisa

No decorrer da pesquisa intencionamos entrevistar um indivíduo de cada CSA que aceitaram contribuir com a pesquisa, e, previamente à sua aplicação, foram apresentados os documentos Termo de Autorização de Uso de Imagem, Termo de Autorização de Uso de Voz, e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que constam no ANEXO A, os quais foram esclarecidos sobre os riscos e benefícios da participação.

Nesta fase da pesquisa, em algumas situações podem ocorrer desconforto emocional ou constrangimento durante a aplicação dos questionários, e/ou entrevista e cansaço pelo tempo dedicado às atividades propostas, entretanto, a fim de evitar tais desconfortos fizemos pausas quando necessário e um momento mais confortável foi promovido para os participantes. Além disso, foram ressaltados os benefícios que envolvem a contribuição para a compreensão e conscientização da prática social que reforce a garantia da SAN tanto no contexto nutricional, como no âmbito do Desenvolvimento Humano, além de auxiliar na prospecção das CSA's, e possíveis coagricultores na região estudada.

A coleta de dados foi realizada durante o mês de novembro de 2022, por meio de uma entrevista semiestruturada que consta no APÊNDICE A, elaborada com base nos objetivos deste estudo, visando questionar os agricultores responsáveis pelas CSA's da RM Vale, em busca das suas percepções e práticas sociais realizadas através da agricultura familiar que estão ligadas à SAN.

Além da entrevista também foi aplicado, no mesmo período, um questionário sociodemográfico com os mesmos participantes (APÊNDICE B), que junto à observação *in loco* em cada uma das CSAs, caracterizada por uma breve apresentação do terreno e acompanhamento de rotina, possibilitou um entendimento das realidades de cada agricultor.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Seguindo princípios éticos-legais, esta pesquisa seguiu as normas contidas nas Resoluções e CNS nº 510 de 07 de abril de 2016 que regulamentam diretrizes e normas para a realização de pesquisa com seres humanos. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU) e após aprovação, foi realizada a pesquisa. O CEP defende os interesses dos participantes da pesquisa, garantindo dignidade, integridade, com princípios éticos.

Após a aprovação com CEP, os agricultores e agricultoras da CSA foram convidados a participar, e após o agendamento para uma visita aos sítios e terras agrícolas dos então participantes, foi aplicado questionário sociodemográfico e realizada a entrevista que foi gravada, armazenada em nuvem com garantia de segurança, confidencialidade e sigilo dos dados, para posterior transcrição e análise das informações coletadas. Desta forma, os nomes dos agricultores e agricultoras que são citados nas falas são nomes fictícios, para garantir a proteção e sigilo dos participantes deste estudo. É válido mencionar que previamente à aplicação dos instrumentos, os participantes foram acolhidos, alertados acerca dos riscos e benefícios da pesquisa e ciência de que poderiam deixar de participar do estudo a qualquer momento.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Para a análise, os dados sociodemográficos foram tabulados no Software Excel® para a comparação e discussão dos resultados analisados por estatística descritiva, com teste de associações demográficas.

A parte qualitativa deste estudo trabalhou a transcrição das entrevistas, revisão e posterior utilização da triangulação de métodos., que segundo Minayo (2010), que se trata de técnicas de análise de comunicação e podem ser organizadas por três momentos, sendo que o primeiro processo interpretativo compreende três fases: transcrição dos dados levantados, pré análise e elaboração de categorias de análise; o segundo processo interpretativo envolve a leitura aprofundada do material, investigação ancorada no diálogo, e macro análise; e enfim, o terceiro processo interpretativo compreende em uma única etapa: diálogo entre os dados empíricos, autores que tratam da temática e análise de conjuntura (MARCONDES; BRISOLA, 2014; MINAYO, 2010).

Os dados coletados na pesquisa, entrevistas e o levantamento sociodemográfico foram cotejados e articulados a fim de alcançar os objetivos propostos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os resultados sobre as percepções e as práticas sociais do grupo de agricultores de CSA's da RM Vale sobre SAN, cotejados com o questionário sociodemográfico.

4.1 Perfil Sociodemográfico dos Participantes

Antes mesmo de iniciarmos a análise propriamente dita, apresentamos os gráficos e tabelas a seguir, com o perfil dos participantes da pesquisa:

Tabela 2 – Classificação do gênero dos participantes da pesquisa

Gênero	n
Feminino	1
Masculino	4
Total	5

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Quanto ao gênero foi verificado que a maior parte do público que respondeu à pesquisa foi do gênero masculino. Tal resultado se deve ao responsável pelos sítios e terrenos de cada CSA. Porém, isso não extingue a importância da participação de mulheres no campo, tanto que ao responderem questões do questionário sociodemográfico, os agricultores mencionaram as companheiras² e, durante a entrevista, a presença de mães, esposas, irmãs também surgiram ao longo das narrativas.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o trabalho de Calcanhoto (2018), à qual também realizou um estudo em uma região de assentamentos do MST. E ressalta em sua pesquisa o desafio da igualdade de gênero, que ainda é um desafio enfrentado na sociedade. Atualmente, apesar de o MST ter um compromisso com a equidade entre os gêneros e reconhecer a importância da participação ativa das mulheres na luta pela reforma agrária e pela transformação social, a igualdade de gênero está em construção, apesar do processo de luta e reivindicação feminina dentro do próprio movimento.

² No MST homens e mulheres se chamam por companheiros e companheiras.

A ascensão do MST ocorreu devido ao contexto histórico de modernização da agricultura implementado pelo governo militar após o golpe de 1964, quando o modelo agrícola adotado na época favoreceu os grandes proprietários de terras para a concentração fundiária e consequente aumento das desigualdades sociais no campo. Inicialmente, a organização feminina dentro do MST e suas reivindicações não eram consideradas prioritárias pelo movimento e tal posicionamento não era unânime. Com isso, as mulheres tiveram a abertura de espaços para o debate a respeito de gênero, baseando-se em suas próprias experiências e conflitos (LAZZARETTI, 2021).

Nessa direção, é possível identificar os principais componentes do feminismo camponês e popular. A intersecção de lutas de gênero, classe e raça se mostrou crucial para o feminismo camponês e popular, junto ao combate à violência contra a mulher, além da defesa da agroecologia e da soberania alimentar, que são traços intimamente ligados aos processos de organização e transformação social. A construção da defesa da igualdade de oportunidades, e o acesso às mesmas condições de trabalho, educação e saúde para homens e mulheres é uma realidade buscada por mulheres do MST, que inspiram e visam a construção do pensamento consciente a partir da promoção de ações tanto sobre a importância da atuação feminina na sociedade, quanto pelo fim da violência contra mulheres. A criação de espaços de discussão e formação de mulheres é uma iniciativa do movimento feminista dentro do MST para o debate de questões específicas relacionadas às vivências, além da disseminação de informação sobre as experiências e estratégias para a evolução social (LAZZARETTI, 2021).

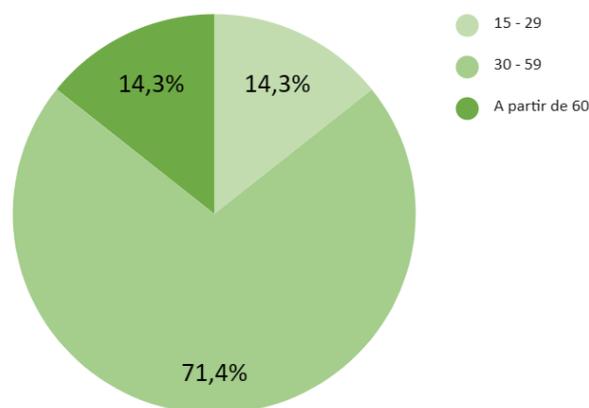
Como dito, as construções culturais e sociais ainda carregam a influência histórica das percepções e expectativas em relação às mulheres e aos homens. A divisão de papéis de acordo com o gênero está em constante luta e é uma construção social que tem consequências negativas quando associados ao público feminino, como sobrecarga de trabalho e dificuldade em relacionar mulheres ao papel de líderes e autoridades em suas famílias e comunidades. Mas o papel feminino na agricultura familiar, é fundamental, quanto ao desenvolvimento das atividades produtivas, familiares e comunitárias, apesar da falta de reconhecimento, condições insalubres e outras adversidades discutidas em diversos estudos relacionados à agricultura familiar (CALCANHOTO, 2018; SANTOS, 2018; GLESSE, 2022).

No contexto brasileiro, o reconhecimento da contribuição das mulheres para a construção da agroecologia e a promoção da soberania alimentar e da SAN é resultado de um longo e abrangente processo de luta política. O Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), estabelecido em 2004 como

um espaço de organização feminista, tem se dedicado à coordenação e valorização de iniciativas agroecológicas lideradas por mulheres em diversas regiões do Brasil. Além disso, o grupo atua na defesa de políticas públicas e na capacitação política das mulheres por meio de abordagens educacionais populares. O conceito de soberania alimentar, que foi desenvolvido coletivamente no âmbito do Consea enfatiza que a proteção da chamada "comida de verdade" exige a abordagem das desigualdades e exclusões presentes no sistema alimentar global, enquanto também promove a criação de sistemas alimentares mais justos, equitativos, sustentáveis e saudáveis. Com isso é possível articular as diversas dimensões da SAN, destacando um amplo espectro de direitos que abrangem desde o acesso à terra, ao território e às sementes até o respeito e preservação das culturas alimentares, que englobam diversas identidades, conhecimentos e práticas sociais (LIMA; JUSTO; PRAÇA, 2019; RODY; TELLES, 2021).

A seguir passamos a análise acerca da faixa etária dos agricultores e familiares participantes da pesquisa:

Gráfico 1 – Distribuição etária das famílias dos agricultores, por CSA da RM Vale, Taubaté, 2023



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Em relação à idade das famílias dos agricultores das CSA's envolvidas neste estudo, a média de idade dos participantes da pesquisa é de 42 anos, sendo a mínima 31 e a maior, 53 anos. Entre os familiares, a idade mínima identificada foi 17 anos e a maior, acima de 60.

O gráfico anterior apresenta uma perspectiva abrangente das dinâmicas familiares e do envolvimento de diferentes gerações nas atividades relacionadas à agricultura sustentável e às rotinas das CSA's. A partir da análise, pode-se dizer que a agricultura familiar abrange uma

ampla faixa etária, incorporando indivíduos de diferentes idades, desde jovens até idosos. Esse aspecto ressalta a relevância da transmissão intergeracional de conhecimento e técnicas agrícolas, pois cada geração contribui para a continuidade e aprimoramento das práticas agrícolas.

Além disso, a atenção a significativa participação de mulheres deve ser destacada, em diversas faixas etárias nas famílias envolvidas nas CSA's as mães, avós e filhas estão sempre presentes. Essa constatação destaca o papel central desempenhado pelas mulheres não apenas na agricultura, mas também na gestão das CSA's. Essa observação é particularmente relevante, uma vez que as mulheres frequentemente desempenham funções essenciais, embora muitas vezes subvalorizadas ou invisíveis, no contexto da agricultura familiar. A agroecologia proporciona um espaço para a autodeterminação das mulheres, ao dar visibilidade ao trabalho feminino no campo, com a valorização dos conhecimentos locais e as habilidades específicas das mulheres na agricultura ecológica, como afirma Nóbrega (2022).

Essa diversidade etária dentro das famílias agrícolas das CSAs pode ter implicações significativas para as dinâmicas de produção e gestão nas atividades agrícolas. É importante reconhecer que diferentes gerações podem trazer perspectivas, habilidades e desafios únicos para a agricultura sustentável. Quando falamos de gerações, também podemos discutir sobre o conhecimento passado de mães e pais para filhos, filhas, netos e netas. Portanto, compreender como essa diversidade etária influencia as CSAs pode ser fundamental para a sua sustentabilidade a longo prazo e para o fortalecimento das práticas agrícolas dentro dessas comunidades.

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos agricultores das CSA's da RM Vale que participaram da pesquisa, Taubaté, 2023

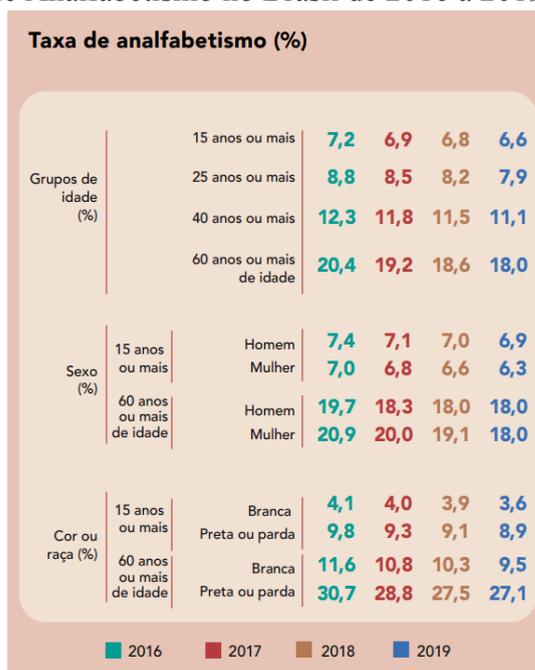
Escolaridade	n
Ensino Médio Completo	2
Ensino Superior Completo	3
Total	5

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Em relação à escolaridade, o maior nível identificado foram os 3 participantes que registraram o Ensino Superior Completo, seguidos dos 2 agricultores que responderam a

opção Ensino Médio Completo, o que nos leva a reforçar a educação como um pilar, e um caminho para o entendimento e defesa da própria conduta e abordagem de trabalho dos agricultores e agricultoras dentro das CSA's. Mas, esta realidade não se estende à maioria da população brasileira, visto que, apesar da redução da taxa de analfabetismo como pode ser visto na figura 2, o Brasil ainda é um país com altos índices de analfabetismo.

Figura 2 – Taxa de Analfabetismo no Brasil de 2016 a 2019.

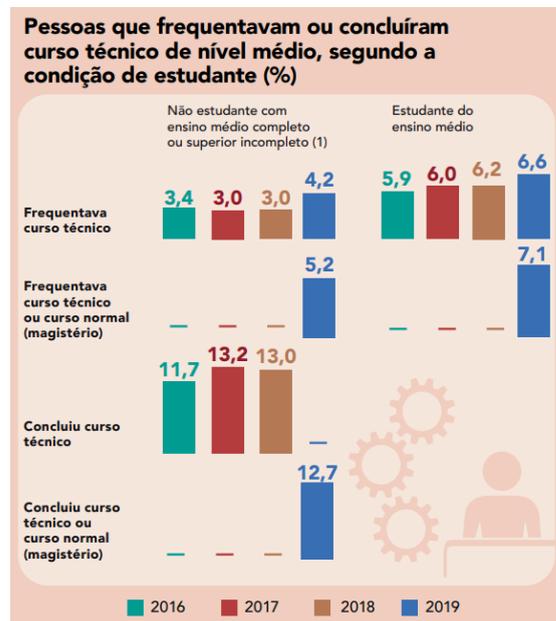


Fonte: IBGE (2019).

O índice de analfabetismo tem uma relação direta com a idade. Há uma maior chance de serem encontrados indivíduos com 60 anos ou mais, analfabetos do que jovens entre 15 e 29 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Quanto mais avançada a faixa etária, maior é a quantidade de indivíduos não letrados. Em 2019, o número de idosos a partir de 60 anos, analfabetos, ultrapassou a marca de 6 milhões, atingindo 18%, o triplo se comparada com crianças com 15 anos (IBGE, 2019).

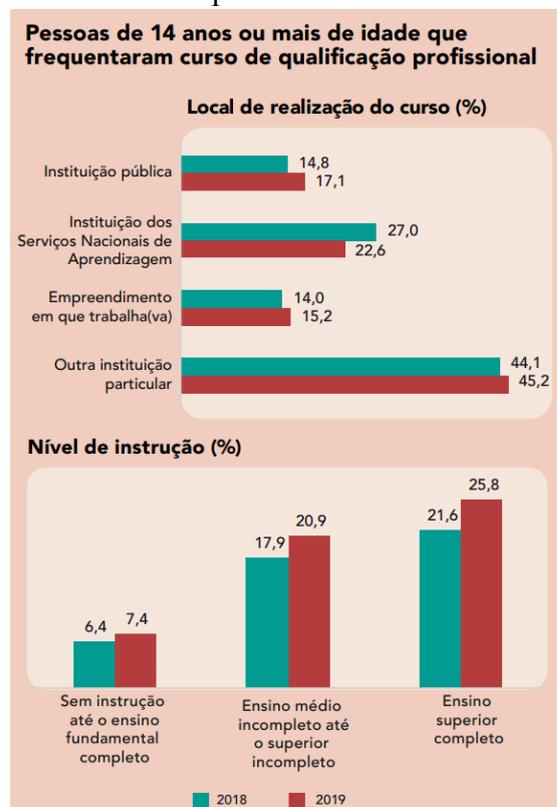
Ao observarmos a linha temporal na figura 3, notamos os indivíduos que além de frequentarem instituições de ensino, conseguiram concluir o nível médio, ou ainda o nível técnico, e na figura 4 pode ser observado os que atingiram o nível superior de ensino.

Figura 3 – Pessoas que frequentaram ou concluíram curso técnico de nível médio no Brasil



Fonte: IBGE (2019).

Figura 4 – Pessoas que frequentaram ou concluíram curso de nível Superior no Brasil.



Fonte: IBGE (2019).

Assim, reforçamos a atenção para a educação, uma vez que os agricultores entrevistados em sua maioria, têm o Ensino Superior, logo, uma formação de consciência graças à possibilidade de contato com conceitos políticos, econômicos, sociais etc., durante suas graduações. Desta forma, a educação certamente tem sua influência na escolha profissional no sentido de contribuir para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental no contexto da agricultura familiar.

Aliás, a escolaridade do público investigado nesta pesquisa pode ter relação com o a característica da neorruralidade e atuação do MST. “Neorrural” é o termo que refere-se a um fenômeno social e demográfico em que pessoas com origem em ambientes urbanos escolhem voluntariamente estabelecerem-se em áreas predominantemente rurais, adotando um novo estilo de vida que muitas vezes envolve atividades econômicas no campo (MORILLO; PABLOS, 2016). Essa migração não se concentra apenas na busca por trabalho, mas representa uma escolha deliberada para viver em um ambiente rural, muitas vezes em busca de alternativas de vida, maior conexão com a natureza, e a possibilidade de adotar práticas mais sustentáveis, como foi o caso de dois dos agricultores participantes que localizam-se em terras privadas ou alugadas.

Já os demais participantes enquadram-se em terrenos pertencente aos Assentamentos de Reforma Agrária, podem ter a influência da educação como um alicerce essencial para sua visão de uma sociedade mais igualitária e sustentável a partir dos princípios do MST. Dentro de sua proposta de Reforma Agrária Popular, podemos destacar o acesso à educação de qualidade para todos no campo. Isso envolve a construção de escolas, alfabetização de jovens e adultos, educação profissional, infraestrutura escolar completa e programas culturais que respeitam a diversidade e princípios agroecológicos (NASCIMENTO, 2022).

No quadro a seguir, estão descritos outros dados sociodemográficos dos participantes e condições do terreno em que cultivam a agroecologia e agricultura em suas CSA's, bem como o ano de fundação de cada uma delas. Para manutenção da proteção dos agricultores e sigilo das informações particulares, os nomes das CSA's foram substituídos pela numeração de 1 a 5.

Quadro 4 – Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa.

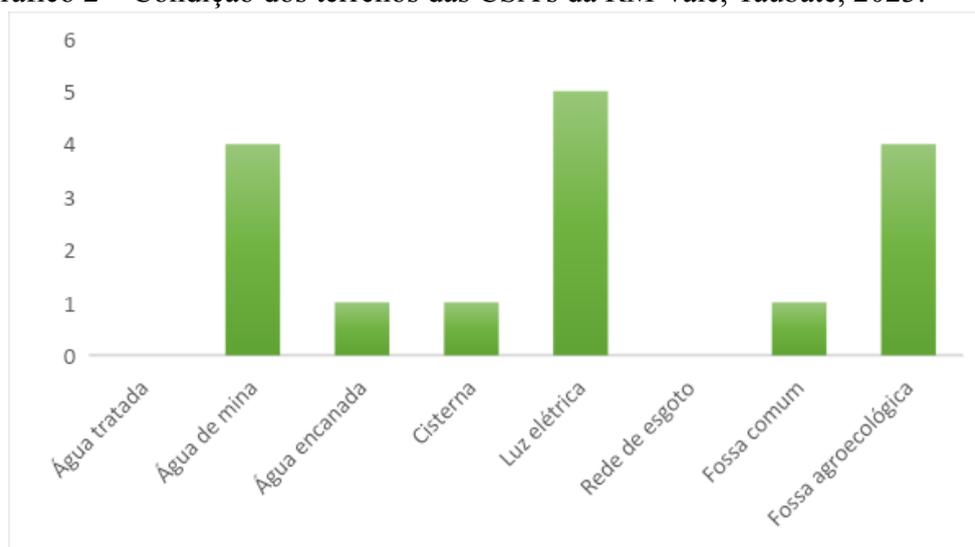
Local	CSA 1	CSA 2	CSA 3	CSA 4	CSA 5
Cidade onde se localiza a CSA	Taubaté	São José dos Campos	São José dos Campos	São José dos Campos	Monteiro Lobato
Classificação da terra	Propriedade Privada (Alugada)	Assentamento	Assentamento	Assentamento	Propriedade Privada
Cidades atendidas	Taubaté	São José dos Campos	São José dos Campos	São José dos Campos	Monteiro Lobato / São José dos Campos
Pessoas da família que trabalham na CSA	O próprio agricultor	A própria agricultora e esposo	O próprio agricultor	O agricultor, mais 3 integrantes da família	O próprio agricultor e companheira
Número de pessoas fora do núcleo familiar que contribuem para a CSA	1	0	0	0	4
Tipo de vínculo empregatício entre esta pessoa e o (a) agricultor(a)	Diarista	--	--	--	Parceria informal
Ano de fundação da CSA	out/19	set/17	mar/20	out/21	set/19

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A respeito da classificação de propriedades temos 3 situações: dois terrenos em propriedade privada, sendo uma delas alugada e 3 áreas em região de assentamento. A propriedade alugada conta com acesso a água de mina, luz elétrica, e fossa comum. Os terrenos localizados em assentamentos do MST têm acesso à luz elétrica e todos tem fossa

agroecológica, mas diferem entre si em relação ao acesso a água, sendo uma área com cisterna, outra com água de mina exclusivamente e a última com água de mina e encanada. A área privada possui uma residência em construção, mas já conta com água de mina, luz elétrica e fossa agroecológica. Tal relação pode ser observada no gráfico 2.

Gráfico 2 – Condição dos terrenos das CSA's da RM Vale, Taubaté, 2023.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A manutenção da qualidade de água deve ser um recurso prioritário por estar relacionado à segurança alimentar, uma vez que doenças podem ser transmitidas pela água contaminada utilizada para a irrigação dos alimentos e consumo dos núcleos familiares. A água de mina, que é encontrada da maioria dos terrenos, é caracterizada, como uma solução alternativa coletiva para abastecimento de água, e pode ser utilizada no consumo humano, para abastecimento com ou sem canalização e sem rede de distribuição, desde que siga aos critérios estabelecidos para a potabilidade da água (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011; CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 2008).

A agricultura familiar é um dos principais setores que depende de água e saneamento, e a dificuldade, além de ser significativa, necessita do apoio e gestão dos recursos hídricos por parte governamental, para garantir acesso à água de qualidade para famílias, a partir de políticas públicas que ofereçam suporte às práticas sociais agrícolas sustentáveis adequadas para cada tipo de terreno a longo prazo. A falta de acesso não afeta somente as famílias, mas a produção de alimentos e, conseqüentemente, a distribuição de alimentos dos coagricultores e consumidores de alimentos provenientes da agricultura familiar. A literatura apresenta

discussões sobre esta pauta sob diversas perspectivas, como por exemplo, a relação entre irrigação e segurança alimentar, impactos da falta de acesso à água tratada para a saúde de famílias agricultoras, desafios em regiões semiáridas etc. O investimento de infraestrutura e apoio da coordenação quando integrada, permite o sucesso e garantia da segurança alimentar de produtores e população subsidiada por eles (LUCATI, 2021; FACHINELLO, 2018; NOBRE, 2022).

No que se refere à CSA, os desafios enfrentados pelos agricultores envolvem a falta de acesso a crédito, recursos financeiros, falta de assistência técnica e orientação especializada, falta de regularização fundiária, concorrência desleal com a produção da agricultura tradicional em larga escala, e a dependência do mercado externo, isso sem falar das mudanças climáticas, e intempéries. Apesar desses desafios, a agricultura familiar apresenta possibilidades e potencialidades para atingir o ideal de SAN, mas para tal, é necessário o comprometimento de órgãos municipais e seu reconhecimento da CSA (OLIVEIRA, 2018; SANTANA, 2018).

Essa é uma característica forte da CSA, por justamente ter como base uma relação estreita de confiança e cooperação mútua entre os membros como já dito anteriormente. A alternativa é viável e sustentável diferente do modelo de agronegócio que é caracterizado pela provocação de competição, exploração da mão de obra, em busca de lucro a qualquer custo. Embora haja uma crise sistêmica provocada pelo agronegócio, este modelo continua ganhando espaço pelas relações socioeconômicas atuais mundiais em uma ordem de valores em que as justificativas são legitimadas, para ser mantido. Como consequência temos a continuidade de práticas insustentáveis como utilização de agrotóxicos, desmatamento e crise socioambiental (SOUSA JUNIOR, 2020; TORUNSKY, 2019).

Ainda a respeito do quadro 4, é pertinente a reflexão sobre o número de pessoas que trabalham na CSA. Existe uma variação de acordo com cada uma das investigadas nesta pesquisa. A reflexão sobre este fato acompanha a realidade de cada um dos agricultores e dos que acompanham sua rotina. Apesar da particularidade, existe uma autonomia para a gestão do terreno. Na primeira, o agricultor optou pelo auxílio de um diarista, provavelmente por julgar uma relação mais justa, o participante vive sozinho no próprio sítio e não relatou o convívio por parte de membros familiares na rotina do campo. Mas como se trata de uma CSA, vale lembrar que os coagricultores que podem ser familiares ou não, também assumem papel de gestão da terra, de forma voluntária, então existem momentos de reuniões e mutirões organizados pela própria comunidade para auxiliar o produtor nos cuidados com a terra.

Aliás, a participação de familiares envolve o papel das mulheres rurais na conservação da biodiversidade. Dentro do simbolismo da maternidade na produção de alimentos e na manutenção de práticas agrícolas sustentáveis, em contraposição aos métodos do agronegócio remete à tal ancestralidade dos valores culturais enraizados no respeito ao meio ambiente, as mulheres são agentes ativos na preservação da biodiversidade. A ênfase na conservação da biodiversidade dentro dessas organizações é clara, demonstrada pelo cuidado dedicado ao solo e às práticas agrícolas adotadas. O processo de recuperação do solo após anos de monocultura não apenas ilustra a resiliência das mulheres rurais, mas também sua capacidade de implementar práticas agroecológicas. Isso inclui a rotação de culturas, a manutenção da cobertura vegetal do solo, o uso de consórcios de espécies vegetais diversas, a incorporação de matéria orgânica e a eliminação do uso de adubos e pesticidas sintéticos (SÁ; BORSATTO, 2022).

Na segunda CSA, localizada em uma região de assentamento do MST, já vemos uma realidade diferente, em cujo casal sendo responsável pela administração da Terra, e por se tratar de uma região de assentamento, há uma cooperação entre agricultores de outras CSA's da região que se contrapõe ao modelo de agricultura tradicional, por não existir a competição de mercado, mas sim, a colaboração e construção de uma rede de apoio entre os produtores, como vemos no depoimento da agricultora da CSA 2 a seguir, adquirido a partir da entrevista semiestruturada. É fundamental reforçar que os nomes dos agricultores e agricultoras que são citados nas falas são nomes fictícios, para garantir a proteção e sigilo dos participantes deste estudo.

[...] Não temos insegurança alimentar porque o supermercado e a troca com os outros agricultores é uma forma de dar uma diversificada. Às vezes a gente sente vontade de comer um sorvete né! Por que não? (risos).
(Agricultora do Assentamento – CSA 2)

O crescente protagonismo das mulheres rurais nos movimentos agroecológicos não apenas reforça a importância da igualdade de gênero nessas esferas, mas também destaca os desafios persistentes que enfrentam. Um aspecto relevante é o reconhecimento do enfrentamento das desigualdades de gênero como um elemento intrínseco à agroecologia. A busca por reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres rurais é crucial não apenas para a equidade de gênero, mas também para a eficácia e a sustentabilidade das práticas agroecológicas (NOBRE; IYUSUKA, 2022; RODY; TELES, 2021). O enfrentamento dos desafios como a violência de gênero, a falta de reconhecimento do seu trabalho e a

subestimação das suas contribuições tanto de práticas sociais como as mulheres rurais enfrentam obstáculos significativos que podem refletir a Segurança Alimentar e Soberania Alimentar vai além do acesso aos alimentos. Envolve também o direito a uma alimentação saudável, culturalmente apropriada e a produzir seu próprio alimento. A oposição ao modelo de mercado internacional baseado em *commodities*, cria uma produção uniforme em conformidade com as demandas das necessidade dos povos, comunidades e países definirem suas próprias políticas agrícolas, de trabalho, alimentares e de terra, alinhadas com suas circunstâncias específicas (SANTOS 2022; LIMA; JUSTO; PRAÇA, 2019).

As narrativas das CSA's 3 e 4 também localizadas em região de assentamento corroboram com a mesma visão:

[...] Eu não consigo produzir cenoura, mas tem o Valmir que consegue produzir cenoura e a gente vai fazendo as trocas. O pequeno agricultor realmente é soberano porque a gente se envolve muito com o outro, tem as trocas de mutirões, tem as trocas que dá para a gente adquirir conhecimento e a gente começa realmente a ser soberano. [...] No caso do Matias, eu faço muita troca com eles, mas se for alimento para a nossa família se alimentar, não é troca, aí a gente chega lá e pede o que a gente vai consumir. E é a mesma coisa eles chegarem e falarem “olha, a gente não tem certo alimento em casa” aí eles chegam aqui e pedem. (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

[...] Então... (pausa) a gente tem trabalhado com o sistema agroflorestal aqui no Vale do Paraíba, e até fora do Vale, temos feito alguns trabalhos de a gente buscar esses produtores estão fazendo Sistema agroflorestal e a gente de fato produzir comida nesses espaços. A gente precisa implantar o sistema agroflorestal, produzindo o alimento. Não dá mais para a gente querer fazer compensação ambiental que não seja pensando em produção de comida né. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Isso mostra uma integração entre os responsáveis pela terra que não só são ativos na sua própria área, mas nas vizinhas também. Com isso, o agricultor da CSA 3, apesar de ser o único responsável pelo trabalho na horta, conta com o apoio dos agricultores da região, além de ter a participação dos coagricultores. Assim como o agricultor da CSA 4, que além de ter o núcleo familiar ativo no seu terreno, e de seus coagricultores, coopera não só agricultores da CSA's vizinhas, mas visa, como comenta durante a entrevista, agregar outros produtores da região, mesmo que não façam parte da CSA, para a formação de agricultores que aceitem implantar o Sistema Agroflorestal³, aumentando a rede colaborativa nos assentamentos, e,

³ Sistema Agroflorestal: prática de produção agrícola alternativa que visa a conservação e, em muitos casos, a restauração das florestas nativas. Estes sistemas buscam a melhora da fertilidade do solo, proteção contra erosão,

consequentemente, produzam alimento de forma que contribuam para uma compensação ambiental.

Sob tal enfoque, de acordo com a literatura (SILVA, 2013; RETIÈRE; MARQUES, 2019; MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014), a colaboração é um valor que se propaga no perfil de agricultores do MST com a união e organização em torno de objetivos e desejos coletivos, tais como produção agroecológica, acesso a crédito e a comercialização dos produtos. Esse comportamento é visto como uma forma de resistência ao modelo de agricultura tradicional, pautado no individualismo, dentre outras características já mencionadas. A colaboração é um aspecto importante na construção das comunidades rurais e se manifesta em ações de trocas de experiência, conhecimento, além de participações voluntárias e solidariedade entre os membros, na prática da luta pela reforma agrária na construção de um modelo sustentável e justo.

Nessa direção, isso contribui para o dinamismo local, movimento da economia local e revitalização do campo, além de uma ressignificação do assentamento para o público do entorno, como um fenômeno condizente com as diferentes interpretações da ruralidade contemporânea. Podemos refletir uma forma de pluriatividade, que se estende para além da atividade agrícola propriamente dita, envolvendo outros âmbitos, como o social, político e econômico, entre os indivíduos assentados, fato importante para o desenvolvimento da agricultura. Desta maneira, a participação e reconhecimento governamental da importância da agricultura familiar é um dos direitos para a retratação de anos de negligência e injustiça social.

Antes de dar seguimento à discussão, é pertinente esclarecer alguns pontos sobre o conceito de pluriatividade. No Brasil, o “*part-time farming*” ou pluriatividade, embora existam diferenças entre eles, ou seja, não são necessariamente a mesma coisa conforme explica-nos Schneider (2009, p. 77).

A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. [...] O conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho. (FULLER; BRUN, 1988 *apud* SCHNEIDER, 2009, p. 77).

e geração de serviços ecossistêmicos, bem como o sequestro do carbono atmosférico (COQUEIJO; LIMA; SILVA, 2022).

Esta situação teve início na década de 1970, quando a agricultura era vista como um fator que impedia o desenvolvimento capitalista, associada a explorações decadentes. Dez anos depois, já na década de 1980, a partir das discussões sobre a dupla atividade dos agricultores, essa visão sofreu uma mudança mediante o reflexo da urbanização do campo⁴ somada à crise do setor agrícola e aumento do emprego agrícola por conta das altas taxas de inatividade tecnológica e subempregos. Estas foram as razões para a emergência da pluriatividade e atividades não agrícolas em geral. Nesse contexto, tratamos de um fenômeno de caráter estrutural, uma resposta às condições ambientais nas quais produtores e familiares estavam inseridos (VIRGOLIN, 2022).

No caso dos trabalhadores rurais, a luta pelo acesso à terra e a construção de uma agricultura sustentável em uma CSA dentro de um assentamento, que envolve a comunidade, se configura uma luta pela valorização da identidade camponesa, e se contrapõe aos padrões impostos ao longo da história e pelo agronegócio na atualidade. É a afirmação e posicionamento da identidade de uma cultura atestada que se opõe à hegemonia capitalista.

Se por um lado, há o desprezo histórico pelo agricultor familiar pobre, que produz apenas para sobreviver, por outro, há a subordinação e dependência da agricultura familiar integrada aos ditames dos proprietários e empresários agroindustriais. A exclusão desses trabalhadores rurais é sempre uma possibilidade, caso eles não sejam capazes de se adaptar aos parâmetros financeiros e tecnológicos do novo paradigma em vigor. Essas relações retratam um mau encontro seja pela exclusão, seja pela subordinação (BRUNO, 2016).

Durante as décadas de 1950-60, a ideia de propriedade privada era amplamente aceita como “latifúndio”, devido ao conflito entre o setor latifundiário, ligado à pecuária, ao café, cacau e açúcar sob o poder da burguesia industrial. Havia um debate em torno da reforma agrária, e dos movimentos camponeses, como as Ligas Camponesas do Nordeste, por exemplo. Com o avanço tecnológico, grandes investimentos no setor agropecuário, que se integrou ao industrial, o conflito interno entre as classes dominantes pelo controle da terra cessaram, restando apenas a agricultura de base familiar e camponesa como oponente, interessada em denunciar e enfrentar as formas abusivas de controle dos recursos naturais de terra e água (MALAGODI, 2017).

⁴ O processo de urbanização é caracterizado pelo adensamento demográfico crescente e pela convergência de características urbanas e rurais em uma determinada região. No caso da RM Vale, a tendência é favorecida por sua paisagem, dinamismo socioeconômico regional, presença de centros científico-tecnológicos e industriais (RIEHELMANN, 2006).

Como vemos, a hostilidade por parte dos setores agraristas em relação aos movimentos camponeses e às políticas públicas de apoio à agricultura de base familiar e camponesa são explícitos e se perpetuam na história. Ironicamente, na década de 1990, as propriedades de produção caracterizadas como de agricultura familiar e representavam 84,4% do total de terras. Entretanto, estas propriedades ocupavam uma área menor, apenas 24% do total de terras brasileiras, com uma média de 18 hectares por estabelecimento. Os 76% das terras totais eram áreas de produção não familiares, fato que denota uma concentração da estrutura agrária fornecida para a agricultura convencional. Em 2006, o setor agrícola empregava 16,6 milhões de trabalhadores em estabelecimentos agropecuários, na época tratados como “duas agriculturas”, representadas pela agricultura familiar em 74,4%, enquanto os outros 25,6% eram de agricultura não familiar, ou convencional, em terras agrícolas catalogadas (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

O setor agropecuário é uma das principais atividades econômicas no país e a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários rurais é uma realidade estrutural insustentável no Brasil. Nesse sentido, repensar a política agrícola brasileira de forma a reforçar e garantir a manutenção da agricultura familiar, não só contribuirá para a SAN, como também irá promover a preservação da cultura e da biodiversidade brasileiras.

Portanto, a defesa da agricultura familiar se justifica não só a partir da sua proporção comparada à produção agrícola convencional, mas, também, por sua importância para a economia e a SAN do país e por escolhas políticas e econômicas no âmbito governamental e desrespeito às políticas públicas, o setor vem perdendo espaço nos últimos anos. A participação percentual da agricultura familiar na distribuição de crédito rural tem diminuído e o perfil distributivo reflete o movimento organizado chamado agronegócio que, além de captar recursos naturais, também desvia o crédito rural, provocando maior desigualdade introduzida pelo próprio Estado, resultando no desfavorecimento de formas familiares de produção no campo (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Dito isso, podemos retomar a questão da CSA, que segue o exemplo de colaboração entre agricultores. O exemplo prático é o caso da CSA 5 que conta além da contribuição do agricultor e esposa, ainda existe a parceria de outros 4 agricultores que juntos formam uma rede de subsistência em Monteiro Lobato.

Este comportamento é típico do movimento da Economia Solidária que promove a cooperação, autogestão como princípio da atividade econômica que também norteia a CSA. Singer (2002), um dos principais apoiadores da Economia Solidária no Brasil, destaca que o

trabalho colaborativo pode ocorrer em vários níveis desde a colaboração entre trabalhadores em uma empresa auto gestonária, por exemplo, até a contribuição entre diferentes organizações solidárias, como é o caso da CSA 5, para a realização de objetivos comuns, como a produção de alimentos orgânicos e permacultura⁵. Com isso, há a esperança de superação das desigualdades sociais e econômicas, criando um ambiente compartilhado e integrado. Além disso, as relações sociais possibilitam a cultura do apreço, da solidariedade, apoio mútuo, e uma economia mais justa e sustentável.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a inserção dos dados para a organização, pontuação e classificação do nível de SAN do público-alvo, que serão discutidos a seguir.

4.2 Perfil da Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores

Esta fase do estudo apresenta uma reflexão em relação aos resultados referentes à situação de SAN dos participantes, com a comparação de aspectos tais como renda e contribuição de previdência social, por serem fatores intrínsecos ao contexto de Segurança Alimentar.

É importante destacar elementos descritos na tabela 4, sobre a condição econômica dos participantes da pesquisa, bem como acesso a benefícios sociais.

Tabela 4 – Condição financeira e Benefícios sociais de agricultores das CSA's da RM Vale, Taubaté, 2023

Local	CSA 1	CSA 2	CSA 3	CSA 4	CSA 5
Renda familiar	Até 2 salários-mínimos	3 a 5 salários-mínimos	6 a 10 salários-mínimos	6 a 10 salários-mínimos	3 a 5 salários-mínimos
Contribuição de Previdência Social	Não	Não	Não	Sim	Não

⁵ Permacultura: trata-se de um projeto australiano de design para criar sistemas sustentáveis para o cultivo e uso da terra integrando necessidades humanas com características naturais e os processos ecológicos do ambiente, desenvolvida por Mollison e Holmgren em 1978. O projeto é baseado em três princípios éticos norteadores: cuidado com a terra, cuidado com as pessoas e distribuição justa dos recursos (MOLLISON; HOLMGREN, 1983).

Benefício social para a família	Não	Não	Seguro pelo Incra	Não	Não
Ano de Fundação da CSA	2019	2017	2020	2021	2019

Fonte: elaborado pela autora (2023).

É possível observar que somente um contribui com a Previdência social e outro é assegurado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto os outros, não registraram contribuições.

Este fato pode indicar que, embora a maioria dos agricultores apresente SA, suas omissões de contribuição com benefícios sociais representam desafios ainda enfrentados em relação à proteção social. A falta de acesso ou conhecimento sobre direitos trabalhistas e previdenciários pode indicar a necessidade de ampliação de políticas de proteção e assistência técnica voltadas para agricultura familiar. Além disso, é importante considerar os outros fatores que possam contribuir para a IA leve do agricultor restante como condições climáticas desfavoráveis, por exemplo, ou falta de acesso a recursos e mercados. Aliás, o agricultor comenta sobre sua dificuldade em encontrar certos produtos para compor sua alimentação.

[...] Eu não posso dizer que minha alimentação é 100% orgânica, mas eu posso dizer com certeza, que minha alimentação é 85-90% orgânica. Eu moro aqui né, então a hora que eu quiser, eu pego a minha sala enfim, o que eu preciso, e aí nas compras coletivas a gente pega o arroz com feijão, e hoje mesmo o que eu não consigo pegar da minha alimentação são as castanhas. Eu não encontro orgânicas. Então a castanha de caju, a castanha-do-pará (Castanha do Brasil) que eu como bastante, essas eu como ainda convencional. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

Deste modo, a preocupação do agricultor em adquirir produtos exclusivamente orgânicos refletiu nos resultados de seu questionário. Pode-se dizer que há a influência do "nutricionismo", que se refere à ênfase excessiva nos nutrientes e nas informações nutricionais, frequentemente que levam a uma dependência de especificidades alimentares como alimentos orgânicos, por exemplo, ou confusão sobre escolhas alimentares e ansiedade sobre o que comer. Por um lado, cria uma sensação de dependência de informações especializadas e nutricionais para guiar as escolhas alimentares, mas também pode levar à sensação de capacitação ao se sentir informado e capaz de fazer escolhas conscientes em meio

a essa inundação de conselhos, que difere da ideia de Soberania Alimentar, que está relacionada às trocas e autoconsumo (GYORGY, 2021; LAZZARETTI, 2021).

Ao longo dos anos 2013, 2017 e 2018, houve um aumento expressivo da fome e o risco de passar por tal situação, e coincidência ou não, este também foi um período marcado pela inflexão política e econômica. Muito embora os dados denunciassem a situação crítica, é inegável o esforço do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente durante o mandato de Lula e Dilma, que contribuíram para uma redução dos índices, porém muito trabalho ainda deveria ser realizado. Tudo isso em tempos anteriores à Pandemia de COVID-19 (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021).

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), entre 2017 e 2018, estimou que cerca de 68,9 milhões de domicílios permanentes no Brasil dos quais 63,3% estavam em situação de SA, enquanto 36,7% restantes sofriam de algum grau de IA. Desses, aproximadamente 3,1 milhões de domicílios enfrentaram algum nível de privação de alimentos, afetando não apenas adultos, mas também crianças e adolescentes. A Rede Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), ao longo do relatório “Olhe para a Fome”, constatou ainda o aumento para 33,1 milhões. Como já mencionado, esses números cresceram desde o início da pandemia, quando 19,1 milhões de brasileiros já sofriam de IA, os quais desde o ano de 2004 já haviam sido superados (FERRI; KALSIN, 2022; RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021; KEPPLER; CORRÊA, 2011; IBGE, 2020).

Ser proprietário de terra aumenta significativamente a probabilidade de acesso ao PRONAF, o que se deve em grande parte à maior segurança jurídica proporcionada pelos títulos de propriedade. Porém, pequenos agricultores que possuem terras, enfrentam dificuldade de acesso ao crédito agrícola (SILVA, 2019), como é o exemplo da tabela anterior em que somente uma CSA tem seguro pelo INCRA. Para diminuir a restrição é essencial formalizar o direito de propriedade, o que proporciona garantia para empréstimos. Contudo, existem outros obstáculos, como a dificuldade de enquadramento como agricultores familiares e a existência de garantias reais, que muitas vezes excluem os produtores com menor capacidade financeira do programa. Além disso, conflitos políticos podem afetar o destino adequado dos recursos. No caso do acesso ao crédito rural a partir do PRONAF, os desafios estão relacionados à burocracia e aos critérios de análise dos bancos, que exigem garantias que dificultam a participação de assentados e indivíduos que detêm a posse da terra e outros produtores com menor capacidade financeira (SILVA, 2019).

As CSA's investigadas tem um tempo de fundação recente, como representado na tabela anterior, a mais antiga foi fundada em 2017, e a mais nova, em 2021. É possível que os agricultores ainda tenham dificuldades de acesso a crédito ou outros benefícios sociais, como discutido anteriormente.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a vulnerabilidade do sistema alimentar global e como ele está interligado à saúde pública. A crise afetou a maneira como consumimos e produzimos alimentos, expondo deficiências de um sistema que prioriza a produção em massa e distribuição globalizada em detrimento da sustentabilidade e resiliência local. As Redes Alimentares Alternativas, como a CSA, surgem e comprovam mais uma vez a possibilidade de criação de sistemas mais justos e sustentáveis, baseados na relação de confiança entre produtores e consumidores e em práticas de produção e consumo que valorizam a diversidade, a qualidade e a saúde do alimento. A crise da COVID-19 causou transformações como o isolamento social e restrições. No entanto, iniciativas colaborativas como a CSA se mostrou eficaz em outros estudos para garantir o acesso seguro e sustentável aos alimentos (LOPES; VIANA; ALFINITO, 2020).

Aliás, o surgimento das CSA's da RM Vale, também coincide com um período pandêmico de vulnerabilidade alimentar, entre os anos de 2019 e 2022.

É, a CSA vai fazer agora em outubro (de 2022), três anos e ainda está em construção. Estamos bem abaixo da estabilidade do número de coagricultores, mas enfim, é um processo né, e a gente está trabalhando para atingir essa estabilidade. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

O agricultor reconhece com a passagem de três anos desde o início da sua CSA que a construção ainda está em andamento. Esse reconhecimento sinaliza a compreensão de que a formação e o crescimento de uma CSA não ocorrem de forma imediata, mas sim ao longo de um processo que envolve desafios e conquistas. A referência à busca pela estabilização do número de coagricultores destaca a relevância da participação contínua de indivíduos comprometidos para garantir a perpetuação e êxito da iniciativa. A determinação e dedicação do agricultor e os indivíduos que participam da CSA demonstra o compromisso em superar os desafios e progredir rumo aos objetivos delineados em coletividade, e reverbera no discurso de outra participante deste estudo

[...] A gente passou um tempo, acho que quase um ano de 2016 até 2017, entregando para esse grupo de pessoas em Santo André, entregas quinzenais. Aí surgiu um grupo de pessoas aqui em São José que queria que a gente

produzisse já nesse formato de CSA, aí a gente acabou migrando, o pessoal de Santo André foi pegar de outros agricultores e aí a gente começou a entregar em setembro de 2017 para a galera aqui de São José dos Campos que é esse grupo de pessoas que hoje é a CSA. Quando a gente começou com a CSA, antes a ideia era de que a gente tivesse a CSA que não se chamasse CSA São José dos Campos até porque não fosse a única CSA da cidade. (Agricultora do Assentamento – CSA 2)

A narrativa revela um período inicial de aproximadamente um ano, durante um tempo que serviu de experiência e um estágio prévio à formação da CSA. Posteriormente, o grupo em São José que se interessou em adotar o modelo de CSA, mostra uma decisão social para a iniciativa que inclusive a agricultora enfatiza a ideia inicial de não nomear a CSA como "CSA São José dos Campos", principalmente para evitar a conotação de ser a única CSA na cidade. Essa escolha sugere uma perspectiva de inclusão e abertura a múltiplas iniciativas similares.

Esse relato ressalta o caráter orgânico e adaptativo da formação da CSA. O processo envolveu aprendizado a partir de experiências prévias, interações com diferentes grupos e ação colaborativa para construir uma comunidade sustentável de agricultura.

[...] Foi bem no começo da pandemia. A gente tinha bastante produto e não tinha como escoar na feira porque na pandemia tudo estava fechado. E aí a gente começou a entregar cesta, só que aí a gente viu que não era legal rodar a cidade toda para entregar a cesta, a gente passava mais tempo dentro do carro do que produzindo. A gente não conseguiu engrenar assim, no caso na entrega de cesta de porta em porta. Aí em uma conversa entre amigos a gente resolveu montar. Os clientes da feira já não eram mais clientes, se tornaram amigos aí resolvemos montar a CSA. (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

É notável o reconhecimento da importância das relações interpessoais e do comprometimento da comunidade. Seja na formação de um grupo estável de coagricultores, como discutido anteriormente, ou na mudança para o modelo de CSA para manter a conexão com os amigos parceiros durante a pandemia, a ênfase nas relações humanas emerge como um tema comum.

[...] E aí, no final de 2019, a gente começou a CSA, depois que começou a entender um pouco o movimento da agricultura a gente falou, agora é possível, né. Não é muita experiência, mas a gente já sabe mais ou menos o que está fazendo, dá para planejar legalzinho, Aí comecei em 2019 e aí começou com umas 20 e poucas pessoas. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

Na atualidade, a perspectiva de eliminar ou minimizar a intermediação comercial entre produtores e consumidores é praticada pela CSA e torna-se uma alternativa desvinculada ao

comércio central. Essa tendência tem impulsionado o uso de conceitos como os circuitos econômicos baseados em relações de proximidade entre as partes que produzem e consomem. Essa abordagem compartilha a ideia de que essas novas iniciativas são fundamentais para reconstruir e revalorizar o território como espaço para a criação e recriação de práticas ecológicas, econômicas e culturais das comunidades. Esse interesse crescente pela organização e enraizamento de mercados e circuitos alternativos de abastecimento tem ocorrido em momentos de crises e inseguranças alimentares, em que há busca social por valores, confiança e qualidade nos alimentos e nas relações sociais, éticas e solidárias de produção e distribuição. Esses mercados diferenciados valorizam os participantes por aportarem valores sociais, morais e estéticos, diferenciando-se da padronização dos produtos e das práticas de consumo predominantes (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

4.3 Percepção de SAN dos agricultores no contexto da CSA

O desenvolvimento humano é abrangente e envolve várias áreas do conhecimento. A partir da observação dos cenários desde tradições culturais, recursos econômicos, foi fundamental entender a percepção dos agricultores e agricultoras da CSA, para a compreensão da prática do conceito de SAN tanto no contexto nutricional, quanto no contexto do desenvolvimento humano. Falar sobre alimentação, nos remete a uma necessidade básica para o desenvolvimento físico, cognitivo e social do ser, que se torna um fator essencial para garantir o direito humano básico. Além disso, este estudo também chamou atenção para valorização dos indivíduos que escolheram a CSA como movimento social para se desvencilhar da fome e falta de acesso a alimentos seguros ao mesmo tempo que buscam alternativas que protestam contra o sistema agrônomico extrativista.

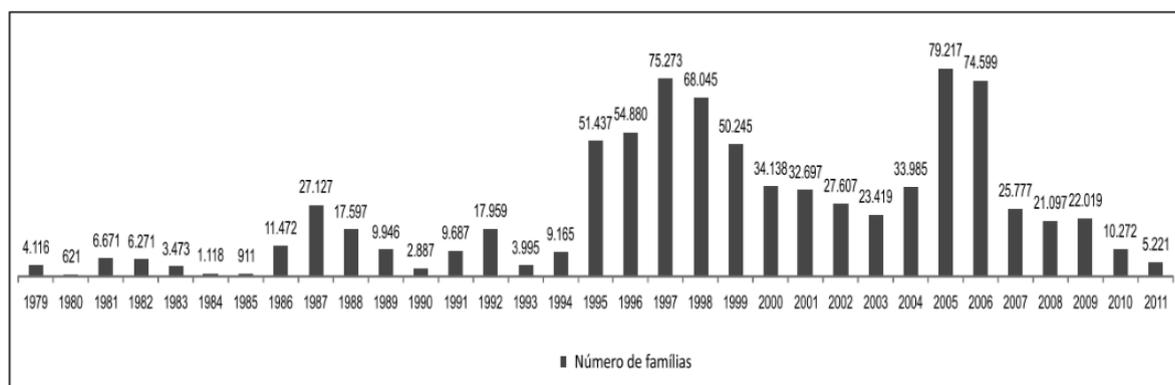
De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2020), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), a insegurança alimentar e nutricional pode ter efeitos negativos no desenvolvimento, como retardo no crescimento infantil, deficiência de nutrientes essenciais e vulnerabilidade a doenças. A agricultura familiar e a agroecologia podem ser estratégias para promover a Segurança Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento humano a partir de alimentos mais saudáveis, nutritivos, diversificados pelo acesso aos alimentos e valorização da cultura local, além de oferecer função social aos homens e mulheres que vivem no campo.

Sobre agricultura familiar, Sousa (2022) afirma se tratar de uma forma de produção agrícola que envolve núcleos familiares, com herança associada ao movimento campesino no Brasil. A busca pela construção de uma imagem do Brasil como um país desenvolvido por meio da inovação não pode se limitar a criar uma base produtiva exclusiva pela alta tecnologia que esteja distante da realidade e das necessidades da sociedade brasileira. Iniciativas que abranjam as comunidades vulneráveis, tanto rurais quanto urbanas, considerando as potencialidades e fragilidades dos setores tradicionais devem ser um reconhecimento político por parte do Estado. Aceitar a desigualdade socioespacial, a pobreza e a fome como efeitos colaterais inevitáveis seria uma atitude passiva e inaceitável.

O agronegócio, criticado pela autora, foi o principal responsável pela concentração de poder nas mãos dos grandes latifundiários, orientados pelo sistema capitalista que delineou a estrutura agrária brasileira de maneira injusta e desigual que ainda provoca efeitos visíveis na atualidade.

A baixa iniciativa de distribuição de terras no país pode ser explicada por diferentes perspectivas. Uma delas é a baixa demanda por terra, argumentada desde o final do governo de Lula da Silva em 2011, vista como uma diminuição da luta dos sem-terra. Por outro lado, há uma visão mais assertiva que enfatiza o sucesso do agronegócio como um fator que contribuiu para a consumação da abolição de uma Reforma Agrária. Alguns defensores do capitalismo agrário argumentam que os números atuais demonstram que a reforma agrária é obsoleta, e que o modelo de agronegócio é mais eficiente e lucrativo. Entretanto, precisamos aprofundar a discussão e entender a dinâmica da tal Reforma. Além disso, questões políticas e ideológicas envolvidas que afetam a promoção governamental da Reforma Agrária. Então a baixa iniciativa de distribuição de terras no país pode estar relacionada com a interação desses diversos fatores: falta de demanda significativa como ilustra o gráfico 4, sucesso do agronegócio, concentração de terras, política e ideologia (BARONE; FERRANTE, 2017).

Gráfico 4 – Número de famílias assentadas no período 1979 a 2011 no Brasil.



Fonte: Barone e Ferrante (2017, p. 27).

Ao observar o gráfico anterior vemos a evolução da reforma agrária no Brasil apontando para a existência de um grande ciclo formado por três picos de intensificação e refluxo de assentamentos. O primeiro ocorreu de 1986 a 1989 com um salto no número de famílias assentadas pelo surgimento de movimentos como o MST. O segundo coincide com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 e 2002, marcado por uma intensa mobilização de trabalhadores rurais e pressão internacional após chacinas neste mesmo período. O governo assentou cerca de 400 mil famílias. O terceiro pico ocorreu durante o primeiro período Lula, com o assentamento de 300 mil famílias. Mas houve uma oscilação e uma queda significativa no ritmo de assentamentos, que nos permite concluir que o ritmo depende das conjunturas políticas com maior e menor avanço neste setor. A disputa envolve vários interesses e atores e não se trata apenas de uma questão de demanda ou eficiência. Existem, por exemplo, conflitos relacionados à concentração de terras por grandes proprietários e empresas do agronegócio, que limita o acesso dos pequenos agricultores e comunidades rurais (BARONE; FERRANTE, 2017).

A Reforma Agrária no Brasil sempre foi um assunto polêmico, devido às discordâncias sobre sua proposta de redistribuição de ativos fundiários no país. Desde os anos de 1950, diferentes sujeitos debateram, porém, a polêmica permanece. A Reforma Agrária sempre sintetizou o desejo das camadas da população rural brasileira e suas lutas pela terra em diferentes contextos regionais do país. Ela pode ser entendida empiricamente como a demanda diretamente resultante das distintas formas de luta pela terra empreendidas por diferentes sujeitos em contextos distintos do país, e sua capacidade de mobilizar a ação política é inegável. Sua reformulação visa analisar suas possibilidades e limitações frente aos desafios da luta pela terra empreendida por um conjunto diverso de agentes. Como pontos em

comum, consideram-se a forte concentração fundiária e o desenvolvimento excludente do capitalismo no campo (BARONE; FERRANTE, 2017).

A questão agrária não está relacionada apenas ao feudalismo ou a estruturas sociais do passado. Ela continua se constituindo um problema contemporâneo não só no Brasil, mas em outros países da América Latina e Ásia, e é importante entender que surge da transição para o capitalismo e é específica desse *modus operandi*. Os agricultores familiares camponeses não representam o passado, mas sim, atores sociais que emergem devido às próprias condições e contradições do sistema. Os camponeses são filhos indesejados do capitalismo e apesar de enfrentarem dificuldades para desenvolver sua agricultura em uma competição desleal, ainda sim representam desafios ao próprio sistema que se depara com os limites sociais e incapacidade de oferecer valores de uso necessários à vida humana e à segurança alimentar, sem vinculá-los à maquinaria da produção de lucros em grande escala. Os desafios que os camponeses enfrentam colocam em questão a capacidade do sistema de respeitar o horizonte jurídico da sociedade baseada no intercâmbio de mercadorias e no respeito aos direitos individuais.

Nesse sentido, fica evidente que não podemos simplificar a questão agrária como um debate piegas da importância da agricultura de exportação versus os setores menos capitalizados e menos presentes no mercado. Embora os setores exportadores de grãos e outras *commodities* agrárias sejam comumente utilizadas, a população não precisa sacrificar suas responsabilidades sociais e políticas em prol do conflito de interesses da acumulação de capital e lucro dos setores da atividade agropecuária (MALAGODI, 2017).

Por outro lado, o modelo econômico neodesenvolvimentista dos anos 2000, foi caracterizado pela implementação de políticas produtivas sociais e de infraestrutura para o setor rural brasileiro. No entanto, mesmo com investimentos em políticas específicas para a agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, o Estado continuou a apoiar o agronegócio com recursos expressivos e mecanismos de financeirização. Entretanto, a partir de 2016, durante o governo Temer, por exemplo, houve um desmonte das políticas implementadas, privilegiando medidas e instrumentos propostos pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), resultando em um desequilíbrio de representatividade entre os diferentes segmentos ligados à agricultura e ao mundo rural (BRASIL, 2022).

A representatividade dos diferentes segmentos mencionados pelos agricultores ligados à agricultura e ao meio rural na esfera pública está defasada pela sub-representatividade do Estado nos últimos anos, o que reflete na falta de equidade na participação e no poder de

decisão dos grupos nas políticas governamentais. As mudanças desobrigaram a assistência governamental às famílias assentadas, reduziram o protagonismo do INCRA na emissão de documentos e abriram possibilidades de contratos de arrendamento e regularização de lotes maiores, sem medidas efetivas para evitar a concentração de terras ou impedir o acesso de pessoas que não se enquadrar nos programas de reforma agrária, o que possibilitou o avanço da privatização sobre terras e bens públicos (BRASIL, 2022).

Em outras palavras, a agricultura familiar na discussão agrária tem influência política econômica e social, permitindo que os setores monopolizadores da terra sejam, de certo modo, contestados, a partir de movimentos sociais como a reivindicação de terras ou mesmo, pela garantia de SAN sem maquinários e produções em larga escala. A dualidade presente na paisagem agrária não se deve à competência ou ao sucesso de alguns, mas à marginalização e expropriação que ocorrem na sociedade capitalista desde o seu surgimento. Apesar disso, os agricultores familiares têm se destacado na conservação ambiental e na produção de bens raros ou especiais, graças à sua capacidade de adaptação e diversidade, o que levou à uma aliança entre a agricultura biodinâmica, biológica ou agroecológica nos movimentos camponeses.

O modelo de agricultura baseado em *commodities* agrícolas não pode atender a todas as necessidades humanas em produtos agrícolas, e isso tem levado comunidades e movimentos camponeses a acionar o campo do direito e da justiça, além da luta política, para denunciar a grilagem que representa uma manifestação do conflito entre capital e trabalho, da forma de “acumulação primitiva” do capital.

A manifestação dos participantes se mostra nos posicionamentos a seguir:

[...] E aí quando eu fui assentado e a gente teve um público urbano, então a gente veio muito com aquela coisa da cidade né, pensando no mercado e aí muita gente veio para usar essa forma de tecnologia que está aí, de produção né. Que o agronegócio tem máquinas, tem grandes produções. Eu como fui criado na agricultura que era familiar e sempre pensava na alimentação, então eu vim com aquilo né, “ah eu vou ter um sítio que eu vou ter de tudo, vou produzir meus alimentos e eu vou ter o excedente e eu vendo esse excedente”, e tal, então eu vim muito nessa pegada e foi estruturando o sítio nesse sentido. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

O estudo de Ribeiro (2013), mostra a trajetória de indivíduos que viviam como despossuídos de terra, sem oportunidade para acesso à educação, emprego e condição de vida, enfim, brasileiros que não tinham o direito de exercer sua cidadania com plenitude e não eram

garantidos pelo Estado, e após ingressarem no MST, conquistam tais direitos. O Brasil é visto como um país sem tradição de luta, no entanto, a construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos, é um processo de transformação das práticas sociais ainda enraizadas na sociedade. A luta coletiva envolve a participação ativa dos indivíduos nos movimentos sociais.

Quando eu vejo muita gente às vezes com um sonho, uma utopia, e tudo mais, imaginando que “as máquinas vão trabalhar no campo o alimento vai chegar, a gente vai ter sempre”. Eu acho que isso é uma grande bobagem. Tipo, as máquinas vão trabalhar, a gente vai ter alimento. Eu acho que isso é uma grande... Quem quer viver sem ter função social? Então, a gente precisa, então acho que a soberania alimentar que tem a ver, daí com a contribuição das terras, como a reforma agrária, como empreendedorismo rural com pequenas propriedades com a agricultura familiar, porque é isso. [...] (Agricultor – CSA 5)

Os posicionamentos dos participantes citados reforçam a ideia da importância da agricultura familiar e da soberania alimentar para garantir a produção de alimentos que atendam às necessidades humanas e respeitem a questão ambiental. Além disso, a luta coletiva também pode ser uma forma de conquistar direitos e transformar práticas sociais.

A existência de CSA's, principalmente em regiões de assentamento, pode ser vista como uma contraposição ao sistema capitalista do agronegócio. Enquanto o agronegócio busca maximizar o lucro e produzir em massa, com uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, as CSA's priorizam a produção local, sustentável e saudável e isso é evidente nas falas dos agricultores. De acordo com Malagodi (2017), há uma diferenciação entre empreendimentos agrícolas de caráter comercial e unidades familiares camponesas, destacando as formas sociais complexas presentes neste último grupo. Do ponto de vista econômico, emergem diferenças e semelhanças fundamentais, nas quais os produtores empresariais visam maximizar o investimento de capital, enquanto os camponeses familiares concentram-se na plena utilização de sua força de trabalho e dos recursos naturais disponíveis. Existe uma aparente oposição entre a agricultura de caráter empresarial e a camponesa, enfatizando que ambas podem coexistir, inclusive com estruturas familiares nos empreendimentos capitalizados.

As comunidades marginalizadas e exploradas como discutimos no contexto histórico, enfrentam dificuldades econômicas devido à falta de recursos e infraestrutura adequados. Mas as comunidades ajudam a fortalecer a economia local e promover o desenvolvimento

sustentável, junto à uma relação de confiança e transparência entre produtores e membros que podem visitar livremente os terrenos e acompanhar todos os processos.

Essa dinâmica reduz a dependência de grandes corporações e cadeias de suprimentos globais, o que pode resultar na perda do espaço do produto do agronegócio. Se refletirmos por esta perspectiva, a CSA tem ganhado cada vez mais adeptos em todo o mundo, o que pode ser um reflexo do crescente interesse de consumidores em ter acesso a alimentos frescos e sustentáveis. Este aumento pode ter impactos significativos no mercado de alimentos de larga escala, especialmente em relação ao sistema capitalista do agronegócio. Essa mudança de comportamento pode levar à redução da demanda por produtos do agronegócio, e consequentemente, afetar o dinamismo do mercado. Agricultores que desenvolvem um pensamento crítico, promovem a conscientização da população de que não são os maquinários que alimentam, mas sim, as próprias mãos que plantam, e promovem uma relação mais justa e equilibrada entre todos os que se relacionam. No entanto, é importante ressaltar que as CSA's podem enfrentar desafios, como a falta de acesso a recursos básicos, bem como a falta de infraestrutura adequada, até a falta de participação de seus próprios membros (ECKERT, 2016; AMORIM, 2018).

O envolvimento em grupos da CSA tem levado a benefícios sociais além dos nutricionais. Estudos mostram a alta satisfação entre os membros além de uma maior variedade e quantidade de vegetais consumidos. Alguns estudos também mostram impactos econômicos positivos, com preços dos alimentos que vêm de CSA's, em média, mais baixos do que produtos comparáveis em supermercados que recebem alimentos da agricultura convencional. Em termos sociais, os coagricultores se beneficiam da interação com os outros membros das CSA's, dando um senso de pertencimento a uma comunidade. Em termos nutricionais, todos passam a consumir uma maior variedade e quantidade de alimentos frescos, da região, o que nos leva ao fator econômico, por conta da compra direta dos produtores (BROWN; MILLER, 2008)

A trajetória dos agricultores é marcada por uma negação de seus direitos de identidade, somada à exclusão social e econômica imposta pelo Estado. Quando esses indivíduos participam de movimentos da sociedade civil, como o MST, iniciam sua luta por uma cidadania, e buscam reconhecimento e igualdade. Um exemplo claro consta na fala de um dos participantes deste estudo:

[...] E aí a gente vê que pobre não é só questão de alimento né, e aí tem muitos especialistas que falavam disso né. Que a gente pode ser pobre, e não só em comida né, mas em conhecimento de politização né. [...] Eu acho que a gente, além de produzir comida, eu acho que a gente tem uma tarefa também, além de só produzir. Não só de produzir comida, mas de provocar esses debates. E não é fácil né, eu vejo quem nos procura não só do Brasil, muita gente procura tentando pensar em resolver o problema dele (próprio), né. “Eu quero ter uma alimentação saudável, eu quero envelhecer com saúde” né, e aí muita gente está vendo que é só uma propaganda né, não traz saúde nada, que é bom e barato, você vai ter saúde? Não. Muita gente está vendo que é um alimento né, e aí tem muita gente que quer buscar o alimento né, e nós temos que questionar isso na hora, você vai ter um outro tipo de relação com o alimento, mas com a terra, com o ser humano, então... E muita gente não gosta de nós né. E eu tenho falado “é bom que fale, falem bem ou falem mal, fale de mim”. “Ah lá, eles fazem Sistema Agroflorestal e ele quer discutir outras coisas”. Vão falando de nós por aí. “Ah tem uns loucos que produzem uns negócios lá” (risos). (Agricultor do Assentamento – CSA 4).

A declaração aborda a complexidade da questão da pobreza e da alimentação saudável e aponta um problema que não se limita à falta de acesso aos alimentos, mas também à falta de conhecimento político e envolvimento social. A produção de alimentos saudáveis na CSA torna-se importante não só como uma atividade econômica, mas uma forma de estimular debates sobre questão social e ambiental. A narrativa da CSA 4 destaca a dificuldade de convencer a população a adotar hábitos mais saudáveis e resistência em relação às práticas agroecológicas por preconceito e incompreensão da sociedade.

É interessante o pensamento do agricultor em relação ao conhecimento político até pelo empenho em desafiar o modelo agroalimentar bem como sua prática social de estabelecer novas relações de troca e corresponsabilidade na CSA entre ele, os coagricultores e toda rede. Podemos citar outro exemplo a respeito dessa questão que ocorreu no estudo de Eckert (2016), o qual identificou uma CSA que buscava promover valores como segurança alimentar, justiça social e preservação ambiental. A pesquisa mostrou que essa abordagem pode contribuir para a reversão do êxodo rural, a redução da pobreza e dos gastos públicos em saúde, além de incentivar o desenvolvimento local e a preservação ambiental. Contudo, foram encontradas limitações tais como o estranhamento ao mundo rural e a dificuldade de generalização dos resultados. Para o local do estudo do autor, um dos desafios do futuro seria expandir de forma criativa, mantendo a coesão e os vínculos afetivos que são fundamentais para a autonomia e sucesso da iniciativa.

A falta de empatia e comunicação adequada também pode comprometer a relação de confiança entre os envolvidos na CSA, o que dificulta a solução de problemas que afetem a produção. Outro desafio que a CSA pode enfrentar é a expansão acelerada que pode comprometer a proximidade e a relação de confiança entre os agricultores familiares e os coprodutores, por isso a CSA é uma proposta de produção em pequena escala, que permite a integração da sociedade, mas como seria possível envolver cada vez mais indivíduos sem perder os laços e sentimentos de compromisso profundo e socialização nos momentos de convívio? Por isso, é preciso que os coprodutores se comprometam com suas atividades práticas para que essa característica seja mantida e a relação de confiança e cooperação seja fortalecida, além dos debates de ideias para a solução dos desafios e dificuldades diários (OLIVEIRA *et al.* 2019).

Aliás, a relação entre CSA na garantia de alimentos para os agricultores da RM Vale, vai além, com o estreitamento de contato social dentro das comunidades, associado ao contexto político-econômico, que foi um pensamento explícito durante a entrevista com os agricultores das CSA's da região, enquanto refletiam sobre o conceito de SAN, dentro da realidade da CSA:

[...] segurança alimentar, olha... para mim, porque soberania alimentar pra mim é algo que você detém o conhecimento, detém as técnicas, a semente, a terra e tenha essa autonomia de plantar de cultivar os próprio alimento e tem todo o conjunto de políticas que garantam que toda uma população vai ter acesso a esses bens que a gente não deixe para outro país produzir a semente de principalmente culturas que são importantes para nossa alimentação no Brasil. E Segurança Alimentar para mim, é garantir que todas as famílias, todas as pessoas de cada país, de cada continente, tenha acesso a alimentos de qualidade, um alimento rico. [...] A CSA dá tranquilidade para a gente produzir, de forma diversificada, em sistema agroflorestal, e ela (a comunidade) tem uma compreensão de que é um projeto, um investimento de curto, médio e longo prazo. (Agricultora do Assentamento da CSA 2)

O depoimento vislumbra a tentativa de significar os conceitos de Soberania Alimentar e SAN, delineando o raciocínio pela posse de conhecimento, técnicas, sementes e terras como componentes essenciais ligada à Soberania, e ressalta a autonomia para cultivar alimentos e a importância de políticas que garantam o acesso a esses recursos fundamentais, evitando a dependência de outros países. Essa distinção enriquece o entendimento dos dois conceitos, ressaltando que a Soberania Alimentar aborda a independência na produção, enquanto a SAN concentra-se na disponibilidade e acesso a alimentos para todas as pessoas.

Para mim, Segurança Alimentar é você ter o direito de se alimentar pelo menos 3 vezes ao dia, que é o mais importante. E a Soberania Alimentar é a gente ser dono do nosso próprio alimento, é a gente conseguir produzir o que a gente se alimenta, e a gente sabe que nem o agricultor consegue se alimentar 100% da propriedade, mas tem a oportunidade das trocas que nem a gente faz aqui. Eu não consigo produzir cenoura, mas tem o Valmir que consegue produzir cenoura e a gente vai fazendo as trocas. O pequeno agricultor realmente é soberano porque a gente se envolve muito com o outro, tem as trocas de mutirões, tem as trocas que dá pra gente adquirir conhecimento e a gente começa realmente a ser soberano. Está um degrau a mais que a maioria da sociedade. A gente tem a posse do alimento, tem acesso. Quando eu falo posse, não é que o alimento é nosso, mas a gente tem a facilidade de estar produzindo. (Agricultor do Assentamento da CSA 3)

A perspectiva do agricultor sobre segurança alimentar e soberania alimentar relaciona esses conceitos com a experiência de participar de uma CSA. Para ele, a SAN como direito fundamental, tem relação com a importância básica do acesso regular à alimentação. Ele distingue Soberania Alimentar como o passo além da SAN, na capacidade de ser o próprio produtor dos alimentos consumidos. Isso implica em ter controle sobre a produção e o conhecimento agrícola, e não apenas depender da disponibilidade comercial de alimentos. Ele ressalta que a troca de produtos entre membros da comunidade permite um nível de autossuficiência mais elevado e isso fortalece ideia de Soberania Alimentar, bem como da dimensão social quando enfatiza as interações entre os membros da comunidade, como mutirões e trocas, que contribuem para uma sensação de conexão e colaboração.

Eu acho que se a gente for pensar no que a gente estava conversando sobre soberania alimentar, nessa questão mais profunda, mais do que alimentos. Daí eu acho que CSA, na verdade, é o grande ponto de partida, é um ponto chave para a gente começar a construir essas coisas. Eu acho que só às vezes as pessoas acham que já está no fim, mas é só o começo. Só é... a... uma coisa para a gente ficar atento, mas é um grande começo. Para mim, é uma das únicas estruturas que eu vi a princípio, aí praticada, que ela consegue superar e revolucionar pontos chave das relações de mercado que a gente tem que ser um problema, ela consegue dar soluções e se questionar profundamente alguns pontos chave. Sem reproduzir, sem só pintar de verde as coisas que a gente sempre fez, entendeu? Então, é um ótimo ponto de partida, principalmente quanto... enquanto filosofia, assim, conceito filosófico, né, e na prática, funciona. Então é... garante. Enfim, são várias funções acontecendo ao mesmo tempo. Então é um ótimo ponto de partida. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

As narrativas dos agricultores tornam evidente a atuação da CSA como uma iniciativa que busca estabelecer uma relação direta entre produtores e consumidores de alimentos e promoção da SAN não só como prática alimentar com alimentos orgânicos. Nesse modelo, os consumidores comprometem-se a adquirir uma cota da produção dos agricultores por um determinado período, em troca de receber produtos frescos, sazonais e de qualidade, mas a rotina dos agricultores e agricultoras também inclui o estímulo do convívio social, trocas de alimentos, preocupação com o coletivo, tornando os indivíduos cada vez mais envolvidos e ativos na comunidade, com discussões não só práticas, mas reflexões sobre o que está sendo feito ali naquela comunidade que se integra, a princípio pela alimentação, e posteriormente acaba envolvida em discussões políticas, e práticas coletivas no entorno da garantia da SAN.

A proposta da CSA foge do modelo de agricultura convencional, na medida em que segundo Leff (2006), o valor produzido pela força de trabalho é o fundamento para a compreensão do processo econômico, mas a progressão tecnológica acabou por substituir gradativamente o trabalho manual direto pelo trabalho intelectual na produção de mercadorias. Como resultado, ocorreu o desaparecimento da determinação quantitativa do valor do trabalho. E o processo tecnológico, especialmente no campo, gerou a substituição gradativa do trabalho manual e artesanal como ocorre na CSA.

A classe capitalista domina meios de produção e depende do uso das forças naturais de produção magnificadas pela ciência e pela tecnologia para desenvolver as forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas levou a produção e riqueza a depender da utilização de recursos naturais, conhecimento científico e tecnológico do que do próprio valor do trabalho. Nesse sentido, as relações sociais no sistema capitalista sempre permaneceram fundadas exclusivamente no poder econômico e político na capitalização da natureza, com uma justificativa baseada no conhecimento científico e tecnológico (LEFF, 2006).

A análise crítica sobre a transformação dos Sistemas Alimentares e a agricultura, impulsionados pela Revolução Verde e pelo neoliberalismo, levaram a uma mercantilização desses sistemas. Essa transformação resultou na especialização ou monocultura das atividades rurais familiares que não acompanharam as transformações e muitas sofreram êxodo rural. Autores apontam que a mudança resultou em consequências negativas para o meio ambiente e para a saúde pública, como o uso de agroquímicos, além da desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico (SILVA; SÁ, 2006; ECKERT, 2016; MAAS, 2020).

Trazemos aqui uma experiência de um dos agricultores deste estudo que trata não só da especialização e monocultura, como também da realidade da agricultura que claramente nos remete à tal mercantilização do sistema:

[...] eu vejo esses produtores de cenoura, de batatinha, eu morei lá no Sorocaba um e do lado que a gente morava lá, tinha um japonês que produzia a batatinha, milho verde para o Ceasa de São Paulo. Ele era um dos maiores produtores de batatinha. Não sei agora, como que é, faz tempo que eu não vejo. E daí esse japonês era uma fazenda e o cara produzia, tudo muita máquina, muita tecnologia. E aí o pessoal trabalhava lá na época da colheita da batatinha e daí na colheita do milho e batatinha, o pessoal passava a máquina e deixava dar uma secada. Depois o pessoal vinha colhendo. E as pessoas que plantavam batatinha, que cuidava da batatinha, não comia batatinha. Porque lá no japonês, você entrava lá na fazenda, você não podia entrar com o carro. Você não entrava com nada, a gente chegava até um local e aí eu estava dentro da área de serviço lá e lá na área de serviço, cada área de serviço tinha um cara que era fiscal daquela área lá, e daí você e acabava levando uma “marmitinha” de comida que você levava para dentro da trabalhar de diarista. Você acabava levando marmita de comida. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

O entrevistado mostrou uma fração da realidade da produção intensiva que também envolve o uso de pesticidas e produtos químicos. O absurdo de condições de trabalho como por exemplo, a impossibilidade do acesso à comida na fazenda, além da exposição a produtos químicos são fatores prejudiciais que por motivos óbvios podem ser suficientes para o abandono deste tipo de trabalho e êxodo rural. A partir do apelo do nosso agricultor para que a população saia do “conforto” para investigar áreas de produção e, assim, a população tenha contato das condições em que os alimentos são produzidos, ele ainda sugere o questionamento da qualidade e segurança dos produtos, exemplo de um incentivo e busca por alternativas mais sustentáveis de produção, como a da CSA.

Daí quando chegava na volta, o que você entrava no ônibus, o fiscal pedia para todo mundo abrir a marmita para ver o que tem na marmita. Ninguém podia levar uma batatinha, nada, nada. Não podia levar nada, milho, feijão, nada. O japonês, se ele pegasse um cara, ele pagava o dia, você podia estar começando assim, se você mexer em alguma coisa nesse começo, se ele pegasse você mexendo no milho, no negócio, numa área. Ele não pagava o seu dia, botava você no ônibus ou no carro, levava onde ele pegou você, levava você de volta e você não entrava, mais nunca lá naquela área. Lá não perdoava e você vê assim, mas produz, né? E eu fico vendo, né? (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

As más condições de trabalho e a exposição a substâncias tóxicas podem ter efeitos negativos no desenvolvimento físico, cognitivo, como já vimos anteriormente. Além disso, o desenvolvimento humano é influenciado pelas interações sociais e pelo contexto cultural, o que significa que as condições de trabalho e as experiências dos seus agricultores desempenham um papel significativo no desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010). O agricultor ainda continua:

Daí os caras “não, porque tem que botar”, tá bom, mas aí, o tanto de veneno que o cara põe, e eu via lá, né, aqueles caras o dia inteiro, naquele sol quente, e a batatinha, para colher a batatinha para secar né, para colher com aquele “tratorão”, “jatão” de veneno em cima. Depois a batatinha vai para uma esteira, né que ela passa numa esteira, passa uma água nela para tirar a terra, e depois dessa lavada né, ela vai para um lugar que os caras, separam as batatinha, aquele montão de gente. A maioria é mulher, e daí fica classificando, e aquelas estão cortadas tudinho, e depois essas batatinhas melhores vão para um local que passam num produto químico né, porque ela não pode murchar no mercado, né? E ela tem de ficar aquela casquinha bonita, né? Você viu que era tem uma casquinha viçosa, né? Brilhante, e daí os caras passam numa máquina, essa máquina pula e passam um produto, e aí vai pro mercado. Você vê aquele montão de gente trabalhando naquele monte de veneno, só químico né. Tem gente que eu questiono, gente, vocês têm que sair desse conforto de vocês e vocês tem que ir para uma área e conhecer um espaço desse. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Quando agricultores expõem as condições adversas de trabalho e incentivam a população a investigar áreas de produção e questionar a qualidade e segurança dos produtos, estão buscando uma aprendizagem crítica e consciente. Nesse sentido, lembremos Vygotsky que valorizava a interação social e o diálogo como elementos importantes para a aprendizagem significativa, e Piaget que reconheceu a interação entre os esquemas mentais de crianças e informações sensoriais como elemento crucial na construção do conhecimento (SOUSA FILHO, 2008).

Ambos os teóricos reconheceram que a percepção não é um processo passivo, mas sim, uma atividade em que o indivíduo interpreta ativamente seu mundo ao seu redor. Piaget ainda argumenta que a percepção permite que o entendimento do mundo seja construído e ampliado, já Vygotsky enfatiza que a percepção é influenciada pelo contexto social e cultural em que o ser esteja inserido (OLIVEIRA, 2010; SOUSA FILHO, 2008). Ao questionar e investigar condições de produção, o agricultor e a população estão buscando uma aprendizagem, que permite entender os impactos e consequências da produção intensiva e

podem procurar alternativas mais sustentáveis como a CSA, por exemplo. Foi o que o Agricultor da CSA 1 comenta durante sua entrevista:

Eu tive a oportunidade de escolher essa opção na vida e no mesmo período eu conheci esse conceito de CSA, esse projeto e eu achei que tinha tudo a ver com os meus ideais, o que eu penso né, essa aproximação com o pessoal que tá na cidade, essa ajuda mútua, então foi isso. E a questão das outras formas de comercialização, de relação entre agricultor e cliente eu acho muito sofrida para o agricultor. Então desde o início eu me empenhei e gastei as minhas energias para a CSA. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1).

Podemos observar pontos de convergência e relação à percepção como um processo ativo e influenciado pelo contexto sociocultural, uma atividade em que o indivíduo interpreta ativamente o mundo ao seu redor. Indivíduos desenvolvem suas percepções por meio da interação com objetos e eventos do ambiente, e essa percepção influencia a forma como elas compreendem e interpretam o mundo (PIAGET, 1999). Nesse sentido, o agricultor percebeu a oportunidade de escolha da CSA e, ao conhecer o conceito e ideias, interpretou como uma oportunidade alinhada aos seus valores e pensamentos.

Vygotsky, por sua vez, destaca que a percepção é influenciada pelo contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido. Nessa perspectiva, o agricultor da CSA 1 menciona a importância da aproximação com as pessoas da cidade e a ideia mútua presente na CSA. Essa ênfase no aspecto social e de colaboração sugere uma percepção do agricultor é moldada pelo contexto em que ele se encontra, e valoriza a interação com a comunidade e a busca de alternativas mais sustentáveis. Dessa maneira, nosso agricultor revela uma percepção ativa e buscou compreender os impactos da produção intensiva, resultando em uma escolha baseada por princípios sustentáveis voltados à produção. Entretanto, sua percepção em relação ao conceito prático de SAN em sua rotina parece estar desconectado à CSA.

O que eu entendo sobre Segurança Alimentar é a quantidade diária de nutrientes que uma pessoa precisa para sobreviver de forma saudável. [...] A minha cabeça mudou muito, eu vejo entre os coagricultores o quanto muda e eles falam pra mim essa relação. E quantas possibilidades tem uma CSA, a gente começa assim brincando de se unir fazendo uma horta e depois surge muitas outras possibilidades, a gente começa a fazer compra coletiva, se inscrever em grandes empresas, ou a gente faz compra em várias empresas grandes de orgânicos para as coisas que a gente não consegue produzir, farinha, grão de bico, soja orgânica, que a gente paga a preço de custo, enfim, a gente tá participando de vários eventos representando a CSA, parcerias com escolas, enfim. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

Ainda dentro do contexto de percepção, o agricultor descreve o conceito de SAN como uma meta futura, ou um conceito distante, é resumida à quantidade de nutrientes a ser atingida, voltada ao público.

Entretanto devemos reforçar que a SAN engloba a legislação relacionada aos Direitos Humanos e beneficia a cultura alimentar, além de abordar temas como água, preservação do meio ambiente e não só qualidade alimentar. Desta maneira, a cultura desempenha um papel importante por envolver o conjunto de práticas sociais, símbolos, significados e interpretações transmitido ao longo do tempo e ligado ao contexto de produção agrícola (SILVA; SILVA, 2006). O significado de SAN evoluiu após o reconhecimento como o direito social associado à igualdade e à dignidade humana, após a pressão social por meio do SISAN, que contribuiu para a inclusão do conceito de alimentação de forma mais ampla do que apenas acesso aos alimentos (LISBOA, 2013).

Apesar da conceituação concisa, ao longo da conversa o participante menciona que seu pensamento modificou de acordo com as possibilidades que a CSA traz, ao observar os coagricultores e suas experiências. Embora ele não tenha integrado tais possibilidades ao conceito de SAN de maneira direta, sua narrativa demonstra um conceito em construção. A realização de compras coletivas, inscrições em empresas de produtos orgânicos e aquisição de alimentos que a sua comunidade não produz como dito por ele, refletem a busca por alimentos de maior qualidade nutricional e a liberdade de escolha e preparo, são aspectos ligados aos princípios de SAN (LEÃO, 2013), e transcendem a ideia da quantidade diária de nutrientes. Além disso, ele destaca a participação em eventos representando a CSA e a criação de parcerias com escolas, o que também contribui para a promoção de SAN, não só familiar, mas para a região e valorização da economia local. Apesar de não ser uma demonstração direta, ainda sim, a prática de SAN do entrevistado evoluiu no seu envolvimento com a CSA, explorando diversas atitudes que estão em consonância com os princípios de SAN, como a preocupação da manutenção da qualidade nutricional, a liberdade de escolha e o fortalecimento da economia local.

As narrativas sobre a mudança na alimentação pessoal e familiar antes e depois de construírem suas respectivas CSA's, refletem a interação entre a percepção individual e o contexto social e cultural, evidenciando a importância de abordagens construtivistas e socioculturais no entendimento do desenvolvimento e aprendizagem como argumentam Piaget e Vygotsky (OLIVEIRA, 2010), e estão conectadas ao contexto de SAN.

[...] eu me tornei agricultor já com a CSA e eu não tive uma experiência como agricultor antes, tipo produzir para vender em feira. Na verdade, a CSA começou quando nem tínhamos horta. Eles deram o primeiro financiamento para a gente começar uma horta do zero. Só tínhamos a terra. Então, a partir da CSA melhorou muito a alimentação da minha família, porque a gente passou a ter uma horta orgânica, com uma variedade legal, muito boa de alimentos. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

A narrativa retrata a experiência do agricultor no envolvimento com a agricultura de base comunitária, com destaque para a construção da sua CSA junto à comunidade. Ele ressalta que essa iniciativa teve um impacto significativo na alimentação de sua família por passarem a ter acesso a uma horta orgânica com uma variedade diversificada de alimentos de alta qualidade, o que evidencia os benefícios da participação em uma CSA, tanto para a SAN da família do agricultor quanto para disponibilidade de alimentos orgânicos e variados. Entretanto, é importante ressaltar que a CSA pode não ser acessível ou viável a todas as pessoas dependendo de fatores como disponibilidade de recursos, localização geográfica e acesso a alimentos diversificados. É importante destacar que a experiência deste agricultor é individual e diferente da realidade dos que vivem em assentamentos de reforma agrária, como no relato a seguir.

Antes da CSA, [...] estávamos envolvidos em atividades agrícolas em regiões diferentes e distintas do Brasil, mas como agricultores a gente acaba sendo influenciado pela grande mídia, a gente comia arroz, feijão, batata, a gente não tinha esse olhar para ingerir o alimento de forma integral, por exemplo. Antes da CSA eu nunca tinha comido folha de batata doce ou então folha de cenoura. Eu nunca tinha comido farofa de talo de beterraba. (Agricultora do Assentamento – CSA 2)

A agricultora apresenta uma mudança de perspectiva alimentar resultante da participação na CSA e aponta para uma diferença de realidade entre a experiência dela e a de outros que vivem em assentamentos de reforma agrária. A narrativa destaca que a experiência alimentar dessa agricultora era influenciada pela mídia e por padrões alimentares estabelecidos. Com a experiência da CSA ela foi introduzida à uma nova abordagem alimentar. Ela menciona que antes dessa experiência, nunca havia ingerido certos elementos das plantas, como as folhas de batata-doce ou cenoura, ou ainda preparado pratos como farofa de talo de beterraba. Isso demonstra como a CSA não apenas fornece alimentos frescos e diversificados, mas também incentiva o consumo de partes menos convencionais das plantas e estimula o aproveitamento integral dos alimentos.

A gente comia o que a grande mídia falava, a gente comia e produzia a beterraba, mas a gente descartava as folhas e comia só tubérculo, só o caule da beterraba. A Mandioca, a gente não tinha muitas formas de preparar a mandioca. As PANC⁶ entraram na minha alimentação, algumas, depois da CSA, a taioba, a chaya, eu fui conhecer agora há pouco tempo, o mangarito, a ora-pro-nóbis, foram coisas que ora-pro-nóbis depois da CSA eu fui descobrir que em Minas Gerais o pessoal come e tem uma feira, é bem comum, mas eu fui consumir depois da CSA. E a diversidade de prato que eles fazem com a berinjela e o nosso cardápio, o modo de se alimentar melhorou muito depois da CSA, muito pela troca. Em todos os mutirões as famílias trazem pratos feitos com os alimentos do sítio ou não, mas, majoritariamente, feitos com alimentos do sítio e aí a gente vai trocando receitas, a gente vai reproduzindo alguns pratos que eles trazem, algumas receitas, trocamos receitas também pelo *WhatsApp* e a gente vai trocando. (Agricultora do Assentamento – CSA 2)

Além de a narrativa enfatizar a participação da CSA na melhoria significativa da alimentação familiar da agricultora, que permitiu a exploração de novos sabores e ingredientes antes desconhecidos ou subutilizados, a experiência ilustra os benefícios sociais e culturais da participação em iniciativas comunitárias em um assentamento de reforma agrária.

Tem bastante alimentos, a gente produz um pouco daquilo que a gente consome, mas, por exemplo: óleo, a gente compra fora, o açúcar a gente compra muito pouco, a gente produz melado e a gente substitui o açúcar pelo melado, eu falei óleo, mas a gente usa bem pouco, a gente usa mais para fazer bolo, a gente usa o azeite de oliva, mas, algumas frutas a gente compra, aqui no sítio a gente só produz banana, mas se a gente for comer uma maçã, uma laranja, uma coisa a gente compra fora, compra no mercado ou compra de algum agricultor, ou troca. Alguns legumes, algumas verduras a gente compra fora, batata inglesa a gente não produz, mandioquinha salsa a gente também não produz, a gente também compra fora. [...] Ambos, a gente compra em feiras agroecológicas tanto na Sinésio Martins quanto na Vicente de Aranha, a gente compra no supermercado, compra de outros agricultores, o arroz por exemplo, que a gente consome aqui em casa vem de cooperativas do MST do sul do Brasil. O feijão, às vezes ou a gente compra do supermercado ou às vezes vem de alguma cooperativa do Movimento, o café que a gente consome aqui em casa, na maior parte vem do assentamento do MST de Minas Gerais. (Agricultora do Assentamento – CSA 2)

Como mencionado, a vivência é retrato da participação social que agrega a produção própria com a aquisição de outros alimentos cultivados em parcerias do próprio movimento os produtos adquiridos em cooperativas e movimentos sociais como arroz de cooperativas do MST, feijão de cooperativas e café proveniente de outros locais do Assentamento. Esse

⁶ Plantas Alimentícias Não Convencionais.

modelo de aquisição de alimentos reflete a busca por uma alimentação mais consciente valorizando a produção local, sustentável e socialmente reforçada pela própria comunidade. A diversidade de Fontes de suprimento também contribui para a variedade e qualidade da alimentação, permitindo o acesso a produtos que não são cultivados individualmente, mas sim coletivamente, na prática de um movimento político social para garantia do alimento (FRANCO, 2022).

A gente tenta com que a maior parte dos alimentos venham da agricultura familiar através das cooperativas do Movimento ou de alguma feira do Movimento, ou de feiras orgânicas agroecológicas de São José, ou dos arredores, mas a gente ainda compra e consome do supermercado. [...] A gente vai na cidade mais para buscar diversidade, quando a gente quer comer alguma coisa diferente, porque aqui em casa a gente tem os ovos, a gente tem as galinhas que produzem os ovos, aqui no sítio a gente tem uma alimentação vegetariana, não que a gente não coma carne, eu como carne, o XX é vegetariano, e aqui no sítio a gente tem uma alimentação vegetariana. E aí a gente tem os ovos das galinhas, tem a mandioca, a tábua de dedo, tem o inhame, e aí a gente sente vontade de comer pão, a gente vai no supermercado e compra a farinha de trigo e fazemos o pão. Não temos insegurança alimentar porque o supermercado e a troca com os outros agricultores é uma forma de dar uma diversificada. Às vezes a gente sente vontade de comer um sorvete né! Por que não? Mas morar aqui no sítio e produzir de forma diversa, produzir em sistema agroflorestal, elimina a possibilidade de a gente achar que vai passar fome ou ter algum tipo de insegurança porque aqui a gente tem comida o ano inteiro. A gente pode não querer comer o que tem e falar “ah vamos no supermercado e vamos comprar outra coisa” ou “vamos na feira” ou trocar... Mas não por achar que não vai ter comida. (Agricultora do Assentamento -CSA 2)

A segurança alimentar é frequentemente entendida como o acesso aos alimentos básicos, sem levar em consideração as condições de produção. Nessa perspectiva, a produção em larga escala de monocultivo para o mercado internacional, uso excessivo de agrotóxicos e o controle da cadeia produtiva por grandes corporações transnacionais são práticas sociais comuns e permitidas pelas agências governamentais. Por outro lado, a soberania alimentar inspirada nos movimentos sociais do campo, busca uma abordagem política alternativa ao agronegócio. Essa abordagem enfatiza a capacidade de cada povo definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, e vai além da produção de alimentos, também associada ao respeito pela diversidade biológica e cultural, com fortalecimento dos territórios e agricultores familiares (LAZZARETTI, 2021; SANTOS, 2022; BRUNO, 2016). A partir da fala da agricultura CSA 2, é notável a abordagem agroecológica e a busca pela soberania e segurança alimentar que reconecta a agricultura em reconhecimento da complementaridade dos papéis desempenhados por todos os indivíduos dentro do movimento social.

A busca pela diversidade é mencionada como um motivo para ir à cidade e em que a pessoa procura por alimentos dos que são produzidos em sua propriedade rural, e a justificativa para não haver insegurança alimentar é justamente a possibilidade de escolha da compra de alimentos em diversos locais e trocas entre outros agricultores.

Santos e Chalub Martins (2012), discutem a importância das trocas no contexto do consumo sustentável e da agroecologia. O simples ato de consumir produtos agroecológicos não garante a sustentabilidade do consumo, assim como o consumo sustentável não é suficiente para promover o aprendizado coletivo nesta atividade econômica. A formação de grupos de consumo sustentável envolve relações diretas entre consumidores e produtores agroecológicos. Essas práticas sociais desempenham um papel na educação ambiental, que promove a construção do conhecimento por meio da vivência dos saberes relacionados à agroecologia. A educação promovida por esses grupos coletivos tem respaldo nos princípios da agroecologia e busca compreender o impacto do consumo nos ecossistemas para transformá-lo. Essa abordagem considera importante problematizar o contexto socioambiental em que a sociedade está inserida.

Então, antes, em relação à alimentação, a gente morava na cidade, então a alimentação era muito diferente. Hoje a gente tem em termos de qualidade no sentido Agroecológico, de ser sem agrotóxico em termos de qualidade política. Também no sentido de produzir localmente com o comércio justo, sem explorar ninguém, sem explorar o meio. Temos uma alimentação completamente diferente em termos de autonomia, que é uma coisa muito importante para a gente. Não é igual, a gente está fazendo a própria casa para e tentando produzir o próprio alimento, uma parte dele, pelo menos né, coletivamente, então isso é muito diferente. Então, daí a essa qualidade é muito... assim... Os vícios que você tem, às vezes por estar na correria da cidade em termos de saúde também de nutrição, eu acredito que está muito melhor porque você come muito mais legumes, muito menos alimentos industrializados, né? Até porque você tem as coisas aqui, não faz sentido você comprar uma coisa que foi produzido num canto do país, processado em outro, veio para cá e tipo, sendo que tem um monte de coisa de coisa aqui né. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

A fala ressalta a mudança na alimentação e a qualidade dos alimentos após a transição da vida da cidade para um contexto agroecológico. O agricultor menciona a mudança da sua alimentação pela ausência de agrotóxicos como aspectos positivos. Além disso, ele destaca a importância da produção local e do comércio justo evitando a exploração de pessoas e o meio ambiente. Autonomia alimentar é um ponto de destaque da sua nova

realidade, em que ele e a comunidade estão envolvidos na produção de alimentos em sua própria casa. Resta evidente que a consciência política reflete na consciência agroecológica.

Os quintais produtivos desempenham um papel significativo na promoção da subsistência local e SAN, especialmente em áreas rurais, inclusive em assentamentos da reforma agrária afinal esses espaços são caracterizados pela presença de diversas espécies com morfologia e funções e utilidades distintas. A implementação de que tais produtos proporciona uma agricultura mais adaptada às necessidades locais, e permite o cultivo de uma variedade de alimentos de acordo com as preferências e demandas da comunidade. Essa diversidade de espécies cultivadas contribui para ampliação da disponibilidade de alimentos frescos, saudáveis e nutritivos reduzindo a dependência de alimentos processados e industrializados (SOARES, 2020).

A preocupação com os efeitos negativos do uso de agrotóxicos tem impulsionado o desenvolvimento de abordagens alternativas e sustentáveis no controle de pragas, como o manejo integrado. Essa abordagem busca manter ou gerenciar a população de pragas em níveis que não causem danos econômicos, ao mesmo tempo em que preservam a qualidade do meio ambiente e protegem a saúde humana (PEREIRA; ANGELIS-PEREIRA, 2022). Dessa forma, a fala do agricultor entra em consonância com a busca por um território agroecológico com ações para construir uma sociedade mais saudável e sustentável, a partir da adoção de práticas sociais que contribuem não só para sistemas alimentares, mas para a saúde humana. A disseminação dessas práticas e a promoção de políticas intersetoriais são essenciais para impulsionar a transição para uma sociedade ecologicamente equilibrada e fortalecida, como ele continua em sua narrativa.

Uma grande parte vem da produção, mas vai ter sal, açúcar ou arroz. Algumas coisas que a gente não consegue produzir aqui que vão vir de fora. Tem alguma coisa desse intercâmbio de outros pequenos produtores que a gente tem uma rede fortalecida né, E tem essa coisa que vem de fora, que é prioritariamente orgânico, mas tem uma porcentagem ainda, que a gente não consegue orgânico, né. Mas, eu tenho um exemplo, até ontem estava pensando, tentei tirar uma foto de ontem que a gente comeu, a gente fez um almoço aqui e arroz era do MST, do Terra livre, que é a única coisa que não era daqui, porque o alho a cebola temperada, o javali que foi cassado aqui nós comemos, o feijão plantado aqui, aí tinha vagem plantado aqui, cenoura plantada aqui, então é só o arroz de fora. E o óleo. E daí faz parte do movimento Agroecológico e talvez, o único elemento não orgânico ali era o óleo. Que realmente é uma coisa que a gente não tem. Mas a ideia é ir... Eu acho que a CSA, ela é um bom ponto de partida para a gente ir conquistando autonomia. Pensar que eu autonomia não é uma... É transpõe um conceito

da nossa sociedade individualista pela autonomia. Você fica imaginando “ah eu sozinho no meio do mato com tenho tudo que eu preciso” isso aí é uma grande bobagem. O ser humano é coletivo e essa autonomia é conquistada coletivamente. Então a gente não precisa produzir tudo, até porque não vale a pena né. E até porque, por que eu quero ter tudo sozinho? Isso é uma distorção, é ultra individualismo, é mais individualista do que qualquer outro tipo de pensamento. Então é autonomia, é comunitário, né? (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

A força da comunidade se mostrou fundamental para a construção da SAN dos agricultores, e o apoio permitiu que tivessem melhora da alimentação, passando a ter uma horta orgânica com variedade de alimentos de alta qualidade. Através da CSA, os coagricultores comprometidos formaram uma rede que valorizou a produção local, em garantia da SAN dos envolvidos.

As falas apresentam a melhoria da alimentação após a adoção da CSA, fato que corrobora a conexão da CSA com a SAN em relação à acessibilidade de alimentos e qualidade. Os entrevistados mencionam que antes da CSA, suas dietas eram influenciadas pela mídia e não priorizavam a qualidade alimentar. Posteriormente, a preocupação com a variedade, qualidade, incluindo PANC, e consciência sobre consumo integral dos alimentos. A troca de conhecimento entre os membros da comunidade contribuiu para a diversificação de pratos e uma alimentação mais saudável, embora ainda comprem alguns produtos de supermercados, eles buscam adquirir alimentos advindos do MST, agricultura familiar e feiras agroecológicas. A visita à cidade é tida como uma oportunidade de experimentar alimentos diferentes que complementam a alimentação no sítio, e a percepção perante tal argumento não é de IA por justamente confiarem na oferta contínua de alimentos pela sua produção ao longo do ano.

A alimentação não mudou nada. Sobre alimentação não. A gente sempre se alimentou bem assim né. [...] Eu não posso tirar por mim, porque se tirar por mim, eu costumo me alimentar depois das duas da tarde. Como eu sou fumante, eu tomo café e fumo o dia inteiro, mas vou tirar pelo meu pai e minha mãe. Eles geralmente comem de manhã um pãozinho café aí tem fruta, é bem variado assim. Aí tem cuscuz, esse tipo de coisa. [...] Geralmente vem 70% do mercado ainda. O arroz, o feijão a gente não consegue produzir aqui ainda. O feijão nem tanto, mas o arroz o óleo, o açúcar a farinha, os farináceos vêm tudo da cidade. Mas verduras, legumes vem tudo daqui. (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

Apesar do relato de que a alimentação não sofreu mudanças a fala revela a percepção de SAN a partir da experiência alimentar da família com exceção do próprio agricultor que considera sua alimentação abaixo de um patamar de referência, já que costuma se alimentar em horários irregulares e o tabagismo. Para ele a alimentação adequada é representada pelo café da manhã de seus pais, por exemplo, que demonstra a variedade de nutrientes. Aqui não se trata de um exemplo IA maneira isolada porque consumo alimentar diário do agricultor tem alteração devido a outras razões, que não cabem nesta análise, e não pela falta de acesso à alimentos.

Apesar de o agricultor da CSA 3 mencionar que não houve mudança alimentar, seu relato evidencia a oportunidade além de conhecimento, de troca de alimentos com outras pessoas, fatores que enriquecem sua alimentação e de sua família, permitidos pelas formas coletivas da CSA de produção, o que demonstra que a percepção está em construção e representa um processo. A prática de colaboração é uma característica que também foi afirmada por Alves e colaboradores (2018), quando refletem sobre Economia Solidária. Enquanto a economia convencional se baseia em valores como lucro, competição e livre mercado, a Economia Solidária se fundamenta em princípios de solidariedade, cooperação e autogestão. Então, além de evoluírem a prática da SAN, os agricultores ainda contribuem com essa “outra economia” que implica na transformação de estruturas e valores arraigados na sociedade. Ao repensarmos modelos econômicos existentes, e explorarmos alternativas mais sustentáveis e humanas, oferecemos espaço para uma sociedade mais justa na qual a economia esteja a serviço das pessoas e não o contrário (ALVES *et al.*, 2018).

Inclusive minha irmã mora na cidade, aí eles gostam de fazer bolo com o que tem aqui, aí faz bolo de banana, essas coisas, e vai ficando... A gente se alimenta bastante das coisas que tem aqui. Mandioca, batata doce... [...] Tem uma parte que a gente congela, outra parte a gente doa, e tenta fazer tudo processado assim no caso. E eu aprendi muito vendo o hábito de vida europeu. É que a agricultura deles é bem escassa, ou seja, processa tudo e armazena para o ano inteiro. Tem sempre uma regrinha: brócolis no verão é difícil ter, mas a gente tem o brócolis congelado. A gente tem muito para congelar. Tem manga, acerola, pitanga não dá muito certo porque fica amarga. Tem amora também, brócolis, couve-flor, vagem... Começa a ficar pequeno né. Quando a minha mãe comprou o primeiro freezer ela falou, “nossa o freezer é grande”, depois de um mês ela falou “nossa, o freezer é pequeno, não cabe nada!” Isso que a gente não congela carne, assim no caso. São só vegetais. Aí agora é aumentar a quantidade de freezer para armazenar. Então os cogumelos a gente está começando a processar para fazer os hambúrgueres. (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

Existem os desafios enfrentados para tornar alimentos saudáveis, acessíveis a todas as classes sociais. As ações de promoção da SAN, vem sendo descritas pelos agricultores de maneira orgânica, ao mesmo tempo em que, buscam tornar o alimento acessível a todas as classes sociais. Isso é uma iniciativa dos movimentos sociais que tanto envolvem a venda direta de alimentos pelo produtor, criação de quitandas, quanto a formação de cestas, parcerias etc., como uma articulação entre os atores e organizadores da sociedade civil, integrados à rede agroecológica. Porém, a concretização desse sonho coletivo se torna mais distante devido aos desafios em razão da falta do exercício da Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAA) voltada para garantir o DHAA. Sem o devido apoio do Estado, será difícil para os agricultores assegurarem que os alimentos saudáveis cheguem às periferias. Esse apoio pode ser fornecido por meio de programas de compra e distribuição de alimentos como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de estabelecimentos públicos, de alimentação, como restaurantes populares, quitandas, sacolões, como vale-alimentação e vale-refeição. Além disso, subsídios poderiam ser concedidos para reduzir os preços dos alimentos saudáveis e sustentáveis, o que implica a retirada dos substanciais subsídios diretos e indiretos concedidos a produtos como agrotóxicos e ultraprocessados em geral (BRASIL, 2022).

Tem pouco produtor orgânico da região. Arroz é bem complicado de a gente encontrar orgânico, é bem pouquinho, feijão a gente não consegue encontrar orgânico, piorou, a gente começa a pegar assim o que tem, óleo piorou... Então a gente começa a pegar assim o que tem realmente. Mas nossa compra no mercado geralmente é arroz, feijão, a farinha, o óleo, e carnes, é uma cesta básica. (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

A agricultura orgânica surge como uma resposta aos modelos de agricultura industrial e trata-se de um movimento frequentemente criticado por seus opositores, que veem esse movimento como regressão ao passado e práticas ultrapassadas. A autonomia dos agricultores é essencial para que eles possam determinar seus próprios processos de produção, beneficiamento e distribuição, de acordo com o contexto da cadeia de abastecimento em que estão inseridos. Isso permite que os agricultores reproduzam sua produção de maneira social e economicamente com base nos seus próprios conhecimentos, valores e interesses (PUGAS, 2018).

Eu como sempre morei na roça né, sempre comi de tudo, sempre tive de tudo, sempre tive uma alimentação saudável. [...] Eu como fui criado na agricultura que era familiar e sempre pensava na alimentação, então eu vim com aquilo né, ah eu vou ter um sítio que eu vou ter de tudo, vou produzir meus alimentos e eu vou ter o excedente e eu vendo esse excedente, e tal, então eu vim muito nessa pegada e foi estruturando o sítio nesse sentido. Então a gente sempre teve uma alimentação saudável em casa. A gente sempre consumiu muita coisa que a gente produz. E a CSA vem para dar uma melhorada porque muitos alimentos que a gente não aproveita, não tem um aproveitamento desses alimentos e dentro da CSA quando você vai para um grupo mais coletivo, você troca muito desses conhecimentos e a pessoa tem se preocupado mais e tentar aproveitar o melhor desses alimentos, e quando você faz isso, você tenta buscar esse coletivo dentro dessa dinâmica e até em casa a gente tem feito isso, a gente tem buscado outras formas de conseguir esses alimentos, então isso tem enriquecido a nossa alimentação, a gente tem ainda um caminho muito grande pra gente conhecer os alimentos, a gente conhece muito pouco ainda na nossa alimentação, e eu acho que a gente tem que aprofundar mais nesses conhecimentos né. A gente tem feito algumas coisas dentro da CSA, mais coletivas, até mesmo para a gente socializar esses conhecimentos que a gente tem sobre os alimentos, essas trocas. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

O DHAA é um direito Humano e para alcançar a universalidade, é necessário abordar a redução da fome e da pobreza de acordo com os princípios de SAN em todas as fases da vida. Isso envolve ações que visam diminuir as discriminações étnicas, sociais, culturais, econômicas e de gênero, garantindo assim a equidade alimentar e nutricional. A participação de todos os segmentos da sociedade na elaboração e implementação de políticas públicas e sociais para alcançar esses objetivos. Além disso, é necessário abordar as desigualdades sociais e políticas sociais que contribuem para essas disparidades, incluindo a redistribuição da terra como uma medida para melhorar as condições de vida da população (CALCANHOTO, 2018).

A implementação de políticas públicas desempenha um papel crucial e bastante evidente no período da Pandemia de COVID-19 juntamente com os desafios a serem enfrentados. A tradição brasileira de organizar as políticas em sistemas alimentares como o SISAN não abrange todas as dimensões do próprio sistema, devido às dificuldades de compreensão e ações integradas.

A pandemia revelou a necessidade de repensar o pacto federativo do Brasil, devido à falta de ação governamental ao desmantelamento das políticas. Isso tem impactado negativamente a sociedade especialmente no caso dos grupos vulneráveis (BRASIL 2021). Mas as ações *in loco* por iniciativas de agricultores como os participantes deste estudo, vem contribuindo para o fortalecimento e busca da SAN na prática agroecológica.

Majoritariamente, as CSA's da RM Vale tem o seu período de fundação no período pandêmico como visto durante a descrição do perfil sociodemográfico, e que também é comentado ao longo dos diálogos com os agricultores.

É, a CSA vai fazer agora em outubro (de 2022), três anos e ainda está em construção. Estamos bem abaixo da estabilidade do número de coagricultores, mas enfim, é um processo né, e a gente está trabalhando para atingir essa estabilidade. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

Embora as experiências promovidas pela sociedade civil, como os agricultores das CSA's sejam valiosas, é fundamental que o Estado cumpra seu papel e suas obrigações em relação às políticas públicas fornecendo recursos adequados.

E aí, no final de 2019, a gente começou a CSA, depois que começou a entender um pouco o movimento da agricultura a gente falou, agora é possível, né. Não é muita experiência, mas a gente já sabe mais ou menos o que está fazendo, dá para planejar legalzinho, Aí comecei em 2019 e aí começou com umas 20 e poucas pessoas. E que era a capacidade produtiva que a gente tinha. E depois, hoje estamos em 45, mas a gente não quer muito passar disso também. Não é quanto maior, melhor. Agora a gente quer aprofundar um pouco. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

Nesse sentido, os municípios desempenham um papel importante na implementação de estratégias relacionadas aos sistemas alimentares. Eles podem regular a oferta de alimentos nas escolas, restringir a publicidade de alimentos em eventos e locais públicos, além de desenvolver políticas de abastecimento que garantam disponibilidade de alimentos saudáveis a um valor justo, especialmente em regiões periféricas. No contexto de liberdade econômica, muitas vezes prevalece sobre os direitos fundamentais o Estado exercer um papel regulador, daí a importância de equilibrar a liberdade econômica com restrições adequadas, levando em consideração os impactos negativos para a própria economia e a sociedade (BRASIL, 2021).

Na visão dos agricultores, a CSA também desempenha um papel na implementação de estratégias relacionadas aos sistemas alimentares. Essa forma de relacionamento local em que um grupo de pessoas se une para financiar e apoiar um agricultor demonstra a possibilidade de mudança de pensamento do público envolvido.

Eu vejo a CSA como uma alternativa bacana pra sociedade, é você ter um grupo de pessoas da cidade que se une para financiar um agricultor, financiar uma produção e conhecer esse agricultor, conhecer essa área, fazer parte desse processo todo, e localmente isso gerar renda local pra essa economia

circular, ter essa forma de relacionamento local muda muito a cabeça das pessoas. A CSA tem grandes possibilidades, eu vejo a CSA na questão da Segurança Alimentar e principalmente na Soberania Alimentar local porque eu não conheço um projeto, uma forma de relação melhor do que a CSA. Se a CSA pudesse ter mais incentivo, enfim, tivesse locais que tem várias CSA's próximas, como em São Paulo, Brasília, já existe uma rede de CSA's, e isso é muito legal, porque possibilita... Aí você tem um produtor que produz arroz, o outro feijão, o outro isso, o outro aquilo outro, e acaba que as pessoas conseguem ter praticamente 100% de sua alimentação vindo de um projeto que elas fazem parte. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 1)

A fala do agricultor destaca a percepção positiva da CSA como uma alternativa benéfica para a sociedade. Ele ressalta que a CSA permite que um grupo de pessoas financie um agricultor e essa interação direta entre consumidores e agricultores gere renda local e promova circulação econômica, além de estabelecer um relacionamento mais próximo entre os envolvidos.

Na perspectiva do agricultor, a CSA tem grandes possibilidades, especialmente no que diz respeito à SAN e soberania alimentar local. Ele acredita que a CSA é uma das melhores formas de estabelecer uma relação de produção e consumo.

Apoiar a agricultura industrial ou agroecológica e familiar tem consequências distintas. Desta maneira, comer se torna um ato político, e estabelece uma relação cultural com a natureza e o mundo. A agricultura familiar é vista como a base de um novo desenvolvimento rural, impulsionada pela demanda crescente por produtos locais. Essa abordagem favorece mudanças nos hábitos de consumo, e iniciativas como as da CSA, envolvem produtores e consumidores em reflexões e debates sobre toda a cadeia agroalimentar. A alimentação ganha um significado além da satisfação de uma necessidade básica, sendo também um ato cultural e político, e ressalta a consideração das múltiplas dimensões de justiça na cadeia agroalimentar, incluindo justiça social, ambiental e econômica (TORUNSKY, 2019)

A CSA dá tranquilidade para a gente produzir, de forma diversificada, em sistema agroflorestal, e ela (a comunidade) tem uma compreensão de que é um projeto, um investimento de curto, médio e longo prazo. [...] Quando eles escolheram esse sítio, eles escolheram plantar hortaliças em sistema agroflorestal, pensando que num futuro, não falo que venham 100% do sítio, mas que a maior parte da alimentação deles venha do organismo agrícola, mesmo que não seja todo alimento, mas uma parte considerável venha, e aí eles entendem que eles estão recebendo só as coisas da horta. Mas num futuro próximo eles vão receber além das coisas da horta que eles ajudam a plantar e ajudam a colher, mas eles vão receber as frutas vindo do sistema agroflorestal. Que eles muitas vezes fizeram a muda, plantaram a muda,

vieram aqui, manejaram, capinaram a braquiária das linhas, roçaram, cobriram os canteiros, eles também vão receber aquelas frutas, que eles estão trabalhando hoje e que vão receber no futuro. (Agricultor do Assentamento – CSA 2)

A agricultora enfatiza que a comunidade entende que está recebendo produtos dos quais todos ajudaram a plantar e colher. Os membros da CSA estão envolvidos em todo o processo, isso cria expectativa de colherem alimentos dentro de um planejamento de curto médio e longo prazo. Essa fala evidencia a visão de que os participantes reconhecem que está investindo no desenvolvimento e na sustentabilidade de um sistema agrícola diversificado. Eles compreendem que, à medida que o sistema agroflorestal se fortalece, terão acesso não apenas às hortaliças, mas, também, as frutas cultivadas no sítio. Isso demonstra uma perspectiva de continuidade em que as CSA não se limitam apenas ao presente, e visam uma alimentação suficiente e sustentável no futuro. Embora a entrevistada esteja envolvida em práticas sociais sustentáveis e na construção de um sistema agroflorestal, é importante reconhecer que ela, assim como os outros agricultores, deixe isso em uma visão limitada sobre as práticas sociais de SAN e dimensões mais amplas.

Cada CSA é diferente, cada CSA tem suas particularidades. Coincidiu dos coagricultores terem um senso crítico, que tem uma preocupação com o que acontece com o todo né. Quando eles decidiram se alimentar com alimentos vindos de uma CSA, mais especificamente, escolheram que viesse de um assentamento de reforma agrária em uma cidade conservadora, que rejeita o MST, o Movimento Sem Terra, que trata o Movimento Sem Terra como um bando de baderneiros, eles escolheram, e não foi à toa que eles escolheram agricultores de um assentamento. E estão envolvidos não só na CSA, a gente tem coagricultores que estão envolvidos em atividades do Banhado⁷, por exemplo, e agora eles estão puxando várias cozinhas solidárias e já tem várias cozinhas solidárias pelo Brasil, e os coagricultores, alguns, temos a Violeta que está à frente, que querem puxar uma cozinha solidária aqui em

⁷“O Banhado é uma das mais importantes áreas de preservação em São José dos Campos. Além da paisagem que já é cartão postal, a região ajuda na manutenção do clima e na purificação do ar da cidade. A comunidade Jardim Nova Esperança, localizada em uma parte do Banhado, é a principal responsável pela conservação do espaço, já que não o afeta com construções ou qualquer outra atividade que danifique a paisagem natural. Em contrapartida, a prefeitura de São José apresentou um projeto para a construção de uma via na região do Banhado. A construção dessa via alterará drasticamente a mata local e, mesmo que seja feito um parque para preservação, como proposto, as construções implantadas no território do Banhado impedirão que o cenário continue o mesmo. Além disso, para a concretização do projeto, centenas de famílias terão que ser removidas. Os moradores da comunidade Jardim Nova Esperança trabalham com agricultura, reciclagem e criação de animais no lugar, além das atividades realizadas no centro da cidade. A retirada das cerca de 470 famílias que residem na região do Banhado afetará completamente suas atividades econômicas e rotineiras, além de desrespeitar os valores histórico e pessoal que cada um preserva pelo espaço, inclusive a importância que pessoas que vivem no Banhado há mais de 70 anos atribuem ao local. O Banhado e seus moradores não podem ser prejudicados por uma obra que garantirá conforto à elite da cidade em cima da destruição do espaço e da perda de muitas pessoas de suas moradias”. (BANHADO RESISTE, [200-?])

São José dos Campos para atender uma população carente, e que sofre com insegurança alimentar e que come alimentos ultraprocessados. A ideia da cozinha não é só matar a fome com embutido, a ideia é levar para as áreas, para essas populações mais carentes a ideia de um alimento integral, e a importância de se alimentar de forma integral. E aí, eu esqueci a linha de raciocínio, mas eu acho que é isso. (Agricultor do Assentamento – CSA 2)

O destaque para parcerias com a comunidade do Banhado demonstra um exemplo de um dos objetivos da CSA da agricultora participante, que visa atender pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, que consomem alimentos ultraprocessados, e que podem receber incentivo para o consumo de alimentos produzidos nas cozinhas solidárias que tem o propósito não só de suprir a fome, mas também aumentar a qualidade alimentar da população com alimentos integrais, orgânicos, *in natura*, com a promoção da importância de uma alimentação saudável e sustentável.

A proposta da Reforma Agrária tem o objetivo da construção de uma sociedade igualitária e ecologicamente sustentável, busca atingir diversos objetivos, dentre eles, destacam-se a eliminação da pobreza no campo, o combate à desigualdade social e à exploração dos trabalhos rurais, a garantia de trabalho, educação e distribuição de renda para as pessoas que vivem no campo, soberania alimentar da população brasileira, fortalecimento da participação das mulheres no campo, preservação da biodiversidade e a melhoria de condições de vida, com o oferecimento de oportunidade para todos, incluindo a juventude (NASCIMENTO, 2022).

O envolvimento social e político dos coagricultores não se limita no consumo de alimentos agroecológicos, mas também aumentar o relacionamento da comunidade com projetos sociais, culturais e políticos que objetivam promover mudanças mais amplas na sociedade, e demonstra um comprometimento com valores e princípios além do âmbito individual, refletindo a visão mais abrangente e transformadora da agricultura e da alimentação. E os projetos se expandem de acordo com cada CSA investigada, envolvendo mais projetos diversificados.

Fatura. A gente está planejando fazer vários cursos e ainda está no papel, a gente está na ideia de fazer um barracão, trazer igual a você que é nutricionista e falar um pouco sobre alimentação... aproveitamento... [...]Para falar sobre PANC, porque tem muito alimento que a gente está pisando por cima, como a Maria-gorda, ela é super-nutritiva. A gente quer fazer turismo ecológico, aquele negócio difícil que eu não sei falar o nome... Airbnb... E tentar também a troca de serviço por estadia. Trabalha até meio dia e o resto usa para fazer o que quiser. A gente vai fazer o barracão, um dormitório com banheiro e essas coisas, para ficar mais à vontade né, para não ter que vir ficar na casa da minha mãe. Porque tudo que a gente faz é

aqui. Eu moro numa casinha ali do lado, fica um rapaz lá, só que para almoçar e jantar, a gente faz tudo aqui (na casa da mãe). Tem fogão e geladeira... (Agricultor do Assentamento – CSA 3)

A opção pela agricultura familiar é considerada fundamental para alcançar a autonomia econômica e a SAN, por se destacar pela multifuncionalidade, incluindo o policultivo e a eficiência energética, além da conservação de recursos naturais. É notável que agricultores familiares possuem uma ligação sensível com a terra, considerando essencial não só para sua moradia, mas para exercício da sua função social.

Um dos projetos que a gente fez recentemente, a gente está aprofundando a estruturação da CSA. Então, a gente veio em processo de formação, num processo de entendimento do que é a CSA, quais são as linhas, e até mesmo esses papéis, as pessoas ainda vem pensando na questão da cesta de produtos, mas não é uma cesta de produtos, é uma coisa nova, uma forma nova, é uma integração campo e cidade. Então, quando você monta uma CSA, você cria uma nova família. Então, você passa a ter uma família maior. É uma relação que não pode ser uma relação individual nem do coagricultor, nem do produtor. Tem que ser uma relação ampla de entendimento e conhecimento. E a gente tem feito isso dentro da CSA. Nesse grupo a gente fez assim... No grupo do coração e a ideia nossa é de que todo mundo esteja dentro do grupo do coração e quando a gente fala desse grupo do coração, as pessoas que entram, acham que tem uma prioridade que tem um tratamento diferenciado, mas não é isso. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

A reflexão nos leva a considerar a importância na construção de relações de confiança, respeito e cooperação dentro de CSA. A ideia de formação de uma nova família transcende os laços individuais e se baseia em princípios compartilhados, tendo a proposta da CSA como uma alternativa de produção e consumo sustentável. Além disso, ressalta a necessidade de superar as lógicas individuais e promover a interação e a prospecção de conhecimento mútuo entre agricultores e coagricultores. Esse enfoque reconhece o potencial endógeno das comunidades valorizando as experiências e saberes.

Ao integrar essa abordagem educativa e transformadora ao processo de implementação de uma CSA é possível fortalecer a conexão de maneira mais profunda e com noção e disposição para enfrentamento de desafios e potencialidades da agricultura familiar. A troca de conhecimentos e a valorização das práticas sociais locais contribuem para um desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e a práxis da economia solidária. Esta prática também tem sido organizada politicamente por meio de fóruns e redes com intenção de superar iniciativas isoladas e fragmentadas. Tal articulação ganhou força no final da década

de 1990 culminando na criação do grupo de trabalho brasileiro de economia solidária em 2001, durante os fóruns sociais mundiais realizados no Brasil. Atualmente, existem fóruns estaduais, territoriais e municipais em todo o país, porém, as políticas públicas de economia solidária ainda são limitadas, fragmentadas e com recursos financeiros além de estrutura institucional insuficiente para atender as necessidades reais dos envolvidos (NÓBREGA, 2022).

A gente tem tentado fazer um exercício, coletivamente para quem está no grupo do coração tem que ver que está fora do grupo, que é interessante que a gente tenha um grupo que pense, que dedica uma parte do seu tempo para ajudar a estruturar essas estruturas que a gente criou. Então, dentro do grupo do coração a gente tem 5 grupos que a gente fez. Então, tem o pessoal que cuida da parte de se preocupar nessa parte de comunicação, de sempre postar as coisas, de sempre levar para que a pessoa tenha conhecimento do que está acontecendo, tanto quem está dentro da CSA quanto quem está fora, outras pessoas pensam nessa questão das planilhas mais simples né, mais fácil de entender, para que as pessoas quando pegam a planilha, batem o olho e sabe o que é, aonde que está indo o recurso, de que forma esse recurso, porque esse recurso está indo, qual foi a decisão, qual a necessidade que tem para esse recurso estar indo para lá. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Trata-se de um contexto complexo, na atuação para transformar e capacitar sujeitos sociais envolvidos, redefinindo e atualizando sua função social com novas ocupações, e posicionamentos, bem como afirmam Alves e colaboradores (2020), no estudo sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que tem como objetivo principal lutar pela participação direta e efetiva dos catadores, buscando a valorização do trabalho como uma atividade laboral legítima, sujeita a direitos e organização social, e combatendo o estigma que recai sobre os catadores. Assim como a CSA, MNCR promove ações educacionais, culturais e recreativas para catadores e seus familiares, com ênfase no empoderamento das mulheres catadoras, que são a maioria das associações e cooperativas. São desenvolvidas atividades específicas para facilitar a formação profissional e educacional das catadoras e estimular a sua participação e luta dentro do movimento.

Tem também outro grupo que é para pensar, que é uma coisa que não é tão simples e nem tão fácil, que é o planejamento de produção, de sentar com o produtor, ter um grupo em um primeiro momento mais técnico que de fato vai pensar nisso e deixar isso tanto mais fácil de entender para o produtos, mas também para os coagricultores né, sobre as planilhas de produção, saber a época de cada alimento, qual é a época que esses alimentos produzem, por que uma época a gente produz um tipo de alimento e em outra época a gente vai ter outro tipo de alimento, até mesmo para os coagricultores se

organizarem, se planejarem na alimentação e os cardápios com os produtos da época. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Diante do relato, nota-se que a intenção é que tanto de agricultores quanto de coagricultores, tenham acesso as informações necessárias sobre os alimentos produzidos, épocas de colheita e como se organizar com base nos produtos disponíveis em cada estação.

O participante ainda destaca outro ponto característico da sua CSA, sobre a existência de um grupo que desempenha não apenas a função de fornecer informações, como também um papel de acolhimento e compreensão das necessidades individuais de cada ingressante.

E também esse grupo de recebimento, não só de falar para a pessoa o que é a CSA, mas de acolher a pessoa, de entender a pessoa, ver quais as necessidades dessa pessoa, às vezes a pessoa entra na CSA, porque ela sai, porque ela saiu talvez, porque tem algumas coisas que não ficaram bem claras, às vezes faltou alguma informação ou alguma necessidade que ele tá tendo de momento né, quais as necessidades dele, talvez precise ter um apoio da CSA, o que a CSA pode ajudar ele, se é a questão familiar, se é uma questão financeira, se é uma questão de mudança do hábito alimentar, tem dificuldade de fazer essa mudança, o que a CSA pode contribuir, então é um grupo que vai pensar nisso, que vai dedicar uma parte do seu tempo para fazer isso. Então a gente tem feito esse exercício coletivamente, a gente sabe que é difícil, a gente vê que a gente tem sido orientado. Eu falo que é a caixinha de fazer louco... Então, ela tem criado não só a padronização dos alimentos, mas da sociedade, então a gente fica ali só naquela caixinha né, só naquele quadradinho, só pensando naquele quadradinho. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Por parte dos produtores é fundamental que haja consciência voltada para o bem coletivo, para estabelecer e fortalecer laços de confiança a longo prazo. Isso implica em evitar tentações momentâneas de explorar oportunidades ocasionais que surgem no mercado tradicional. No contexto das CSA's brasileiras, tem se observado a produção ampliada de uma variedade de alimentos, Especialmente hortaliças e frutas cultivadas de forma orgânica, incluindo as PANC, no entanto, é comum que a oferta de frutas esteja aquém das expectativas e demandas dos consumidores em termos de quantidade e variedade, o que pode gerar atritos e insatisfações (JUNQUEIRA; MORETTI, 2018).

Então a ideia é que a gente rompa dessa caixinha que a gente está e a gente olhe para os lados, que a gente possa ter esse olhar mais crítico né e ajudar não só a CSA, mas o entorno da CSA, as pessoas que estão, que tem vontade. Às vezes tem muita gente que vem na CSA que vê o produto né, que quer consumir o nosso produto, mas o poder aquisitivo no momento não

permite. Então a gente ver uma forma que a gente possa fazer isso, que a pessoa possa de fato “não, eu tenho vontade, eu queria entrar nesse grupo e só não entro porque eu não tenho condições financeiras, as minhas condições financeiras não permite que eu consuma esse tipo de alimento”. Então que a gente possa arrumar a forma, então não só eu como produtor, mas nós enquanto um grupo mesmo, a gente pensa em forma em estratégia, eu vejo que tem várias formas que a gente possa diminuir nossos custos, e a gente pode até mesmo diminuir o nosso consumo, talvez pensar mais em reaproveitamento. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

O participante comenta sobre iniciativas que geram desconforto e resistência terem impacto financeiro nas mudanças no gerenciamento da CSA. Mas é desta provocação que surge a possibilidade de superar a mentalidade individualista da comunidade para um pensamento coletivista. A ampliação da visão e busca da maior participação das pessoas com diferentes níveis de poder aquisitivo, promove a inclusão social, segundo a perspectiva apresentada.

A mesma quantidade de alimento que a gente está produzindo no momento, que a gente possa dividir com mais gente né. Então se a gente aproveitar mais, a gente aproveitar as folhas do brócolis, não consumir só a flor, se a gente está produzindo a 30% do que a gente está consumindo é só a flor e lá o restante do 70% de não estamos aproveitando, a gente podia aproveitar uma parte de folha e uma parte de flor, porque se a gente fizer isso, a gente permite que outra pessoa também com poder aquisitivo menor, também pode consumir esse produto. Então a gente tem feito esse exercício, a gente sabe que é difícil porque bate no bolso, as pessoas falam “não, vai mexer no meu financeiro!”, e a gente fica pensando no “eu” né, a gente pensa muito na nossa barriga e a gente não consegue sair em torno do nosso umbigo né, e a gente tem provocado isso, a gente sabe que cria um mal-estar né, a gente vê que tem gente que fica assim... tem uma resistência né. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

A exclusão social abrange múltiplos significados. Em uma perspectiva mais ampla, esse processo representa a maneira pela qual o capitalismo incorpora, de forma extremamente desfavorável, as classes e grupos subalternos em sua lógica de reprodução. A pobreza persiste no Brasil, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, e não pode ser atribuída à ausência de impacto dos processos de desenvolvimento, mas sim, à forma como o modelo de desenvolvimento predomina na sociedade brasileira. A relação histórica entre capital e propriedade da terra foi a base do desenvolvimento, aliado à modernização setorial da agricultura e tem gerado uma exclusão sistemática de trabalhadores rurais, segundo Wanderley (2017), e a autora demonstra estudo que evidenciam as massivas situações de expulsão e dissolução das formas de agricultura camponesa, que resultaram na exclusão

desses trabalhadores. Ao invés de promover uma inclusão positiva, as novas formas de inserção social, decorrentes da expulsão de colonos e moradores de grandes propriedades, levam à condição de um estado de miséria e condições precárias de vida. Assim como a autora, o nosso agricultor demonstrou a vontade de uma proposta de formas de inclusão que oportuniza a melhoria da qualidade de vida de indivíduos vulneráveis e em condições de IA, por exemplo.

A gente vê que tem muita gente que fala dessa questão da desigualdade social né, a gente vê que o nosso grupo tem muita gente falando disso, “não o Brasil tem que ser um país mais justo, as pessoas têm que ter alimento”, mas quando a gente fala assim “então tá bão, a gente vai dividir o pé de alface né”, “mas qual?”, “ah o seu né”, “ah, mas o meu?” (risos). Então a gente vê assim, que a gente acaba criando umas estratégias de alguns recursos né e é legal, é bom a gente falar né, mas aí quando a gente fala assim “então tá bom, a gente sabe que tem uma parte do governo, mas tem uma parte que cabe a nós enquanto sociedade! Não é só de votar lá de quatro em quatro anos, dar nosso voto lá e achar que vai resolver. E nós enquanto sociedade? O que a gente tem feito né até mesmo para mudar né porque às vezes o governo não muda porque não tem a sociedade provocando né. O que a gente pode fazer de provocação né de forma de fazer? E agora nesse governo, essa eleição foi uma eleição talvez mais problemática que a gente teve né, a gente não tinha isso, e ainda foi uma disputa mais acirrada, mas ela tem algumas coisas que já vem há um bom tempo discutindo que a gente não via falar né. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

Cabe aqui uma reflexão sobre o questionamento do papel da sociedade no processo de como cada indivíduo pode contribuir para provocar mudanças. Não basta cumprir com a obrigatoriedade em períodos eleitorais sem visão crítica, mas, a participação na busca de políticas públicas eficientes que incentivem a prática eficiente e garantia da SAN, ainda que se reconheça os seus limites. A questão da fome é um problema persistente na sociedade, e como já dito, ela transcende o tempo como um fenômeno social abrangente, que permeia os aspectos da vida (RODRIGUES, 2022).

O entrevistado ainda reforça a participação da sociedade e chama a atenção para o papel da agricultura familiar:

A gente precisa, enquanto sociedade, defender um projeto de agricultura familiar. A agricultura familiar no Brasil tem que ter um projeto definido com política pública, com infraestrutura que não seja só, é para o agronegócio que o cara no final do ano, todo final de ano, pode trocar de caminhonete né, E aí chegaram na hora de pagar as dívidas, não pagar a dívida porque ele comprou uma caminhonete e daí o governo tem que perdoar a dívida. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

O mercado de agrotóxicos movimenta cerca de 10 bilhões de dólares por ano no Brasil. No entanto, as indústrias do setor são desoneradas de diversos impostos. Estima-se que a desoneração no mercado de agrotóxicos alcance cerca de 3 bilhões de dólares por ano, o que corresponde a 30% das vendas do setor. E o valor tributário favorável de agrotóxicos contrasta com o princípio da seletividade, que busca tributar produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente de forma mais elevada. Estudos mostram que a isenções e reduções de impostos para as empresas produtoras de agrotóxicos chegam a quase 10 bilhões anualmente e os investimentos públicos como empréstimos subsidiados pelo BNDES e financiamento de pesquisas Finep, também beneficiam empresas do setor. Os lucros do agronegócio são direcionados para o circuito financeiro internacional, não beneficiando diretamente o país. As empresas comerciais enviam seus lucros para matrizes no exterior ou paraísos fiscais, e os exportadores podem especular com a taxa de câmbio e manter o dinheiro no exterior, sem prazo para internalização (MITIDIERO JUNIOR; GOLDFARB, 2021).

E também que tem que ter uma forma de subsidiar projeto para a agricultura familiar, que tenha um projeto da agricultura familiar na universidade, né, que pega essa juventude que sai do campo, da agricultura familiar, ele faz universidade, depois ele vai vender a sua mão de obra para o agronegócio. A agricultura familiar não tem como pagar esse trabalho e ele tem de vender a força de trabalho dele para o agronegócio que tenha uma forma de trazer esse jovem. Se ele passou esse período no campo ele tem conhecimento ele está lá, ele sabe a realidade do pai, ele sabe a realidade da agricultura familiar, ele vai ter um outro olhar, vai ter uma outra forma de trabalhar de estar inserido, ele tem muito mais facilidade de levar esse conhecimento e fazer essa troca de conhecimento, do que uma pessoa que nunca passou pelo campo, que tá na cidade e daí ele vem trabalhar no corpo técnico e aí às vezes ele não vem com essa facilidade esse conhecimento que ele podia trazer o conhecimento que ele pegou lá da universidade, e às vezes a realidade na cidade não é a realidade do campo, não é a realidade do agricultor que está lá. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

As crises sociais, políticas, ecológicas, econômicas e sanitárias têm sido enfrentadas com respostas insuficientes pelo governo, que protege o interesse do capital. Os movimentos agroecológicos têm se destacado na construção de alternativas que priorizam a vida, como a distribuição de alimentos saudáveis, cozinhas populares coletivas, como já comentado anteriormente, e circuitos locais de produção e consumo. As eleições representam uma oportunidade para reconstruir o que foi destruído e inovar nas políticas e ações coletivas (LOURENÇO *et al.*, 2022).

Às vezes a necessidade imediata do produtor não é o que você está trazendo, está trazendo outra coisa que ele já tem lá na universidade para que ele possa buscar a forma que ele pode com pouco recurso ele pode ajudar esse produtor a desenvolver isso alavancar a unidade de produção. Então que a gente faça isso. Que seja uma forma de nos provocar e aí a gente passar a provocar isso. A gente pode provocar o vereador localmente, né? Ah, tá bom, o Lula falou agora e os vereadores que vão estar na eleição para vereador. Qual o vereador que tem o pé lá no campo? Qual o vereador que de fato ele, ele vai conosco, assumir os compromissos que vai nos ajudar, que de fato isso não seja só um discurso que seja de fato, que esteja na prática com as políticas públicas acontecendo, né. O que a gente possa usar esses recursos aí. A gente viu agora os escândalos, estão acontecendo essa questão do Orçamento Secreto e, e aí a gente não sabe para onde está indo o orçamento secreto. Por que que com o orçamento secreto a gente não podia resolver o problema do impacto ambiental no campo? Que às vezes está lá removendo a pessoa, aquele agricultor de lá mover para outro lugar, às vezes, até pessoa da agricultura familiar. Ou às vezes incentivar ele e falar olha você está tendo uma renda com gado e essa renda não está te sustentando, vou criar uma outra forma que você vai ter muito mais condições financeiras e a gente vai te ajudar aí, então que esses recursos possam ser destinados para isso né. Então a gente precisa provocar isso. (Agricultor do Assentamento – CSA 4)

A narrativa do entrevistado chama atenção para as demandas dos produtores rurais por meio de soluções viáveis e acessíveis. Ele sugere a utilização de recursos e conhecimentos disponíveis em instituições de pesquisa e universidades para auxiliar os produtores no desenvolvimento de suas unidades de produção de maneira sustentável, diante das limitações.

Mas existe a necessidade do envolvimento de representantes políticos locais, que devem assumir o compromisso concreto e leal à população, com apoio da agricultura. A prática além do discurso precisa ser concretizada, de forma que os recursos públicos sejam assegurados e direcionados para resolver problemas concretos.

O agricultor da CSA 5, também anseio de provocar a comunidade, tanto de forma prática, com o incentivo dos coagricultores a terem maior participação na produção e otimização do trabalho do campo, quanto para o diálogo de uma proposta que possibilita amplificar o acesso de indivíduos aos alimentos produzidos no sítio.

Porque eu acredito que às vezes, o que acontece é que a CSA, fica com uma família só ali de agricultor, ficava difícil ter arroz e tal, Só que daí e nem todo, nem todo agricultor tem um perfil do CSA paciência, tranquilidade, diálogo. Então eu acho que a gente, se a gente começar a testar essas coisas. Os próprios coagricultores podem se organizar para pegar um produtor que não tenha perfil de CSA e vai falar, mas oh, por que você não produz isso? A gente paga o feijão, chega no outro você produz alho, você produz cebola, você produz a cabotiã (abóbora), e você o arroz, e aí a gente já começa a

fechar, porque no fim você vai ver que fica num valor razoável, Que dá pra galera dá para a gente, bancar. É porque dessa forma a gente ataca de 2 lados. A gente vai tendo mais autonomia e ao mesmo tempo você vai criando mais trabalho rural, você vai viabilizando para mais gente, isso vai crescendo, você vai criando oportunidade porque no fim, a fome tem a ver com a falta de função social. É daí vai crescendo, a gente vai entendendo, né, mas aí você quer avançar nesse sentido agora, porque assim, um sítio só produzido vai ser uma porcentagenzinha da vida da pessoa ali de verdura, legume, não dá para fugir muito disso, um pouco de fruta e tal. Mas a gente pode abarcar uma porcentagem maior porque as pessoas precisam de alimento. E aí, só que, tem que mudar. Não, não... Não precisa ser rígido, né. “Ah tem que ser o sítio, tem que ser coisa da família” e não, né. Vamos fazer por safra aqui, como que a gente consegue juntar? Então, às vezes a gente tenta ir fazer, não é? A ideia era essa. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

Assim como o agricultor menciona que a fome está relacionada com a falta de função social, Josué de Castro também propõe a noção de fome como um fato social total, e estabelece que os fenômenos sociais são complexos em suas múltiplas dimensões que podem ser compreendidas a partir de diferentes perspectivas. O comportamento humano deve ser analisado em relação à sociedade e ao grupo ao qual pertence, não só de forma isolada. Josué aplicou esse conceito ao fenômeno da fome relacionando o ao contexto socioeconômico do Brasil como um país terceiro mundista, marcado pelo capitalismo atrasado e pela herança escravocrata. Para ele, a fome é um fenômeno social total que afeta a identidade nacional e está ligado às condições de vida da classe trabalhadora e dos mais pobres ele argumenta que a falta de alimentação adequada prejudica o desenvolvimento físico e mental do ser humano, e que a fome é um problema causado pela escassez de alimentos. A fome é vista como uma calamidade social intrinsecamente relacionada aos aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos de uma sociedade (NASCIMENTO, 2022; CASTRO, 1984).

Para Josué, a este fenômeno social também está intrinsecamente ligado à ecologia, e toda a multidisciplinaridade. O meio ambiente é abordado como o conjunto de elementos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, interconectados. Inclusive, o autor já alertava para a crise ecológica na década de 1970 e argumentava que o modelo de crescimento então vigente era insustentável. Ele propôs uma solução que considerasse a realidade dos países subdesenvolvidos, levando em conta estruturas econômicas, sociais e políticas, e valorizando o papel do homem e da cultura. Sua crítica se alinha à teoria do ecodesenvolvimento, que enfatiza o desenvolvimento em oposição ao crescimento quantitativo exclusivo (NASCIMENTO, 2022).

Maluf (2022) afirma que Josué atuou como precursor da politização da fome no Brasil, enfatizando os determinantes socioeconômicos e políticos desse fenômeno. A construção do Campo político da Soberania e SAN e do DHAA são ressaltados como um movimento anti-hegemônico e as políticas integradas e participativas implementadas no país resultaram em progresso significativo na SAN, com destaque para a geração de empregos, valorização do salário-mínimo, transferência de renda, apoio à agricultura familiar e reformulação da alimentação escolar. Tais conquistas somente foram alcançadas graças às ações e ampla participação da sociedade.

Vamos produzir feijão para a CSA, tá, mas “ah se aumentar 100 reais, eu não vou poder”. O outro: “Tá, mas isso aqui vai ficar caro pra mim” O outro, “mas eu queria para produzir em cima.” Espera aí. Tudo bem, a gente já tem um acordo, e então tudo bem. Quem que quer fazer feijão? Aí eu quero, eu quero, eu quero, quero, quero, então vamos juntos aqui entendeu? “Aí eu não quero, eu queria ver primeiro para ver o que vai acontecer”. Daí a gente vai fazer do feijão depois desse daí, às vezes um entrou no feijão, não entrou no alho, Ou “ah eu sou Hare Krishna, eu não gosto de alho”. Tem cada um, né? Então a gente vai fazendo. Eu estava querendo É testar agora. Na verdade, 2 coisas, a gente vai testar o feijão para depois ir para o óleo cebola, mas já está engatilhado de fazer o ovo. Eu queria produzir o ovo coletivamente e também é... frutas. De pegar algumas frutas de ciclo mais curto é... banana abacaxi, melão, melancia, umas coisas assim de ciclo curto ou, ficar plantando árvore para o ciclo longo, e ver a galera aí bancando umas frutas. É isso aí, a pessoa tem que estar muito envolvida, engajada, porque ela vai começar a bancar coisa que vão demorar... Então, a da fruta aqui até pela CSA mesmo e tirando uma parte do financiamento da CSA para ir construindo esse processo de fruta. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

As transformações de padrões de consumo não ocorrem por acaso, porque a forma como os alimentos são produzidos, processados e distribuídos desempenha um papel crucial nos hábitos alimentares. O sistema agroalimentar moderno, juntamente com a indústria de alimentos ultraprocessados, é regido por uma lógica estritamente econômica, na qual o sistema não é capaz de oferecer aos consumidores nada além de produtos com baixa qualidade nutricional e uma ampla gama de aditivos químicos. É paradoxal que, após passarem por diversas modificações genéticas, os alimentos necessitem de aditivos químicos sintéticos, como corantes aromatizantes e emulsificantes para recuperar, cor, sabor, textura, odor etc., que são perdidos durante o processo industrial. Este sistema não apenas resulta em produtos com baixo valor nutricional, como também atuam diretamente para o aumento da insegurança alimentar e desencadeiam como morbidades e Doenças Crônicas Não

Transmissíveis (DCNT). Nesse contexto, é surpreendente que o feijão esteja perdendo espaço no Brasil, como a companhia nacional de abastecimento retrata com dados que mostram que a área plantada de feijão diminuiu 35% desde 1976, enquanto a área plantada de soja aumentou mais de 5 vezes, ou seja, 460%. Com a queda na produção, qualquer alteração na safra, como pragas ou secas, causa instabilidade nos preços. Isso pode ser observado nos supermercados, onde o feijão e o arroz tiveram aumento de preço de aproximadamente 60% em 2020 (CAMPELO; ZABELÊ, 2020).

Dito isto, é pertinente o pensamento do agricultor em expandir e diversificar sua produção com foco no plantio de feijão. A redução da área plantada de feijão e o aumento expressivo da área plantada de soja evidenciam uma mudança significativa nos padrões de produção brasileira. Esta mudança tem impactos diretos na disponibilidade e no preço dos alimentos, como o arroz e o feijão. Desta forma, é compreensível que os agricultores se preocupem com a produção de feijão. A dependência crescente da soja como cultura dominante pode tornar a agricultura mais suscetível a riscos e flutuações no mercado. Fato que não acontece nas CSA's por se tratar de uma produção independente financiada pela própria comunidade. Além disso, o feijão é um alimento básico na dieta dos brasileiros, e fundamental para a SAN e diversificação agrícola.

É, a galera dando um pouquinho a mais ali para a gente construir num processo de fruta aqui. Eu estou com cem pés de fruta plantado aqui, só está faltando manejo, mas estou com cem pés de fruta, o jeito é ir cuidar são as frutas de ciclo mais rápido para a gente ir movimentando entendeu? E colocar o ciclo, eu estou querendo colocar tem o feijão, o alho, cebola e o ovo, tem gente à parte porque tem gente que é vegano, e tudo bem. Mas a fruta acho que talvez, cada caso é um caso, ainda mais dentro da CSA, você está recebendo a cesta, aumenta mais 10 reais de cada um para ir investindo devagarzinho, vai demorar mesmo, não é uma coisa que você chega e ah, 100 reais por mês pra comer daqui a 5 anos não existe isso. Nosso projeto é aprofundar agora, é... é aprofundar em qualidade a gente não pretende crescer muito mais do que 45, talvez chegar até 50 daria, mas, 50 é o teto, não faz muito sentido não é muito o que a gente está buscando. Agora, a gente vai pegar o conceito, e a gente está tentando pegar o conceito da CSA né, esse mesmo conceito, esse mesmo jeito de fazer e aprofundar, então, a gente vai aumentar a porcentagem de alimentos que vêm da CSA para essas pessoas. (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

O depoimento do agricultor reflete a sua estratégia de cultivo e manejo para lidar com os desafios da produção agrícola. Ele destaca a importância de diversificar as culturas e priorizar as frutas do ciclo mais rápido, visando movimentar a produção e obter resultados

mais rapidamente. Ao mencionar o aumento gradual dos preços para investir na produção, o entrevistado afirma que a construção do sistema agrícola sustentável leva tempo e depende de recursos. Nesta realidade, os coagricultores ainda precisam ter capacidade para investir no financiamento da horta, ao mesmo tempo em que é buscada uma produção diversificada, alinhada com as necessidades do público que participa, para a formação de uma agricultura resiliente. E ele comenta a respeito dos projetos futuros.

Por exemplo. Na “roça do futuro” eu vou começar um projeto aí só eu, não tenho os outros agricultores, e não é pela CSA, apesar de que as pessoas que vão fazer parte, boa parte são, da CSA, porque, pela CSA, seria um pouco burocrático, até todo mundo querer e ter dinheiro para fazer e tal, então vamos testar com quem pode se isso for replicado, a gente vai trazendo todo mundo junto, vamos fazendo. Porque a gente vai tentar ser autônomo em feijão né, Então vamos tentar 2 vezes por ano, feijão numa área. As pessoas vão financiar esse feijão. Tudo que é produzido de todo mundo daí a cota tem uma expectativa de 10 kg, né a cada 6 meses. Isso é uma cota boa para todo mundo. O feijão é um feijão bonito que a gente tem aqui, é o Serra Azul, alguns falaram que é Serra Azul, outros falaram que, não é? Eu não sei se é o mesmo. Mas é de semente crioula. Mas é um feijão gostoso viu! A ideia é pegar o feijão, que é mais simples né, É fazer safra, né, então. E daí, isso dando certo com feijão agora em janeiro a gente quer testar com alho, cebola que deu muito certo aqui também, que eles são coisas que duram, né? Você consegue guardar? Então, tipo, a gente plantar alho, cebola e pegar alguns e financiar coletivamente né então, é financiar coletivamente, está lá, está pago a produção. Daí a ideia é produzir. Colocamos uma média baixa para dar 10 kg para cada família. Se der 20 kg, a gente junta 10 kg de cada um, vende financia o próximo financia outra coisa, então a grana fica ali dentro, né? (Agricultor da Propriedade Privada – CSA 5)

A partir das ideias discutidas anteriormente, é possível relacionar a CSA como uma instituição que potencializa uma combinação entre instituições de mercado e instituições de reciprocidade. Estudos realizados em outras localidades, como no assentamento Zumbi dos Palmares, Paraíba, ou em Belo Horizonte, exemplificam a ideia de quintais produtivos em contribuição com a SAN das famílias agricultoras e o fortalecimento de sua renda. Os quintais não apenas fornecem alimentos frescos e diversificados, enriquecendo a dieta das famílias, mas também desempenham um papel formativo para crianças e jovens, transmitindo conhecimentos ancestrais de cura e contribuindo para a preservação da biodiversidade agrícola (OLIVEIRA; PEREIRA; CALBINO, 2019; SOARES, 2020; ECKERT, 2016; MIRANDA *et al.*, 2021).

Pesquisas sobre CSA em outros locais do mundo, também revelaram que a maioria das fazendas de CSA utiliza práticas orgânicas, os agricultores possuem formação acadêmica e são mais jovens e do sexo feminino em comparação com outros agricultores. Embora a renda bruta das CSA seja baixa, as fazendas de CSA têm uma renda bruta maior do que a média das fazendas dos EUA. O preço das cotas de CSA deve cobrir os custos operacionais e proporcionar um retorno justo ao trabalho do agricultor, mas muitos agricultores têm dificuldade em cobrir os custos e obter um retorno adequado. A satisfação dos agricultores com a capacidade de cobrir os custos varia, mas muitos acreditam que a operação de CSA melhora sua capacidade (BROWN; MILLER, 2008).

Porém, deve-se pensar sobre a necessidade de rever o modelo econômico globalizado e promover uma agricultura voltada para diretrizes mais ecológicas, humanas e comunitárias, aproximando produtores e consumidores. As redes de cidadania agroalimentar, que incorporam governança e democratização do acesso a alimentos de qualidade superior. A experiência das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) pode ser uma alternativa que constrói mercados locais e promove a transição para sistemas mais sustentáveis de produção, abastecimento e consumo de alimentos. A inserção de agricultores familiares e consumidores no centro das discussões é destacada, assim como a necessidade de repensar as relações entre produtores e consumidores e o abastecimento alimentar em territórios populosos (MIRANDA *et al.*, 2021).

Se voltarmos os olhos para o panorama brasileiro, entre 2002 e 2018, as participações das despesas de consumo e do aumento do ativo diminuíram, enquanto as participações de outras despesas correntes e da diminuição do passivo aumentaram. Em relação às despesas de consumo, a participação da alimentação e do transporte diminuiu, enquanto a participação da habitação aumentou. O Brasil é marcado por desigualdades, refletidas nos rendimentos e despesas dos domicílios. Domicílios com menor rendimento têm despesas menores com alimentação, mas comprometem uma parte maior do orçamento para adquirir alimentos (RIBEIRO JUNIOR *et al.*, 2021). Isso somado ao cenário atual relacionado com o uso de agrotóxicos é preocupante do ponto de vista da saúde pública e ambiental, especialmente devido ao cultivo crescente de monoculturas quimicamente dependentes. O contramovimento da CSA desempenha um papel fundamental na garantia da SAN, e a diversidade cultural presente no Brasil permite a existência de ecossistemas produtivos e diversificados. Para alcançar um progresso sustentável na agricultura, é indispensável o

desenvolvimento de sistemas agrícolas que levem em consideração as características culturais das populações e a promoção de suas organizações sociais (SILVA; SILVA, 2016).

Outro ponto discutido pelos entrevistados foi a preocupação com a questão social e a busca por tornar a CSA mais acessível para pessoas com menor poder aquisitivo. A participação ativa da sociedade é um dos caminhos na busca por mudanças e na pressão por políticas públicas mais justas, assim como a relevância da agricultura familiar na produção de alimentos e na segurança alimentar do país. E a SAN é um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham acesso a alimentos nutritivos e adequados às suas necessidades. A CSA é vista como uma alternativa promissora da SAN e, principalmente para a Soberania Alimentar regional, encarada como um ponto de partida. Os participantes veem a CSA como um projeto de investimento de curto, médio e longo prazo e a sua existência, como já viram exemplos em outras localidades, possibilita uma maior segurança de que o projeto dá certo, mas ainda existem limitações, uma vez que são necessários recursos da própria comunidade para o andamento da produção. Para atingirmos uma população vulnerável, são necessários investimentos e incentivo à políticas públicas por parte governamental, para que a produção e distribuição também atinja públicos que não tem condições de contribuir com o financiamento.

Desta forma, a CSA representa não apenas uma alternativa viável para a SAN e Soberania Alimentar local, mas também uma possibilidade de equilibrar a liberdade econômica com restrições adequadas. Ao promover uma conexão direta entre produtores e coagricultores, a economia é beneficiada e reduz a dependência de grandes cadeias de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAN é uma preocupação fundamental em todo o mundo, e a agricultura familiar desempenha um papel crucial nesse aspecto. Apesar da constatação de que a maioria dos participantes está com a SAN íntegra, ainda existem desafios em relação à proteção social e contribuições para benefícios sociais. Essa situação indica a necessidade de políticas de proteção e assistência técnica voltadas especificamente para a agricultura familiar, visando fortalecer a segurança alimentar e garantir o bem-estar desses agricultores.

A narrativa dos participantes reforça a importância da agricultura familiar e da Soberania Alimentar na produção de alimentos que atendam às necessidades humanas e respeitem a questão ambiental. Nesse contexto, a CSA na visão deles é uma iniciativa promissora, que estabelece uma relação direta entre produtores e consumidores, promovendo a SAN por meio da produção de alimentos frescos, sazonais e de qualidade. Essa abordagem fortalece os laços entre a comunidade e valoriza a interação social, além de incentivar práticas sociais agrícolas sustentáveis.

A percepção dos agricultores é moldada pelo contexto social e cultural em que estão inseridos. Eles reconhecem a importância da interação com a comunidade e buscam alternativas sustentáveis para a produção de alimentos na realidade da CSA. No entanto, é possível observar que ainda há agricultores não se veem intimidade com o conceito e podem estar desconectados do amplitude da SAN, embora contribuam e pratiquem a SAN de maneira individual e familiar para a comunidade. Embora apresentem SAN, podem não compreender plenamente os direitos e benefícios sociais aos quais têm acesso. Isso evidencia a necessidade de ampliar o conhecimento e o acesso a políticas de proteção social e direitos trabalhistas, para garantir a proteção integral desses agricultores. Aliás, outro aspecto relevante é a preocupação social dos agricultores envolvidos na CSA. Eles buscam tornar essa iniciativa mais acessível para pessoas com menor poder aquisitivo, reconhecendo a importância da participação ativa da sociedade na busca por mudanças e políticas públicas mais justas.

Um ponto de destaque é a melhoria na alimentação dos agricultores após a adoção da CSA. Antes disso, suas dietas eram influenciadas pela mídia e não priorizavam a qualidade alimentar. Com a CSA, eles passaram a valorizar alimentos frescos e saudáveis, produzidos de forma sustentável. Essa mudança de hábitos alimentares evidencia o impacto positivo que a

CSA pode ter na vida dos agricultores, promovendo uma alimentação mais saudável e nutritiva.

Além disso, a CSA desempenha um papel importante na implementação de estratégias relacionadas aos sistemas alimentares. Essa forma de relacionamento local, em que um grupo de pessoas se une para financiar e apoiar um agricultor, demonstra a possibilidade de mudança de pensamento e comportamento do público envolvido. A CSA potencializa a combinação entre instituições de mercado e instituições de reciprocidade, fortalecendo a cooperação entre produtores e consumidores.

Diante dos desafios enfrentados pelos agricultores durante a pandemia, fica evidente o valor de políticas de proteção social e assistência técnica voltadas para a agricultura familiar. Este período de isolamento também mostrou o impacto da CSA para a manutenção de SAN em um momento de crise econômica e incertezas. A iniciativa foi fundamental para que os agricultores e a comunidade mantivessem contato para o acesso a recursos e benefícios que garantissem sua segurança e bem-estar. Nesse sentido, a pandemia ressaltou a necessidade de valorizar e apoiar essas práticas sociais, reconhecendo seu papel fundamental na promoção da SAN, na proteção da biodiversidade e na construção de comunidades mais justas e integradas.

A conexão com a comunidade urbana desempenha um papel crucial no sucesso das iniciativas como as CSA's. A valorização da interação e a ideia mútua presentes nessas relações fortalecem os laços entre produtores e seu entorno. No entanto, durante a pandemia, as restrições de mobilidade e o distanciamento social trouxeram desafios para essa conexão.

A mudança nos padrões de demanda e consumo alimentar durante a pandemia também exigiu dos agricultores uma rápida adaptação. Mas apesar de ajustes dos sistemas de distribuição para atender às necessidades dos coagricultores as CSA's, não tiveram grandes impactos negativos, por já terem garantia do destino dos alimentos produzidos. Essa flexibilidade e capacidade de se adaptar às mudanças nas preferências dos coagricultores é um fator determinante para o sucesso dessas iniciativas, que inclusive, receberam mais membros que procuraram evitar aglomerações em supermercados, por exemplo, além do acesso a alimentos orgânicos.

A segurança sanitária foi uma questão crítica enfrentada pelos agricultores. Em um contexto de preocupações relacionadas à saúde e segurança, foi necessário implementar medidas adicionais de higiene e precaução em todas as etapas da produção e distribuição dos alimentos.

Apesar dos desafios enfrentados durante a pandemia, a importância da agricultura familiar e das iniciativas como as CSA's foi reforçada. A conscientização sobre os benefícios sociais, a conexão com a comunidade, a capacidade de adaptação e a garantia de segurança alimentar são aspectos centrais para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis.

A CSA surge como um questionamento e provocação para a transformação de um sistema agrícola insustentável, que se baseia em práticas prejudiciais ao meio ambiente, e desigualdades econômicas, para a construção de uma forma de consumo responsável no qual indivíduos se conectam diretamente com os produtores locais. Essa consciência política também se reflete no envolvimento em movimentos sociais e defesa de políticas para o combate à fome na prática da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALVES, J. C. M.; VELOSO, L. H. M.; ANDRADE, E. P.; SILVA, A. M. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i1.2199>>.

AMORIM, J.O.L. **Comunidade que sustenta a agricultura (CSA) em São Paulo e agricultura solidária (SoLaWi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais**. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, Araras, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10377>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

AQUINO, J. R. DE .; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123–142, jan. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>>. Acesso em 08 mai 2023.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 470 p. 2017. Disponível em: <[Agricultura_Familiar.pdf \(cfn.org.br\)](#)>. Acesso em 04 mai 2023.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009, UNIC – Rio de Janeiro. 2009.

_____. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – DOCUMENTO BASE. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/conferencia/documento-base-da-6-cnsan-09-08-23_site.pdf>. Acesso em 17 set. 2023.

_____. **Decreto nº 11.679, De 31 de agosto de 2023. Institui o Plano Brasil Sem Fome**. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.679-de-31-de-agosto-de-2023-507011398>>. Acesso em: 17 set. 2023.

_____. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até Emenda Constitucional no 105/2019** – 397f. Brasília, 2020. Disponível em: <[CF88_EC105_livro.pdf \(senado.leg.br\)](#)>. Acesso em 20 set. 2021.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada**

e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília/DF, set. 2006.

_____. **Resolução CONAMA nº 396, de 7 de abril de 2008. Dispõe Sobre a Classificação e Diretrizes Ambientais Para O Enquadramento das Águas Subterrâneas e Dá Outras Providências.** Disponível em:

<<http://portalpnga.ana.gov.br/Publicacao/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONAMA%20n%C2%BA%20396.pdf>>. Acesso em 30 abr 2023.

BROWN, C.; MILLER, S. The impacts of local markets: A review of research on farmers markets and community supported agriculture (CSA). **American Journal of Agricultural Economics**, v. 90, n. 5, p. 1296-1302, 2008. DOI: <10.1111/j.1467-8276.2008.01220.x>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964677007>>. Acesso em 08 mai. 2023.

CALCANHOTO, R. **Segurança alimentar de famílias de um assentamento rural no município de Taubaté, SP sob a percepção das mulheres.** 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) – Unitau, Taubaté, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2020.v23i1.391>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília: CAISAN, 2011.

CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (organização). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. 216 p.

CANAVESI, F. C.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. esp., p. 1019-1030, dez. 2016.

CASTRO, J. **Geografia da fome : o dilema brasileiro : pão ou aço** – Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, A. M. de. Josué de Castro e a descoberta da fome. **Revista online Nexo políticas públicas**, [S.l.], 22 set. 2021. Cátedra Josué de Castro de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2021/Josué-de-Castro-e-a-descoberta-da-fome>>. Acesso em: 05 jun 2023.

COQUEIJO, S. L.; LIMA, G. F. C.; SILVA, E. Sistema agroflorestal vs agricultura convencional: Avaliação da sustentabilidade em dois agroecossistemas no Baixo Sul da

Bahia. **Rev. Agroecossistemas**, v. 14, n. 2, p. 45 – 66, 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v14i2.12744>>. Acesso em: 09 mai 2023

CRUZ, J. P da.; FRANÇA, C. de C. Resistência e transformação social: proposta política pedagógica do Movimento Sem Terra contra a opressão do capitalismo. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 21(6), 5733-5750, 2023.

CSA Brasil – **Comunidade que Sustenta a Agricultura**. 2015. Disponível em: < [CSA BRASIL | Comunidade que Sustenta a Agricultura](https://www.csa.org.br/pt-br/comunidade-que-sustenta-a-agricultura) >. Acesso em 26 jun. 2022.

ECKERT, D. **A mercantilização em contramovimento: Relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais**. 2016. 235f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/143641>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

FACHINELLO, M. **Avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas de gricultores familiares agroecológicos de Chapecó-Santa Catarina**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1970>>. Acesso em 30 abr 2023.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

FUNDO BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). Histórico. Disponível em:<<https://fbssan.org.br/sobre-o-fbssan/historico/#menuopen>> Acesso em 15 jun 2023

FERNANDES, F.M.B; MOREIRA, M.R; FORTES, P.D. Subsídios para a construção de projetos em pesquisa social: reflexões epistemológicas e metodológicas. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 33-48, mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201711204>>. Acesso em: 13 jun. 2022

FERRI, M.; KALSING, R. M. S. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise do panorama atual do país com enfoque nos estudos de Amartya Sen sobre pobreza e fome coletiva. **Revista Contexto Geográfico**, Maceió – Alagoas, v. 7, n. 15, p. 73-84, dez. 2022. ISSN 2595-7236.

FLORISBELO G. R; MELO A. M.; FREITAS A. F.; PINHEIRO, D. C. Comunidade que sustenta a agricultura: segurança alimentar e nutricional na agricultura urbana de sete lagoas (MG). **Rever**, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3859/6021>>. Acesso em: 05 set. 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. Organização Mundial da Saúde. **Codex Alimentarius: Alimentos Producidos Orgânicamente**, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/005/Y2772S/>>. Acesso em: 02 mai. 2022

FRANCO, F. S. Agroflorestas: princípios e aplicações na agricultura familiar camponesa. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. (orgs.). **Formação de Agentes Populares de Agroecologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. P. 81-98.

GLESSE, J. A. D. **O protagonismo da mulher na gestão e sucessão da agricultura familiar**. 2022. 72 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/6072>>. Acesso em 30 abr 2023

GUERRA, G. C. M.; ICHIKAWA, E. Y. As Representações Sociais da Agroecologia para a Agricultura Familiar a Visão de Pesquisadores, Extensionistas e Produtores Rurais. **Desenvolvimento em Questão**, Injuí, v.11, n. 23, p. 40-73. Mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75227898003>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

GYORGY, S. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional** – São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 321p, 2020. Disponível em: <[IBGE | Biblioteca | Detalhes | Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia](#)>. Acesso em 04 mai 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <[POP2022_Municipios.pdf \(ibge.gov.br\)](#)>. Acesso em 28 abr. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel PNAD Contínua**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 29 abr. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. **Relatório de Projeto Governança Metropolitana no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.38116/rp-rmvaledoparaibaeltoralnorte-comp-b>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

JUNQUEIRA, A. H.; MORETTI, S. L. A. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, out. 2018.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, vol. 16, n. 1, pág. 187-199, jan. 2011.

LAZZARETTI, V. **Ressignificar para reconhecer: o feminismo camponês e popular no contexto do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. 263p.– Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <[DHAA_SAN.pdf \(mds.gov.br\)](#)>. Acesso em: 27 abr 2022.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, A. A.; JUSTO, M.; PRAÇA, M. **Mulheres e Soberania Alimentar: sementes possíveis**. Rio de Janeiro : Instituto políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019.

LIMA, E.S. **Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação pública da educação alimentar: Brasil 1934-1946**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LISBOA, R. C. Direito à Alimentação Adequada. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**. N.21, p. 3, 2013. Disponível em: <NÚMERO 21 – Página: 3 – Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva>. Acesso em: 10 dez 2021.

LOPES, I. B.; VIANA, M. M.; ALFINITO, S. Redes Alimentares Alternativas em meio à Covid-19: reflexões sob o aspecto da resiliência. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**. 2020, v. 14, n. 39, pp. 3750-3758. DOI: <10.21171/ges.v14i39.3265>.

LOURENÇO, A. V. *et al.* **Do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa**. Agricultura Familiar e Agroecologia, Rio de Janeiro, 2022.

LUCATI, L. B. **(In)segurança hídrica e o desafio de viver e produzir no PDS Sepé Tiaraju, SP**. 2021. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15181>>. Acesso em 30 abr 2023.

MAAS, L. **As condições ergonômicas da agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em Rio do Sul – SC**. 2020. 188 f. Tese (Doutorado em Ergonomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MAIA, T.; HOLLANDA, S. B. de. **Vale do Paraíba, Velhas Fazendas**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. 172 p.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e Camponesa? In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 470 p. 2017. Disponível em: <Agricultura_Familiar.pdf (cfn.org.br)>. Acesso em 04 mai 2023.

MALUF, RENATO S. J. (org.) **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: <VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf (olheparaafome.com.br)>.

MALUF, R. Fome e desigualdades no Brasil: de Josué às disputas contemporâneas. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. (orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. P. 119-121.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.univap.br>>. Acesso em nov 2022.

MARIN-LEON, L. *et al.*. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 3, p. 398-410, set. 2011.

MARQUES, P. E. M.; LUCAS, A. de; GASPARI, L. C. de. Desenvolvimento Territorial em Questão: Estudo Sobre Assentamento Periurbano no Estado de São Paulo. **Retratos De Assentamentos**. 2014, v. 17, n.1, p.161-177. Disponível em: <<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2014.v17i1.158>>. Acesso em 03 mai 2023.

MATZEMBACHER, D. E; MEIRA, F. B. Mercantilização e contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. **Organizações & Sociedade** [online]. 2020, v. 27, n. 94, pp. 396-430. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-9270942>>. Acesso em: 22 jun 2022.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**, 1993, São Paulo: Editora UNESP, Brasília, 2010.

MELO, A. M.; FREITAS, A. F.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 2, p. 82 – 99, jun. 2020.

MELO FILHO, D. A. de. Mangue, homens e caranguejos em Josué de Castro: significados e ressonâncias. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, n. 2, p. 505–524, maio 2003. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000200002> > Acesso em 15 jun 2023.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Seção 1, p. 85-94. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudefegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html>. Acesso em: 30 mai 2023.

MIRANDA, D. L. R. R., ESCOSTEGUY, I. L., ROVER, O. J., & SAMPAIO, C. A. C. Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e220071, 2021. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.220071.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Revista Friedrich-Ebert-Stiftung**, set de 2021. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>

MOLLISON, B; HOLMGREN, D. **Permacultura Um: Uma Agricultura Permanente Nas Comunidades Em Geral**. Ground, 1983. 150p.

MONTEIRO, B. L. **Políticas Públicas de fortalecimento da agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Crato CE**. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5078>>. Acesso em 30 abr 2023.

MORILLO, M; PABLOS, J. C. La autenticidad» neorrural, a la luz de El sistema de los objetos de Baudrillard. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 153, n. 1, p. 95-98, 2016.

MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Página oficial. Disponível em: <https://mst.org.br/> Acesso em 12 ago 2023.

MST. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** 16 de julho de 2021 Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reformaagraria-popular-do-mst/>>. Acesso em 04 ago 2023.

NASCIMENTO, R. C. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. (orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. P. 24-33.

NASCIMENTO, T. A. do. **A reforma agrária popular na pesquisa e produção do conhecimento do serviço social**. 2022. 190 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

NOBRE, F. E. C. **Relação entre agrobiodiversidade e segurança alimentar: o caso do assentamento Vida Nova/Aragão, Mirafima-CE**. 2022. 92 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/66018>>. Acesso em 30 abr 2023.

NOBRE, M.; IYUSUKA, S. S. Como se entrelaçam feminismo e agroecologia. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. (orgs.). **Formação de Agentes Populares de Agroecologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. p. 99-114.

NÓBREGA, S. C. **Gênero, Agroecologia e relação Cidade-Campo: políticas públicas e construção da Soberania Alimentar em Goiás**. 2022. 255p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

OLIVEIRA, F. A. de. **Comunidade que sustenta a agricultura: entendendo as CSAs de Belo Horizonte e analisando suas possibilidades e desafios**. 2018. 206p. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B7ENRY>>. Acesso em 01 mai 2023.

OLIVEIRA, F. A. de; PEREIRA, R. D.; CALBINO, D. Comunidade que Sustenta a Agricultura: a CSA de Belo Horizonte à luz de suas possibilidades e desafios. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 371-393, jun. 2019.

OLIVEIRA, M. B.; SERVEGNINI, A. P. A inclusão do direito à alimentação no rol do artigo 6º da Constituição Federal e a questão da eficácia dos direitos sociais. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.16, pp. 179-198, jul 2010.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**. Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 5ed. São Paulo: Scipione, 2010.

OXFAM. 2023. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:<<https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome-2022/>>

PÁGINA DO FACEBOOK BANHADO RESISTE. Página do Facebook Banhado Resiste. [postagem no Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/Banhadoresiste/about/?ref=page_internal&locale=pt_BR>. Acesso em: 20 maio 2023.

PEREIRA, R. C.; ANGELIS – PEREIRA, M. C. Agrotóxicos em alimentos: por que você precisa se preocupar? **Editora UFLA**, 2022, 30 p.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Tradução: Maria Alice Magalhães D’Amorim; Paulo Sérgio Lima Silva. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

PUGAS, A. da S. **Agroecologia e comercialização de alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?** 2018. 158p. Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 390 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. Nova York: PNUD, 2020. 351 p. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/human_development/relatorio-desenvolvimento-humano-2020.html>. Acesso em: 15 mai 2022

RECINE, E. *et al.* **Ação coletiva Comida de Verdade: Resultados de pesquisa e indicativos de ação**. Projeto “COVID-19 e Sistemas Agroalimentares no Brasil: Quais Saídas para um Futuro Melhor?”. set 2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_ACCV.pdf>. Acesso em 10 mai 2023.

RETIÈRE, M.; MARQUES, P. E. M. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 490-503, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002971699>>. Acesso em 03 mai 2023.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. *et al.* **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021. 120 p.

RIBEIRO, S. L. S. Educação e formação: bandeiras de luta para um movimento social. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 207–217, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9084>>. Acesso em: 3 mai 2023.

RIEHELMANN, C. C. **Rurbanização, desenvolvimento e vida: o caso do Assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos**: perspectivas para o planejamento urbano e regional. 2006 Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2006.

RODRIGUES, D. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. In: CAMPELO, T.; BORTOLETTO, A. (orgs.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. p. 115-118.

RODY, T.; TELLES, L. Cadernetas Agroecológicas: o saber e o fazer das mulheres do campo. Viçosa, MG: Editora Asa pequena, 2021. Disponível em: <<https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-389.pdf>>. Acesso em 20 set. 2023.

SÁ, M. E. G.; BORSATTO, R. S. Práticas etnobotânicas femininas na conservação da biodiversidade: o caso de um coletivo de mulheres assentadas. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. (orgs.). **Formação de Agentes Populares de Agroecologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. p. 205-228.

SANTANA, G. S. **Impactos ambientais e socioeconômicos do uso da água nas CSAs do DF**. 2018. 159 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <[Repositório Institucional da UnB: Impactos ambientais e socioeconômicos do uso da água nas CSAs do DF](#)>. Acesso em: 02 mai 2023.

SANTOS, F. P. dos; CHALUB-MARTINS, L. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 469-483, jun. 2012.

SANTOS, L. A. *et al.*. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 11, p. e00319722, nov. 2022. ISSN 1678-4464.

SANTOS, L. de L. Soberania e segurança alimentar: princípios, reflexões e a necessária opção pela agricultura familiar. In: CARVALHO, J. G.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. L. (orgs.). **Formação de Agentes Populares de Agroecologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. p. 31-48

SANTOS, M. G. dos. **Trabalho e gênero: mulheres no contexto da agricultura familiar**. 2018. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <[001087822.pdf \(ufrgs.br\)](#)>. Acesso em 29 abr 2023.

SANTOS, T. G. DOS . *et al.*. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p. e00066917, 2018.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. **Séries Estudos Rurais**, 252 p. Disponível em: <[Pluriatividade-ok.pmd \(scielo.org\)](#)>

SILVA, A. J.; JUNIOR, M. F. S. Representações sociais e agricultura familiar: indícios de práticas agrícolas sustentáveis no Vale do Bananal. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 525 – 538. Dez. 2010. Disponível em: <[https://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/9920.pdf_16](#)>. Acesso em: 16 ago 2021.

SILVA, S. O. Da . *et al.*. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p., 2022. Disponível em: <[https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621](#)> Acesso em: 12 jun 2023

SILVA, F. A. **A formação política da juventude: uma experiência do MST no Assentamento Palmares – MA**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté, 2013 Disponível em: <[http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/bitstream/20.500.11874/907/1/Francinalda%20Araujo%20e%20Silva_seg.pdf](#)>. Acesso em: 03 mai 2023.

SILVA, J. L.; SÁ, A. J. A Fome no Brasil: do período colonial até 1940. **Revista de Geografia** – Recife, v. 23, n. 3, 2006. Disponível em: <[https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228669/23091](#)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, J. W. G. da. **As unidades municipais de cadastro do INCRA como apoio à regularização fundiária**: uma proposta para os agricultores familiares do Vale do Ribeira/PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <[http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4896](#)>. Acesso em: 10 mai 2023.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2006, p. 85-89.

SILVA, M. de F. dos S. **Josué de Castro, pensamento e ação: a gênese do plano de segurança alimentar**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, discontinuidades e consolidação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Ipea: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, A. C. A. **Quintais produtivos: do saber ao fazer segurança alimentar no assentamento Zumbi dos Palmares em Mari, Paraíba**. 2020. 67f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, 2020.

SOCIEDADE ANTROPOSÓFICA NO BRASIL (SAB). O que é a agricultura biodinâmica. 2016. Disponível em: <[O QUE É A AGRICULTURA BIODINÂMICA - Sociedade Antroposófica no Brasil \(sab.org.br\)](http://sab.org.br)>. Acesso em: 27 jun 2022.

SOUSA FILHO, M. L. de. Relações entre aprendizagem e desenvolvimento em Piaget e em Vygotsky: dicotomia ou compatibilidade? **Rev Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 265-275, jan 2008.

SOUSA JUNIOR, E. S. **Comunidade que Sustentam a Agricultura do Distrito Federal: histórico, caracterização e impactos**. 2020. 120p. Dissertação (mestrado em agronegócios) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SOUSA, M. S. de. **A regulação do sistema agroalimentar brasileiro pela agricultura familiar: a desburocratização do comércio de alimentos, a gestão democrática dos recursos agrícolas e a implementação de órgão com poder normativo para a efetivação da alimentação adequada**. 2022. 202 p. Tese (doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23549>>. Acesso em: 2 mai 2023.

SOUZA, H. de. **Regimes de Despossessão de Terras no Sudeste**. 2023. 399 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <[Biblioteca da Questão Agrária - MST](#)>. Acesso em 17 ago 2023.

SOUZA, A. L.; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. **Revista Retratos de Assentamentos**, 25(2). <<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.497>>. Acesso em 15 ago 2023.

SOTO, G. El continuo crecimiento de la agricultura orgánica: Orgánico 3.0. **Revista de Ciencias Ambientales**, v. 54, n. 1, p. 215-226, 1 jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15359/rca.54-1.13>>. Acesso em 27 jun. 2022.

TORUNSKY, F. **Justificativa em torno das Comunidades que Sustentam a Agricultura**: um estudo de caso sobre a CSA São Carlos. 2019. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VALLE, P. **Representações sociais de profissionais de educação infantil sobre alimentação escolar**. 2018. 118p. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento humano) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018. Disponível em: <<https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2016/dissertacoes/mdh/Paula-do-Valle.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2022.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba Paulista na Segunda metade do século XX. 2009. 177p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIRGOLIN, I. W. C.. Pluriatividade: elementos para refletir sobre o novo rural. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v.22, n.1, p.143-159, jan./abr. 2022. Disponível em: <[552472318009.pdf \(redalyc.org\)](#)>. Acesso em: 08 mai 2023.

WANDERLEY, M. N. B. "Franja Periférica", "Pobres do Campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83. Disponível em: <[Agricultura_Familiar.pdf \(cfn.org.br\)](#)>. Acesso em: 17 jun 2023

WILLE, P. T. **Práticas agrícolas e consumo alimentar**: indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas do rio grande do sul. 2020. 100p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

APÊNDICE A

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

1. O que você entende por Segurança Alimentar e Nutricional?
2. Como você vê a alimentação da sua família antes e depois de começar uma CSA, inclusive no período de pandemia? O que mudou?
3. Como você acha que a CSA pode contribuir para a mudança do sistema agrícola que temos hoje?

APÊNDICE B

Questionário Sociodemográfico

Faixa etária da família:

Escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

Cidade onde se localiza o Sítio/ Terreno da CSA

Qual a classificação do seu sítio/ terreno?

- Arrendada
- Propriedade privada
- Assentamento

Cidades atendidas pela sua CSA:

Selecione as opções que são encontradas no seu sítio/terreno:

- Água tratada
- Água de mina
- Água encanada
- Cisterna
- Luz elétrica
- Rede de esgoto
- Fossa comum
- Fossa agroecológica
- NDA

Renda familiar:

- Até 2 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- De 6 a 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

Quanto da renda vem com CSA?

Quais as pessoas da família trabalham no sítio para plantio da CSA?
Existem pessoas fora do seu núcleo familiar que trabalham contigo?

- Não
- Sim

Se sim, quantas são?

Qual a relação de trabalho entre esta pessoa e o (a) agricultor(a)?

Você ou alguém da sua família contribui com a Previdência Social?

- Não
- Sim

A família recebe algum benefício social?

- Não
- Sim Se sim, qual?

Quando foi fundada sua CSA?

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa **“Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura acerca de Segurança Alimentar e Nutricional”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Eloar Vanessa Souza Lopes**. Nesta pesquisa pretendemos compreender as percepções, práticas e compreensões de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte sobre Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de questionários e uma entrevista com perguntas abertas e fechadas, feitos a partir de um encontro presencial, mediante agendamento acordado entre as partes.

Os benefícios desta pesquisa consistem no reforço do contato das pessoas com os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional, divulgação sobre os indivíduos que trabalham com agricultura familiar para a população, e possibilidade de novas adesões à CSA.

Os dados coletados durante a entrevista e questionários serão mantidos em sigilo, e não abarcam contextos psicológicos, entretanto, existem riscos como constrangimento, cansaço ao responder questionamentos durante a entrevista e/ou interferência na sua rotina para a realização da pesquisa. Os dados sigilosos serão armazenados em nuvem digital, para a garantia de proteção dos dados fornecidos ao estudo.

Ao participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O(A) Sr.(a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de

consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao (a) senhor(a). Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99143-3944, para ligações inclusive à cobrar, ou pelo celular (12) 98204-6174 para *WhatsApp*® ou pelo e-mail eloarmdhunitau@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr.(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 36224005, e e-mail: cep.unitau@unitau.br. A pesquisadora responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466 de dezembro de 2012 e CNS nº 510 de 07 de abril de 2016.

Eloar Vanessa Souza Lopes

Consentimento pós-informação:

Eu, _____,
portador(a) do documento de identidade _____ fui informado(a)
dos objetivos da pesquisa “Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura acerca da Segurança Alimentar e Nutricional”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. _____,
_____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu _____,
CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Eloar Vanessa Souza Lopes** do projeto de pesquisa intitulado “**Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura acerca de Segurança Alimentar e Nutricional**” a realizar as fotos e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e vídeos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto na Resolução CNS 466 de dezembro de 2012 e CNS nº 510 de 07 de abril de 2016. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o(a) Sr(a) poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 36224005, e e-mail: cep.unitau@unitau.br.

Com tarja preta sobre os olhos

Sem tarja preta sobre os olhos

_____, _____ de _____ de _____.

Eloar Vanessa Souza Lopes

Assinatura do Participante

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ

Eu _____,
CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso da minha voz e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Eloar Vanessa Souza Lopes do projeto de pesquisa intitulado “Percepções e práticas sociais de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura acerca de Segurança Alimentar e Nutricional” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Nesta pesquisa, pretendemos compreender as percepções, práticas e compreensões de agricultores da Comunidade que Sustenta a Agricultura da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte sobre Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de questionários e uma entrevista com perguntas abertas e fechadas, feitos a partir de um encontro presencial, mediante agendamento acordado entre as partes.

Os benefícios desta pesquisa consistem no reforço do contato das pessoas com os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional, divulgação sobre os indivíduos que trabalham com agricultura familiar para a população, e possibilidade de novas adesões à CSA. E os riscos desta pesquisa são o constrangimento, cansaço ao responder questionamentos durante a entrevista e/ou interferência na sua rotina para a realização da pesquisa.

Cabe ressaltar que a utilização das falas e voz será realizada de forma a assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros. Sempre que os achados da pesquisa puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade, os mesmos serão comunicados às autoridades competentes, bem como aos órgãos legitimados pelo Controle Social, preservando, porém, assegurando que os participantes da pesquisa não sejam estigmatizados. Em qualquer momento da pesquisa você poderá decidir retirar o seu consentimento e deixar de participar da mesma.

Ao mesmo tempo, libero a utilização da minha fala, voz e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores

da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto na Resolução do CNS nº 466/12.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3622-4005, e-mail: cep.unitau@unitau.br.

() Autorizo a utilização da minha voz:

Taubaté, ____ de _____ de 2022

Pesquisador responsável pelo projeto

Participante da Pesquisa